



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

NARCOTRAFICANDO AMAZÔNIA/SANTOS
ANÁLISE GEOPOLÍTICA DE UMA ROTA INTERNACIONAL EMERGENTE

MARILIA COLOMBO

Foz do Iguaçu
2026



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

NARCOTRAFICANDO AMAZÔNIA/SANTOS
ANÁLISE GEOPOLÍTICA DE UMA ROTA INTERNACIONAL EMERGENTE

MARILIA COLOMBO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Juan Agulló

Foz do Iguaçu

2026

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

C718n

Colombo, Marília Gomes de Moraes.

Narcotraficando Amazônia / Santos: análise geopolítica de uma rota internacional emergente / Marília Gomes de Moraes Colombo. - Foz do Iguaçu, 2026.

105 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Integração Contemporânea da América Latina.

Orientador: Juan Agulló.

1. Tráfico de drogas. 2. Geopolítica. 3. Crime organizado. I. Agulló, Juan. II. Título.

CDU 343.575(81)

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Juan Agullo
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA- UNILA

Prfa. Dra. María José Rodríguez Rejas
UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE LA CIUDAD DE MÉXICO- UACM

Prof. Dr. Thiago Rodrigues
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE- UFF

Prof. Dr. André Luiz André
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE- UFS

Foz do Iguaçu, 15 de maio de 2026.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de todo coração aos meus pais. À minha mãe, Elena Maria, que sempre me apoiou incondicionalmente em todas as etapas da minha vida, te dedico. Ao meu pai, Irineu Mário, por ser inspiração acadêmica e por sempre me dar suporte. Ao meu maninho, Teodoro, que além de me apoiar, me enche de orgulho todos os dias. Também à minha base familiar. Em um país como o Brasil, tenho o privilégio de ter crescido em uma família que sempre valorizou e apoiou a educação. Aos meus avós maternos, Olivia e Alfredo, e aos meus avós paternos, Luci e Geraldo. Estendo meus agradecimentos aos meus tios Adir, Celso, Clovis e Leonir, cujas trajetórias acadêmicas sempre admirei. À minha tia Laura, que dedicou sua vida ao cuidado familiar, trabalho de extrema importância e valor. Às minhas primas e primos, Bibiana, Mayara, Isadora, Vitoria, Humberto, Leonardo, Pablo e Benicio. À companheira de meu pai, Juliana Erelci, e suas filhas, Maria Clara, Marina e Ana Tereza. Obrigada pelo apoio, aprendizados, conselhos e pelo conforto que me trazem. Para Nikita, minha cachorrinha, que se pudesse falar, diria coisas lindas. Esteve comigo sempre enquanto eu estudava e foi conforto e alívio em diversos momentos.

Agradeço às minhas amigas, presentes em todas as etapas da vida há mais de 20 anos: Elisa, Gabriela e Gabrieli. Aos amigos que a vida me presenteou: Rubia, Anaisa, Suelen, Mariana, Izabel, Fernanda, Isabella, Raissa, Fabrício, Bruna, Ighor e Raffael. Através deles, estendo os agradecimentos a todos os meus amigos e amigas. Obrigada pelo apoio, pela escuta e pelo suporte. Àqueles que me apresentaram à UNILA e ao movimento estudantil, Victor e Jovana. À Ana Paula, que me apresentou o PPGICAL e, sem querer, tornou-se minha mentora. Às minhas companheiras de pós-graduação, Haryel, Marina, Alessandra, Cibelle e Besna, e ao meu colega Orlando. Vocês fizeram toda a diferença nesse processo.

Ao meu orientador, Juan Agullo, que desempenhou um excelente papel não apenas na orientação, mas também apresentando oportunidades e me incentivando para novos horizontes. Através dele, agradeço a todos os docentes do PPGICAL que contribuíram, mesmo de áreas diferentes, com a minha dissertação. Aos meus colegas da turma de mestrado de 2024, obrigada pela união e companheirismo.

À Universidade Federal da Integração Latino-Americana e a todos os seus funcionários. Que o acesso à educação pública e de qualidade seja possível para toda a população latino-americana.

RESUMO

Esta dissertação analisa os fatores que consolidam o Brasil como uma rota estratégica emergente para o narcotráfico internacional, com foco na exportação de cocaína para a Europa. O estudo se guia pela hipótese de que a ascensão econômica brasileira e o fortalecimento do mercado global de *commodities* nos anos 2000 criaram, involuntariamente, a infraestrutura logística necessária para a expansão de organizações criminosas transnacionais. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e utiliza o referencial teórico da Geopolítica Crítica e da Geopolítica das Drogas. A partir da revisão bibliográfica, análise de documentos governamentais e de relatórios como do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o objetivo principal consiste em analisar os fatores que favorecem essa consolidação. Como objetivos específicos, o trabalho contextualiza a ascensão do Brasil no circuito da droga sob perspectivas históricas e socioeconômicas, identifica a importância estratégica da região amazônica e analisa o circuito interno a partir de Tabatinga (AM), com foco na territorialização e institucionalização informal do Primeiro Comando da Capital (PCC). Por fim, a pesquisa avalia a centralidade do Porto de Santos (SP), suas estruturas de segurança e as conexões internacionais que definem o destino final da droga. Os resultados demonstram que o PCC opera como uma instituição informal de governança, utilizando uma lógica empresarial para gerir fluxos ilícitos que parasitam o comércio lícito de exportação. Revela ainda que a ausência seletiva do Estado em regiões específicas como a Amazônia e periferias urbanas, facilita a construção de territórios-rede controlados pelo crime organizado. Além disso, a pesquisa evidencia que o Porto de Santos atua como o epicentro da internacionalização da facção, por sua capacidade de alcance ao global, mas principalmente pela proximidade com o maior centro financeiro do país, a cidade de São Paulo. Portanto, o estado de São Paulo destaca-se como o maior mercado consumidor de cocaína, o centro da lavagem de dinheiro do crime organizado e o principal polo exportador de drogas do país. O que se entende é que o narcotráfico no Brasil não constitui um poder paralelo, mas um fenômeno intrínseco às estruturas estatais e financeiras do país. O PCC evoluiu para um ator geopolítico não soberano e territorializador, com projeção global, estabelecendo parcerias com máfias europeias e expandindo sua influência para o exterior.

Palavras-chave: Narcotráfico; Geopolítica Crítica; Crime Organizado.

RESUMEN

Esta disertación analiza los factores que consolidan a Brasil como una ruta estratégica emergente para el narcotráfico internacional, con un enfoque en la exportación de cocaína hacia Europa. El estudio se guía por la hipótesis de que el ascenso económico brasileño y el fortalecimiento del mercado global de *commodities* en la década de 2000 crearon, involuntariamente, la infraestructura logística necesaria para la expansión de organizaciones criminales transnacionales. La investigación adopta un enfoque cualitativo y utiliza el marco teórico de la Geopolítica Crítica y la Geopolítica de las Drogas. A partir de la revisión bibliográfica, el análisis de documentos gubernamentales y de informes como los de la Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (UNODC), el objetivo principal consiste en analizar los factores que favorecen esta consolidación. Como objetivos específicos, el trabajo contextualiza el ascenso de Brasil en el circuito de la droga bajo perspectivas históricas y socioeconómicas, identifica la importancia estratégica de la región amazónica y analiza el circuito interno a partir de Tabatinga (AM), con énfasis en la territorialización y institucionalización informal del Primeiro Comando da Capital (PCC). Finalmente, la investigación evalúa la centralidad del Puerto de Santos (SP), sus estructuras de seguridad y las conexiones internacionales que definen el destino final de la droga. Los resultados demuestran que el PCC opera como una institución informal de gobernanza, utilizando una lógica empresarial para gestionar flujos ilícitos que parasitan el comercio lícito de exportación. Revela, además, que la ausencia selectiva del Estado en regiones específicas, como la Amazonía y las periferias urbanas, facilita la construcción de territorios-red controlados por el crimen organizado. Asimismo, la investigación evidencia que el Puerto de Santos actúa como el epicentro de la internacionalización de la facción por su capacidad de alcance global, pero principalmente por su proximidad con el mayor centro financiero del país, la ciudad de São Paulo. Por lo tanto, el estado de São Paulo se destaca como el mayor mercado consumidor de cocaína, el centro del lavado de dinero del crimen organizado y el principal polo exportador de drogas del país. Lo que se entiende es que el narcotráfico en Brasil no constituye un poder paralelo, sino un fenómeno intrínseco a las estructuras estatales y financieras del país. El PCC ha evolucionado hacia un actor geopolítico no soberano y territorializador, con proyección global, estableciendo alianzas con mafias europeas y expandiendo su influencia hacia el exterior.

Palabras clave: Narcotráfico; Geopolítica Crítica; Crimen Organizado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Distância entre Tabatinga (AM) e Santos (SP).....	27
Figura 2- Produção de bovinos por estado.	28
Figura 3- Produção de soja por estado.	29
Figura 4- Mapa multimodal do Brasil	30
Figura 5- Amazônia Legal.....	38
Figura 6- Rota do Rio Solimões em território brasileiro.	56
Figura 7- Estrutura organizacional do PCC.....	60
Figura 8- Mapa da área de influência do Porto de Santos.....	72
Figura 9- Panorama global do PCC por contingente de membros	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Apreensões ocultadas em <i>commodities</i>	33
Tabela 2- Quadro analítico de Instituições informais de Governança Local	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

APS – Autoridade Portuária de Santos (Santos Port Authority)

BRICS – Bloco econômico composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CDESC – Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário

CESPORTOS – Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis

CICC – Centros Integrados de Comando e Controle

CODESP – Companhia de Docas do Estado de São Paulo

CONPORTOS – Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis

CV – Comando Vermelho

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FBA – Federal Bureau of Narcotics (EUA)

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FDA – Food and Drug Administration (EUA)

FDN – Família do Norte

GLO – Garantia da Lei e da Ordem

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILGIs – Instituições de Governança Local Informal

INTERPOL – Organização Internacional de Polícia Criminal

ISPS Code – Código Internacional de Proteção de Navios e Instalações Portuárias

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

MJ – Ministério da Justiça

NEPOM – Núcleo Especial de Polícia Marítima

ONU – Organização das Nações Unidas

PCC – Primeiro Comando da Capital

PF – Polícia Federal

PRF – Polícia Rodoviária Federal

REDEX – Recintos Especiais para Despacho Aduaneiro de Exportação

SSP – Supervisor de Segurança Portuária

TEUs – Twenty-foot Equivalent Unit (Unidade equivalente a 20 pés)

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O BRASIL COMO PLATAFORMA EMERGENTE DO NARCOTRÁFICO GLOBAL	15
2.1 O BRASIL NO TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS: FATORES EXTERNOS E INTERNOS.....	16
2.2 O POTENCIAL LOGÍSTICO DO BRASIL PARA O NARCOTRÁFICO	26
2.3 VULNERABILIDADES ESTRUTURAIS E SUA FUNCIONALIDADE PARA A LOGÍSTICA DO NARCOTRÁFICO	34
2.3 A AMAZÔNIA COMO REGIÃO ESTRATÉGICA.....	38
2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	43
3 DE TABATINGA A SANTOS: O CIRCUITO INTERNO DA DROGA	45
3.1 TERRITORIALIZAÇÃO: A EXPANSÃO DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC).....	45
3.2 FRONTEIRA E PERIFERIA: TABATINGA COMO PONTO DE ACESSO	51
3.3 O NARCOTRÁFICO COMO UMA INSTITUIÇÃO INFORMAL	59
3.4 CAPITALISMO ILEGAL: INTERDEPENDÊNCIA NA ECONOMIA E OS MÉTODOS DE ATUAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO.....	65
3.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	69
4 O PORTO DE SANTOS E O DESTINO FINAL.....	71
4.1 A IMPORTÂNCIA COMERCIAL DAS ROTAS MARÍTIMAS.....	71
4.2 FRAGILIDADES SISTÊMICAS: CORRUPÇÃO E FALHAS NA FISCALIZAÇÃO PORTUÁRIA	78
4.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO PCC E O DESTINO FINAL.....	84
4.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	103
ANEXO I - ESTATUTO DO PCC.....	104

1 INTRODUÇÃO

A compreensão contemporânea do narcotráfico transnacional exige que se ultrapasse a visão clássica do crime como uma patologia marginal ou um poder paralelo ao Estado. No Brasil, o fenômeno assume contornos de uma sofisticada operação logística que parasita o comércio global. Esta dissertação propõe analisar a interdependência entre as rotas amazônicas e o dinamismo infraestrutural do Porto de Santos. Sob a lente da Geopolítica Crítica, investiga-se como o Primeiro Comando da Capital (PCC) transcendeu sua origem carcerária para tornar-se uma instituição informal capaz de gerir fluxos de capital e mercadorias em escala intercontinental, convertendo-se em um agente territorializador com uma vantagem competitiva no mercado global do capitalismo ilegal.

Entender as rotas, portanto, é essencial. Elas funcionam da seguinte maneira: a cocaína é produzida na Colômbia, por exemplo, ingressa no território brasileiro e primeiro é fornecido para o consumo interno principalmente no estado de São Paulo, em seguida prossegue na rota para o consumidor final em continentes como Europa, o que posiciona o Brasil como um dos principais corredores de exportação de cocaína da América do Sul (UNODC, 2023).

Para garantir maior sucesso no transporte de drogas pelo território brasileiro, as facções e os carteis têm aprimorado constantemente sua estrutura organizacional. Portanto, os meios de transporte legalizados são amplamente explorados pelo crime organizado. Cargas de *commodities* como soja, milho e madeira, são muito utilizadas para mascarar a mercadoria ilegal e facilitar a passagem pelas rodovias, ferrovias brasileiras e até mesmo no ato de exportação via portos do país. A atuação de agentes públicos corruptos ou envolvidos em esquemas de extorsão também desempenha um papel fundamental ao facilitar a passagem dos entorpecentes até seus destinos finais, demonstrando assim que a atuação criminosa não atua paralelamente ao Estado, mas funciona parasitando sua funcionalidade e seu gargalos (UNODC, 2023).

Neste trabalho, o recorte geográfico concentra-se nas divisas do Brasil, ou seja, nas fronteiras por onde as drogas entram e saem do território nacional, tendo como foco um ponto de entrada e um ponto de saída da cocaína. A intenção é compreender as rotas em que as cargas de entorpecentes ingressam por meio das fronteiras amazônicas, especificamente na cidade de Tabatinga no Amazonas, e segue em direção ao Porto de Santos, o maior da América Latina,

de onde é exportado. Por isso, além dos fatores geográficos serão analisados fatores sociais e econômicos, para entender se são facilitadores e oportunidades para o crime organizado, também para entender de que forma atuam as facções e instituições públicas, são envolvidas neste contexto.

Entende-se que, apesar de o narcotráfico ser um fenômeno amplamente estudado pela academia, a presença e a relevância do Brasil nesse cenário ainda são recentes e pouco exploradas. Por isso, esta pesquisa propõe uma análise do tráfico de drogas a partir de uma perspectiva geopolítica crítica, que rompe com a visão tradicional da disciplina, a qual tende a não reconhecer organizações criminosas como agentes geopolíticos. Essa omissão contribui para ignorar ameaças reais e concretas que se manifestam no território latino-americano, de agentes com caráter político.

Além disso, o tema aqui tratado envolve dimensões sociais, econômicas, jurídicas e até mesmo de saúde pública, que afetam diretamente a vida dos cidadãos sul-americanos. Nesse sentido, entende-se como fundamental estudar o narcotráfico como um ator que produz violência, insegurança, desequilíbrio social, político e até mesmo ambiental. Dessa forma, para além de contribuir com para o debate teórico da geopolítica crítica na América Latina, a presente pesquisa ajudará a compreender este fenômeno, o que pode auxiliar na elaboração de políticas públicas de enfrentamento.

A pergunta de pesquisa que deu início a essa investigação é a seguinte: “a transformação do Brasil em um exportador global de commodities contribuiu para consolidar o PCC como estrutura criminosa e o Brasil como uma plataforma para a exportação de drogas à Europa?”. A partir desse questionamento, a hipótese levantada é a de que a consolidação do Brasil como um dos principais corredores do narcotráfico sul-americano se relaciona com a ascensão econômica do país nos anos 2000. Ao expandir sua infraestrutura logística e conectividade global, o Brasil ofereceu, involuntariamente, a plataforma necessária para que grupos como o PCC estruturasse uma logística de escala empresarial, convertendo o crescimento do comércio lícito em uma oportunidade de expansão para o mercado ilícito transatlântico. Essa hipótese entende a ascensão brasileira no mundo das drogas como um fenômeno próprio, com influência externa de alguma maneira, mas fruto das capacidades internas do país, não sendo um receptor passivo da dinâmica global do narcotráfico.

O problema central reside em entender por que o Brasil se tornou uma rota estratégica emergente para o narcotráfico internacional, especialmente em direção à Europa. Para tanto, o objetivo principal consiste em analisar os fatores que favorecem essa consolidação. Os

objetivos específicos organizam-se por capítulos: no primeiro, busca-se contextualizar a ascensão do Brasil no circuito da droga a partir de fatores históricos, políticos e socioeconômicos e identificar as características da região amazônica que a fazem estratégica para o crime organizado. No segundo capítulo, analisa-se o circuito interno a partir de Tabatinga, com foco na territorialização e institucionalização informal do PCC, além de buscar compreender o papel do Estado nessa dinâmica. Por fim, o terceiro capítulo avalia a centralidade estratégica do Porto de Santos, suas estruturas de segurança e as conexões internacionais que definem o destino final da droga.

A fundamentação teórica baseia-se em duas lentes complementares: a Geopolítica Crítica e a Geopolítica das Drogas. A primeira, baseada em Gerard Toal (1996), permite analisar uma geopolítica de múltiplos poderes, transcendendo a exclusividade estatal ao reconhecer que conflitos e disputas ocorrem também entre atores não estatais, como o narcotráfico. A segunda, apoiada em Alain Labrousse (2010), foca na dinâmica espacial do narcotráfico e sua capacidade de criação de territorialidades próprias. Através de Rogério Haesbaert (2004) é possível entender o espaço geográfico para além de sua dimensão material, mas como um elemento ativo, simultaneamente produtor e receptor de relações de poder. Compreendendo o território, portanto, como uma construção fluida, reestruturada e não necessariamente fixa.

A metodologia segue uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de relatórios do Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime (UNODC), documentos governamentais e mídias especializadas, buscando contribuir para o debate acadêmico e a formulação de políticas públicas integradas. Também serão atores centrais para essa pesquisa, Emmerich (2015), Rodrigues (2012), Couto (2019, 2020, 2023), Labrousse (2010), Manso e Dias (2018), entre outros.

2 O BRASIL COMO PLATAFORMA EMERGENTE DO NARCOTRÁFICO GLOBAL

O capítulo primeiro deste trabalho tem como objetivo principal entender e contextualizar como o Brasil se tornou uma plataforma emergente para o narcotráfico. Embora o tráfico de diversas substâncias ilícitas seja um fenômeno global, este trabalho focará na cocaína, que se destaca como a principal mercadoria transportada nas rotas do Brasil em direção à Europa. Ao analisar a evolução do narcotráfico como fenômeno global e a crescente atuação de atores não estatais, esta pesquisa se valerá da Geopolítica Crítica, em sua concepção por Gearóid Ó Tuathail, (1996), para interpretar as disputas de poder e os processos de apropriação espacial envolvidos. Compreende-se que os pensamentos tradicionais de geopolítica não conseguem explicar como um ator, que não seja institucionalizado, influência e territorializa da mesma forma que o Estado.

Neste contexto, a hipótese central deste capítulo é que o Brasil se consolidou como um importante redistribuidor de cocaína devido à reconfiguração das rotas tradicionais, impulsionada por políticas de guerra às drogas implementadas em países como México (Plano Mérida) e Colômbia (Plano Colômbia), e pelas possibilidades intrínsecas ao seu território, que incluem aspectos geográficos (fronteiras porosas, proximidade com países produtores e fácil acesso ao Atlântico), sua capacidade logística e grande volume de exportação de commodities e suas instabilidades institucionais.

Para explorar essa hipótese e os objetivos propostos, este capítulo se estrutura em quatro subseções. Inicialmente, o item 2.1, terá um breve contexto histórico do narcotráfico na América Latina, passando pelo *boom* da cocaína e pela guerra às drogas declarada pelo governo Nixon e intensificada por presidentes seguintes. Em seguida, será abordado o papel que o Brasil desempenhava antes desse redirecionamento das rotas, até sua atual consolidação como corredor estratégico. Também serão analisadas de que maneira suas características geográficas, a proximidade com países produtores e a extensão de suas fronteiras podem ter se tornado uma oportunidade para a ascensão do Brasil enquanto rota internacional de drogas. Em seguida, o item 2.2, abordará de forma breve a infraestrutura logística do Brasil, portos, aeroportos, rodovias e ferrovias. Além disso, a ascensão econômica brasileira nos anos 2000, que aumentou a demanda por insumos e por consequência deu ao país um papel de destaque no comércio internacional. Também, sua alta capacidade para escoamento de commodities, principais produtos exportados e os principais parceiros comerciais. A partir disso, será analisado como o narcotráfico se apropria dessas rotas e estruturas legais para o transporte ilícito.

O item 2.3, aprofundará as vulnerabilidades gerais do Brasil que facilitam a infiltração do crime organizado a partir de desigualdades, demonstrando as fragilidades administrativas do Estado e exclusões sociais e espaciais. Por fim, o item 2.4, terá uma contextualização geográfica e política da região amazônica, ressaltando sua abundância de recursos naturais, a complexidade de sua geografia (floresta densa, baixa demografia). Ao mesmo tempo, será evidenciado o abandono institucional da região, especialmente nas áreas de fronteira, com destaque para as fragilidades de segurança, infraestrutura e os desafios sociais.

A consolidação do Brasil como uma plataforma emergente do narcotráfico global deve ser compreendida a partir de um processo histórico de longa duração, no qual políticas internacionais de repressão, reconfigurações econômicas e dinâmicas territoriais nacionais se entrelaçam. Para compreender o atual protagonismo brasileiro, é necessário, portanto, retomar as origens do narcotráfico na América Latina, observando como a “guerra às drogas” e a militarização imposta pelos Estados Unidos deslocaram fluxos ilícitos e redefiniram geografias de poder no continente.

2.1 O BRASIL NO TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS: FATORES EXTERNOS E INTERNOS.

O narcotráfico tem sido associado à América Latina desde a década de 1970 e, ao longo do tempo, tornou-se cada vez mais sofisticado e expandiu sua influência por toda a região. A América do Sul, em particular, possui uma cadeia mercadológica bem estruturada, com fornecedores e distribuidores organizados em redes complexas. Atualmente, o tráfico de drogas é um fenômeno global, envolvendo produtores, consumidores e distribuidores que movimentam mercadorias para diferentes partes do mundo, embora seu início esteja frequentemente atrelado a interesses específicos (Emmerich, 2015).

O consumo de substâncias psicoativas sempre esteve presente na sociedade humana. No entanto, com o advento do capitalismo e a adoção de políticas proibicionistas extremas, o comércio de drogas se transformou em um mercado altamente lucrativo, desafiando constantemente os mecanismos de fiscalização. Diante desse cenário, torna-se essencial traçar uma linha do tempo para compreender que o mercado de drogas nem sempre esteve vinculado à América Latina. Diversos fatores, que serão discutidos ao longo deste trabalho, contribuíram

para que a região se tornasse um ambiente propício ao crescimento dessa economia ilícita (Labrousse, 2010)

A folha de coca, matéria-prima da cocaína, era utilizada culturalmente pelas comunidades indígenas dos Andes por mais de 5 mil anos e tinha funções medicinais, alimentares e ritualísticas. Inicialmente, seu uso foi repudiado pelos colonizadores espanhóis, mas acabou sendo tolerado quando perceberam que a planta aumentava a resistência dos trabalhadores. No entanto, a partir da metade do século XIX, com a descoberta da cocaína, farmacêuticas europeias passaram a importar a planta e a partir do século XX a cultivá-la em outras regiões, iniciando assim a expansão do consumo de cocaína no mundo (Labrousse, 2010).

No início do século XX, os Estados Unidos passaram por uma grande pressão de grupos conservadores da época a fim de adotar políticas mais rígidas no que diz respeito ao consumo de substâncias psicoativas. O país então inicia sua saga proibicionista, se colocando inclusive no cenário internacional como exemplo de repressão e controle do mercado de drogas. A primeira grande vitória dos grupos proibicionistas foi a Lei Seca de 1919, que proibia o consumo e a comercialização de álcool no território americano. Daí surge a primeira demonstração de que a proibição de determinado produto gera escassez e por consequência, um novo mercado ilícito. Assim, surge o tráfico de álcool e por consequência as máfias que mesmo com o fim da proibição em 1933, permaneceram no país e buscaram se reinventar (Rodrigues, 2003).

Durante essa onda de repressão aos psicoativos, foram criados órgãos como a Food and Drug Administration (FDA), ainda em atividade, e o Federal Bureau of Narcotics (FBN), atualmente extinto, mas que desempenhou um papel fundamental não apenas nos Estados Unidos, mas também na formulação de estratégias para influenciar outros países a endurecerem suas legislações antidrogas. Com o passar dos anos, os EUA passaram a tratar o narcotráfico como um inimigo declarado que deveria ser combatido a qualquer custo, adotando até mesmo uma postura diplomática voltada para a implementação de uma legislação proibicionista unificada internacional (Rodrigues, 2003).

A corrida estadunidense contra as drogas alcançou alguns objetivos, como o protocolo assinado em 1972 entre os países que participaram da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1961, classificando as drogas e regulamentando-as (2003). Mas é com a declaração do então presidente Richard Nixon, no mesmo ano, que a guerra às drogas realmente é declarada:

Essa guerra, longe de ser apenas uma metáfora, significava a intenção de aprofundar as medidas repressivas por meio do crescimento das ações policiais de busca e apreensão de drogas ilegais e do combate a grupos clandestinos e redes de tráfico. Aceitava-se oficialmente a existência de *países produtores de drogas ilícitas e países consumidores*, atitude que cumpria o papel de exteriorizar o problema do tráfico de drogas, colocando Estados e regiões do então Terceiro Mundo como agressores e os Estados Unidos na posição de vítima: nessa lógica, criminosos asiáticos e latino-americanos levariam heroína, cocaína, maconha e LSD para corromper a juventude norte-americana (Rodrigues, 2003, p. 27).

Os Estados Unidos posicionaram-se então como defensores da luta contra o narcotráfico, mas em grande medida omitem uma análise crítica de seu papel enquanto consumidor. Dividir o mundo entre produtores e consumidores, com os últimos sendo vistos como "vítimas" dos primeiros, como aponta Rodrigues (2003) afetava diretamente os países produtores e indiretamente Nixon declara guerra aos mesmos. No entanto, essa visão negligencia um fator crucial: a enorme demanda que os Estados Unidos sempre tiveram por drogas como a cocaína, a maconha e outras substâncias, sendo este o motor principal da expansão do narcotráfico nas décadas seguintes (Labrousse, 2010).

A produção na América Latina aumentou significativamente na década de 1960, com o surgimento do movimento contracultura nos Estados Unidos, aumentando a demanda principalmente de maconha (Rodrigues, 2003). No sul dos Estados Unidos, assim como no México e na Colômbia, a produção de cannabis se intensificou, acompanhando seu auge nas décadas de 1960 e 1970. No entanto, com a repressão cada vez mais rígida ao uso da maconha, a demanda por outras substâncias cresceu, abrindo espaço para a ascensão da cocaína, que já era consumida, mas em menor escala (Labrousse, 2010).

A nova demanda por cocaína no mercado norte-americano não foi, no entanto, o único fator responsável pelo aumento da produção nos países fornecedores. Questões sociais, como a atuação de guerrilhas que protegiam camponeses e utilizavam o tráfico para financiar suas operações, também desempenharam um papel significativo. Além disso, a crise econômica e a adoção de políticas monetaristas levaram muitos agricultores a optarem pelo cultivo da coca em detrimento de culturas legalizadas, devido à maior rentabilidade da produção ilícita (Labrousse, 2010).

Como mencionado, a coca é uma planta nativa da região dos Andes, tendo como principais produtores o Peru, a Bolívia e a Colômbia. A alta demanda por cocaína colocou esses países em uma posição estratégica para ampliar sua produção. Aproveitando essa nova oportunidade, agricultores expandiram o cultivo da folha de coca, e surgiram grupos interessados em explorar o mercado em ascensão. Entre eles, destacam-se os cartéis de

Medellín e Cali, que passaram a controlar a produção de cocaína na Colômbia e que, por importarem a matéria-prima dos outros dois países produtores, acabam consolidando-se como as principais organizações do narcotráfico na América Latina (Emmerich, 2015).

Embora os processos que facilitaram a produção ilícita de coca nesses três países apresentem particularidades, há algumas semelhanças. A ausência do Estado em regiões mais isoladas contribuiu para a marginalização socioeconômica e política da população rural, enquanto as elites dominavam os cenários políticos. Além disso, a coca, por ser uma cultura de fácil manutenção e alta rentabilidade, tornou-se a principal alternativa de sustento para muitas comunidades, gerando empregos informais e atraindo mão de obra camponesa, especialmente em áreas rurais (Emmerich, 2015).

As guerrilhas desempenharam um papel fundamental no crescimento da produção de coca no Peru. O Sendero Luminoso e o Movimento Revolucionário Túpac Amaru passaram a proteger os camponeses que cultivavam coca, recebendo, em troca, parte dos lucros gerados pelo comércio da planta, que ajudavam a financiar suas operações. O Estado peruano incentivava em determinado momento, a migração de indígenas e camponeses para a Amazônia com o objetivo de desenvolver a região. No entanto, com a mudança de governo, as prioridades se voltaram para os Andes, deixando os migrantes abandonados e facilitando a penetração de guerrilhas nessas comunidades (Labrousse, 2010).

Ocorre diferente na Bolívia que teve a produção de coca impulsionada por incentivos governamentais, com subsídios sendo investidos no desenvolvimento da indústria da coca:

A narcoditadura do general Luis Garcia Meza Tejada (1980-1981), depois de um período de instabilidade econômica e política (1981-1985), acompanhada por uma corrupção desenfreada que prosseguiria nos governos democráticos seguintes, provocaram um crescimento ininterrupto das culturas de coca, ue atingiram 50 mil hectares em meados dos anos 1990 (Labrousse, 2010, p. 27).

No caso colombiano, com o declínio do mercado da maconha, a produção rapidamente se voltou para a coca. Foi nesse contexto que surgiram os grandes chefes do narcotráfico, como Pablo Escobar, do Cartel de Medellín, e os irmãos Orejuela, do Cartel de Cali, que passaram a dominar o comércio e se tornaram grandes empresários do tráfico. Dessa forma, os pequenos produtores passaram a abastecer os cartéis, consolidando uma rede estruturada de fornecimento (Rodrigues, 2003).

A Colômbia também se especializou no processamento da pasta base de coca, etapa que muitos produtores já realizavam, transformando-a em cocaína para, então, exportá-la aos

seus principais mercados consumidores da época, os Estados Unidos e a Europa. Sendo assim, produtores do Peru, Bolívia e em menor número da Colômbia vendiam a folha de coca ou a pasta base para os grandes carteis que transformam a matéria prima em cloridrato de coca ou cocaína, a fim de transportar. A Colômbia se torna então um país produtor e distribuidor da droga (Rodrigues, 2003).

Com o fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética os Estados Unidos se consolidam como a única potência hegemônica no sistema internacional. Essa chamada vitória, contudo, demandou uma reorientação geopolítica. Diante da ausência do grande rival comunista, emergiu a necessidade de definir uma nova ameaça que justificasse a intervenção e a centralidade da política externa americana. Assim, América Latina, já tradicional foco de influência do agora hegemom, pode ter os recursos e atenção dos EUA canalizada. Nesse contexto, o antigo discurso da Guerra às Drogas ressurgiu com mais força e o narcotráfico passou a ser elevado à categoria de ameaça substituta e de segurança nacional (Campos, 2013).

Essa nova doutrina foi rapidamente instrumentalizada. Como exemplos, o governo Bush (pai) classificou Peru, Bolívia e Colômbia como focos potenciais de possíveis operações militares. Posteriormente, a administração Clinton enfatizou a necessidade de um combate às drogas compartilhadas (entre países produtores e consumidores). Tais posicionamentos deram legitimidade à crescente ingerência dos EUA nos territórios latino-americanos, manifestada tanto pelo posicionamento direto de militares quanto pela influência, treinamento e fiscalização das forças de segurança locais. Este mecanismo estratégico facilitou a infiltração das políticas domésticas na região (Campos, 2013).

Neste contexto, o declínio do protagonismo colombiano no narcotráfico teve início no começo da década de 1990. Primeiramente, com o lançamento da Estratégia Andina, um novo programa de financiamento à guerra contra as drogas que intensificou a militarização do combate ao tráfico pelos Estados Unidos. Em seguida, o Plano Colômbia, que, inicialmente, possuía um caráter mais diplomático, voltado para ações em diversas frentes além da repressão militar. No entanto, os atentados de 11 de setembro de 2001, em Nova York, marcaram uma nova fase da política externa dos EUA, que passaram a priorizar a guerra ao terror e a classificar diversos grupos como organizações terroristas (Labrousse, 2010).

O Plano Colômbia, uma iniciativa de cooperação entre os Estados Unidos e a Colômbia, foi lançado no final dos anos 90 com o objetivo de combater o narcotráfico. Sua premissa principal era o fortalecimento do Estado e a promoção da paz, o que desencadeou um grande investimento por parte do governo estadunidense, especialmente em recursos militares.

Apesar da abordagem inicial abarcar fatores socioeconômicos e de direitos humanos, a maior parte do orçamento foi direcionada para a intensificação do combate aos cartéis e guerrilhas. Paradoxalmente, embora o Plano Colômbia tenha alcançado alguns resultados positivos no desmantelamento de grupos criminosos e na redução da produção de cocaína no país, a repressão militar desconsiderou o cuidado com os direitos humanos da população colombiana. Isso resultou em um aumento significativo da violência e no deslocamento forçado de comunidades (Devia Garzón et al., 2024).

Com a principal rota de escoamento de drogas agora "paralisada" pela repressão militar, o narcotráfico não foi interrompido, mas sim transbordou para outros países. Isso se manifestou, por exemplo, no aumento da produção no Peru e na Bolívia, e, mais significativamente, no redirecionamento das rotas, o que colaborou para o início do protagonismo brasileiro no fluxo de drogas em direção à Europa (Procópio, 1999).

A desarticulação e enfraquecimento dos grandes cartéis colombianos, abriu espaço para uma transformação no cenário global do narcotráfico. Embora ainda atuantes, essas organizações perderam influência e viraram grupos de pequeno e médio porte, conhecidos agora como “cartelitos”. Os cartéis mexicanos, que já desempenhavam um papel no transporte da droga colombiana através da fronteira com os Estados Unidos, aproveitaram o enfraquecimento de seus antigos fornecedores para assumir a distribuição nos territórios norte-americanos. Com essa mudança, consolidaram-se como os novos protagonistas da geopolítica do tráfico de drogas na América Latina (Labrousse, 2010).

A dinâmica de produção e transporte da cocaína permanece a mesma, com a diferença de que, atualmente, os cartéis mexicanos têm uma presença mais significativa na América do Sul, assumindo o comando de diversas operações. Assim, apesar de ter vivido seu auge como principal exportadora de drogas, a Colômbia ainda mantém o título de produtora, ao lado do Peru e da Bolívia. Como já exposto, esses três países caracterizam-se como grandes produtores por sua geografia favorável ao cultivo da coca, questões econômicas que tornam essa atividade mais rentável, mesmo que informal, e aspectos políticos que a favorecem, como a ausência do Estado ou o envolvimento de agentes estatais nessa dinâmica (Emmerich, 2015).

O México sempre foi uma peça fundamental nas redes do narcotráfico, especialmente por fazer fronteira com o maior mercado consumidor: os Estados Unidos. Com o aumento da demanda, a produção cresceu significativamente, e o México passou a produzir e exportar cannabis em larga escala, dando origem aos primeiros cartéis de droga no país (Labrousse, 2010). No entanto, quando a maconha começou a perder popularidade e a cocaína

assumiu seu lugar, os traficantes mexicanos se reinventaram, tornando-se o principal corredor da droga para os cartéis colombianos. A posição estratégica do México como país de trânsito próximo ao mercado consumidor facilitou a ascensão dos traficantes mexicanos, permitindo que, ao longo do tempo, eles tomassem o lugar dos colombianos. Apesar de ainda manterem relações comerciais com os cartéis da Colômbia para garantir o fornecimento da droga, hoje os mexicanos detêm um poder muito maior dentro do narcotráfico global (Labrousse, 2010).

Neste ponto, é importante entender o que qualifica um país como de trânsito (ou redistribuidor). Segundo Emmerich, um país se torna um mercado de trânsito por estar localizado entre a produção e a demanda, sem necessariamente se dedicar à produção de drogas. Alguns fatores são decisivos para essa função, como a geografia: países de trânsito geralmente fazem fronteira com os produtores e possuem mais infraestrutura do que eles. Além disso, também têm melhor acesso aos mercados consumidores, facilitando a distribuição da droga (Emmerich, 2015). Baseando-se na literatura que trata sobre rotas de narcotráfico da América do Sul para a Europa, percebe-se que houve uma mudança entre as principais rotas do início do século XX para as principais rotas dos anos de 2020, movimento comum na dinâmica do narcotráfico, como aponta Emmerich:

No es necesaria la preexistencia de una tradición de relación con las drogas ya que el mercado de tránsito es creado por el mercado global y no al revés. Esto implica que la cambiante geopolítica del narcotráfico, frente a las persecuciones, tiende a acomodarse rápidamente en las geografías más “accesibles” (Emmerich, 2015, p.56)

Nos anos 2000, a demanda por cocaína na Europa aumentou significativamente, e as rotas de tráfico, partindo dos países andinos, estavam organizadas em três principais frentes: do Caribe para a Península Ibérica; da América do Sul para as ilhas de Cabo Verde, Madeira e Canárias, e, posteriormente, para a Europa; e da América do Sul para a África Ocidental, com destino final no continente europeu. Dentre os países sul-americanos que desempenhavam o papel de distribuidores, destacavam-se Venezuela e Brasil, enquanto Argentina e Equador tinham um papel secundário. Já em um trabalho publicado em 2013, por exemplo, o professor Bruce Bagley apontava que uma das principais rotas da época saía do Caribe para a África Ocidental e/ou para a Europa. Além disso, ele destacava que 52% da cocaína que entrava no continente europeu era proveniente da Venezuela (Bagley, 2013)

Além das represálias que ocorreram na Colômbia, ações similares também se aconteceram a países da América Central e resultaram na implementação da Iniciativa Mérida no México. Os objetivos eram parecidos com o Plano Colômbia, com a cooperação estadunidense, combater o narcotráfico e restaurar a paz no território mexicano. Ao contrário

do que aconteceu no país sul-americano, a Iniciativa Mérida foi considerada um fracasso, aumentando a violência e fortificando os cartéis mexicanos, resultando novamente, em estragos apenas para a população (Devia Garzón et al., 2024):

Ademais, o demasiado foco nas questões militares e policiais, tomadas como mantenedoras da ordem, conduziu a uma série de violações dos direitos humanos e enfraquecimento de instituições democráticas. O medo promovido pelos Estados lembra táticas de guerra, mesmo que de baixa intensidade, e levam à criminalização de populações, sobretudo camponesas (Lyra, 2014, p. 73).

A necessidade declarada pelos Estados Unidos de “combater as drogas” nos territórios latino-americanos, e as iniciativas que derivam desse discurso, podem ser compreendidas, à luz da Geopolítica Crítica, não apenas como políticas de combate ao crime, mas como dispositivos discursivos e estratégicos de poder. Nesse sentido, o discurso da “guerra às drogas” opera como uma narrativa geopolítica de legitimação, por meio da qual os EUA reafirmam sua autoridade hemisférica: a construção do inimigo (o outro, aqui colocado como o narcotráfico) explora a necessidade de intervenção estadunidense nos países latino-americanos que não conseguem se defender sozinhos. Tal construção discursiva não apenas reorienta a geopolítica estadunidense, mas reconfigura a geopolítica global e inclusive, a geopolítica do narcotráfico (Agnew; Ó Tuathail, 2006).

A partir disso, entende-se que as operações de “guerra às drogas” acarretaram o declínio do protagonismo colombiano no cenário do narcotráfico e a ascensão dos cartéis mexicanos provocaram uma reorganização significativa na dinâmica do tráfico e de suas principais rotas. Essa reconfiguração, por sua vez, representou uma oportunidade logística para o Brasil, dada a sua estratégica geografia e a sua infraestrutura.

O Brasil sempre participou da dinâmica do narcotráfico em maior ou menor medida. Fazer fronteira com os três principais países produtores de cocaína e ter saída para o Atlântico em diversos pontos faz com que o país se torne uma rota quase natural para o crime organizado. Portos estratégicos como Santos, São Paulo e Paranaguá, Paraná, são alguns pontos de escoamento utilizados pelo tráfico, facilitando a exportação de drogas para a Europa e África Ocidental. Desde os anos 1970, o Brasil já estava inserido nas rotas do narcotráfico, com destaque para a chamada "Rota Caipira"¹, que transporta cocaína da Bolívia para o interior do

¹ Essa rota ganhou esse nome porque atravessa áreas do interior paulista, triângulo mineiro e sul goiano, regiões consideradas “caipiras” (Abreu, 2017).

Brasil, principalmente pelo estado de Mato Grosso do Sul. A droga segue para grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, onde é distribuída para o mercado interno ou enviada ao exterior (Abreu, 2017).

A geografia e a organização urbana do Brasil fizeram com que, por muito tempo, o narcotráfico fosse fragmentado e menos centralizado do que em outros países. Segundo Emmerich, como as cidades costeiras não eram integradas e não compartilhavam recursos, o crime organizado também se estruturava de forma descentralizada. São Paulo, por exemplo, por não ter uma forte influência geopolítica na costa, permitiu a consolidação de um único cartel dominante, o Primeiro Comando da Capital (PCC), que hoje controla o narcotráfico em dia, mas segue se expandindo para outras regiões (Emmerich, 2015).

Já no Rio de Janeiro, a geografia montanhosa dificultava a ocupação homogênea do território, e o tráfico se dividia entre diferentes facções que dominavam territórios específicos dentro das favelas, muitas vezes operando mais como pequenos empreendimentos do que como uma organização unificada. Por conta dessa fragmentação e das características territoriais do país, o autor considerava que o narcotráfico no Brasil era mais voltado para o mercado de consumo interno do que para a exportação, ao contrário do que acontecia na Colômbia e no México, onde os cartéis eram estruturados para traficar grandes quantidades de droga para o exterior (Emmerich, 2015).

Um dos fatores que facilitaram a entrada do Brasil no comércio de entorpecentes foi o surgimento do grupo criminoso Comando Vermelho (CV), originário do Rio de Janeiro. Inicialmente, o CV não tinha o tráfico de drogas como principal fonte de renda, sendo financiado em grande parte por assaltos a bancos. No entanto, com a consolidação da produção de drogas no continente a partir dos anos 1970, surgiu a oportunidade de ingressar nesse mercado, tornando o Brasil não apenas uma rota do tráfico, mas também um mercado de consumo em expansão, já que o grupo passou a vender drogas internamente (Rodrigues, 2003).

As características estruturais do narcotráfico no Brasil desenvolveram-se nos anos 1970, a partir da sua condição primordial de país de trânsito, que o diferencia historicamente dos que são produtores ou eminentemente consumidores. Essa característica, voltada para uma atividade-meio, o trânsito, fez com que grupos atuantes nesse segmento do narcotráfico, no caso brasileiro, estivessem operacionalmente vinculados às estruturas e organizações nas duas pontas do

processo. Ou seja, vínculos com produtores e consumidores. Por consequência, boas relações e ligações com os grandes carteis internacionais e cooptação pela corrupção no plano interno lubrificam as demais estruturas da contravenção associadas ao narcotráfico (Procópio, 1999, p. 58)

Além disso, com a repressão exercida pelo Plano Colômbia, o Brasil passou a desempenhar outro papel no narcotráfico além de ser uma rota: o de refinador de drogas. A intensificação do combate ao tráfico na Colômbia deslocou parte da produção para países vizinhos, e um dos efeitos desse processo foi a chegada da tecnologia de fabricação de pasta base ao território brasileiro. Como consequência, laboratórios de refinamento começaram a surgir na fronteira amazônica, permitindo que a cocaína fosse processada dentro do Brasil. Já na década de 1990, investigações revelaram a existência dessas instalações operando no país, trazendo essa nova dinâmica do narcotráfico sul-americano (Machado, 2009).

[...] países que nos anos 1980 eram corredores de passagem da cocaína e centros consumidores de segunda importância (como Equador, Brasil e Venezuela), passaram a comportar organizações bem estruturadas, com fortes vínculos com as instituições públicas, que processam cocaína e maconha [...] (Rodrigues, 2003, p. 78).

A ascensão do Brasil ao protagonismo como uma rota emergente no cenário do narcotráfico é impulsionada por uma confluência de fatores complexos. Primeiramente, destaca-se a reconfiguração das rotas tradicionais do narcotráfico, que se deu, em parte, pelas repressões sofridas por países anteriormente consolidados como redistribuidores, impulsionando a busca por novas vias de escoamento. Além disso, o cenário interno e externo contribui significativamente, com o aumento do mercado de consumo de cocaína no Brasil, que se configura como o maior do continente sul-americano, e o crescente consumo da droga na Europa (Bagley, 2013), para a qual o território brasileiro oferece um acesso geoestrategicamente vantajoso, dada sua posição intermediária entre os países produtores e os mercados consumidores.

Ainda, a ascensão e a consolidação de grupos criminosos altamente estruturados, como o PCC, são elementos decisivos, conforme aponta Emmerich (2015), a capacidade de exportação de drogas é amplificada por organizações que possuem uma estrutura robusta. Por fim, as oportunidades apresentadas pelo Brasil também são exploradas, sendo elas a fragilidade territorial e estatal em diversas regiões, aliadas a uma infraestrutura logística substancialmente mais desenvolvida que a de países vizinhos, oferecendo uma vasta rede de modais para o escoamento ilícito. Outro fato a ser analisado, é o *boom* das *commodities*, que elevou o Brasil ao status de emergente, tornando-o o principal exportador de produtos como soja, minério de ferro e carne, gerando um imenso fluxo comercial que o narcotráfico soube aproveitar.

A necessidade de deslocamento das rotas para o Brasil fez sentido não apenas por uma coincidência geográfica (estar situado entre os produtores e consumidores), mas por uma congruência de fatores internos que fez o território ser ainda mais atrativo para o tráfico de drogas. A existência de uma sofisticada infraestrutura logística construída para o escoamento em grande escala de *commodities* passou a ser instrumentalizada pelo crime organizado. Dessa forma, mais do que compreender as causas externas e históricas dessa reconfiguração, torna-se fundamental analisar os fatores internos que funcionam como oportunidades estruturais para a consolidação do narcotráfico no Brasil.

2.2 O POTENCIAL LOGÍSTICO DO BRASIL PARA O NARCOTRÁFICO

Como discutido, as rotas do narcotráfico são dinâmicas, sendo impedidas pelo aumento da repressão ou a intensificação da vigilância estatal, surge a necessidade de reajustar a rota. O objetivo principal desse negócio é transportar a droga da maneira mais fácil e segura possível, para que chegue ao seu destino final. Por isso, os grupos criminosos costumam contratar transportadores, pessoas que conhecem profundamente estradas e regiões específicas, sabem navegar por determinados territórios e são capazes de identificar e contornar barreiras impostas pela repressão (Pinho; Rodrigues; Zambon, 2023).

Além da flexibilidade nas rotas, há também uma distinção entre os produtos transportados: o cloridrato de cocaína, destinado ao mercado externo, e a pasta base, voltada para o consumo interno. São Paulo é o destino final da pasta base, consolidando-se como um dos maiores centros consumidores do país, além de ser um importante ponto de redistribuição da droga para outras regiões. O estado é crucial para o funcionamento da geopolítica do narcotráfico no Brasil, pois oferece acesso facilitado a diversas partes do país por meio de rodovias, aeroportos e portos estratégicos, além de possuir pistas clandestinas no interior. Para a distribuição de drogas, seja para o consumo interno ou para exportação, passar por São Paulo se tornou uma obrigatoriedade dentro da estrutura do tráfico no Brasil (Abreu, 2017).

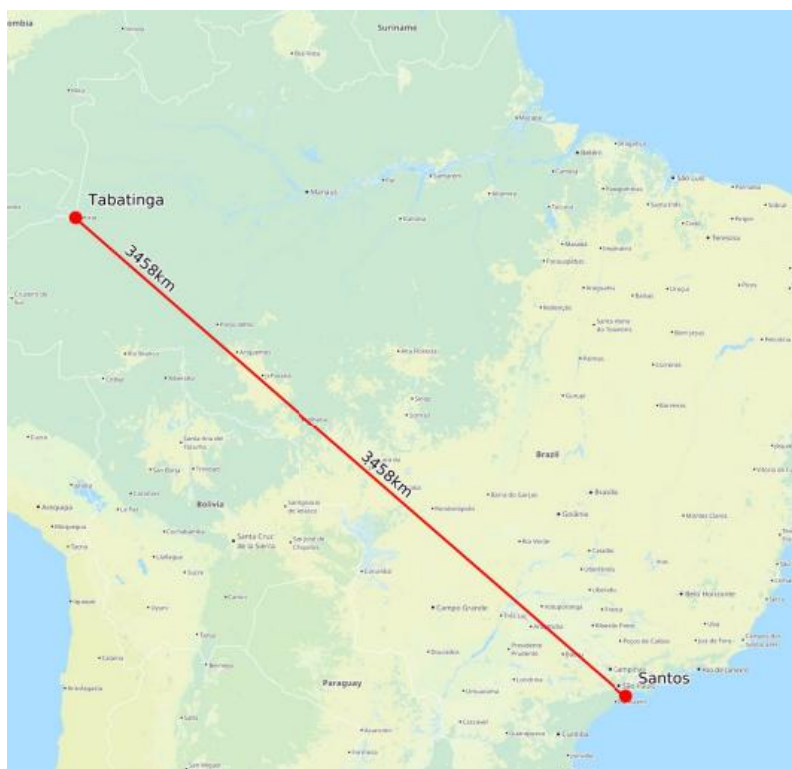
Soma-se a isso o fato de que o estado de São Paulo tem o maior porto do continente Latino-Americano, o Porto de Santos, que desempenha um papel fundamental no tráfico transnacional de cocaína, sendo um dos principais pontos de saída da droga para outros continentes. Suas altas taxas de apreensão indicam não apenas a relevância do porto na rota do tráfico, mas também a intensidade da vigilância policial na região. No entanto, isso não

significa que a maior parte da droga que sai do Brasil passa necessariamente por ali, mas sim que as operações de repressão são mais eficazes nesse ponto específico. O porto não funciona apenas como uma simples passagem, mas como um nó logístico essencial, onde a cocaína passa por diferentes etapas antes de seguir viagem até a Europa (Pinho; Rodrigues; Zambon, 2023).

O discutido acima traz a necessidade de observar as áreas fronteiriças, que devem ser levadas em conta nesse cenário, por serem os principais pontos de entrada e saída de mercadorias. As fronteiras pelas quais a droga entra no Brasil, podem ser remotas, com baixa densidade populacional e com vegetação densa, como a tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, no estado do Amazonas (Pimenta, 2023). A interação nessas regiões é de importância estratégica para o tráfico de drogas. O subdesenvolvimento das áreas fronteiriças, que podem incluir cidades com populações vulneráveis, e suas fronteiras porosas e de segurança fragilizada, complicam ainda mais essa questão (Couto, 2020).

A vulnerabilidade das fronteiras pode facilitar o ingresso inicial dos entorpecentes, mas é o grande trajeto até os pontos de escoamento no Atlântico onde está o verdadeiro desafio. Esse obstáculo interno é evidenciado no mapa a seguir:

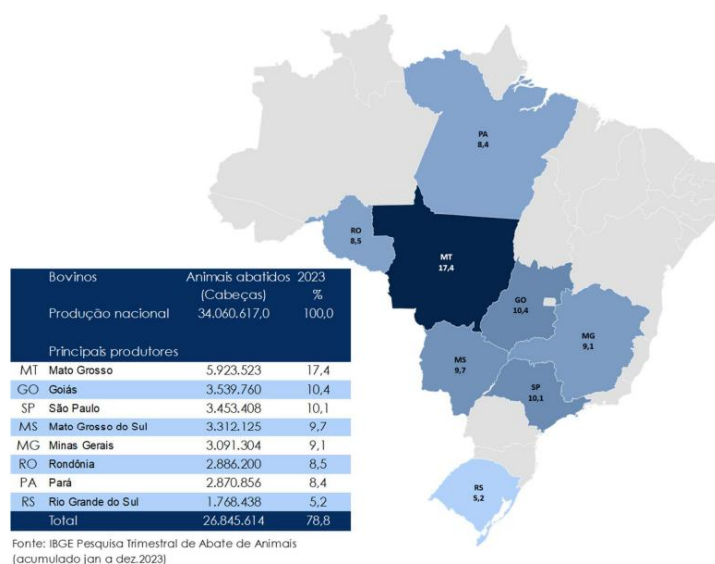
Figura 1- Distância entre Tabatinga (AM) e Santos (SP)



Fonte: Elaboração própria, baseado em Google Maps, 2025.

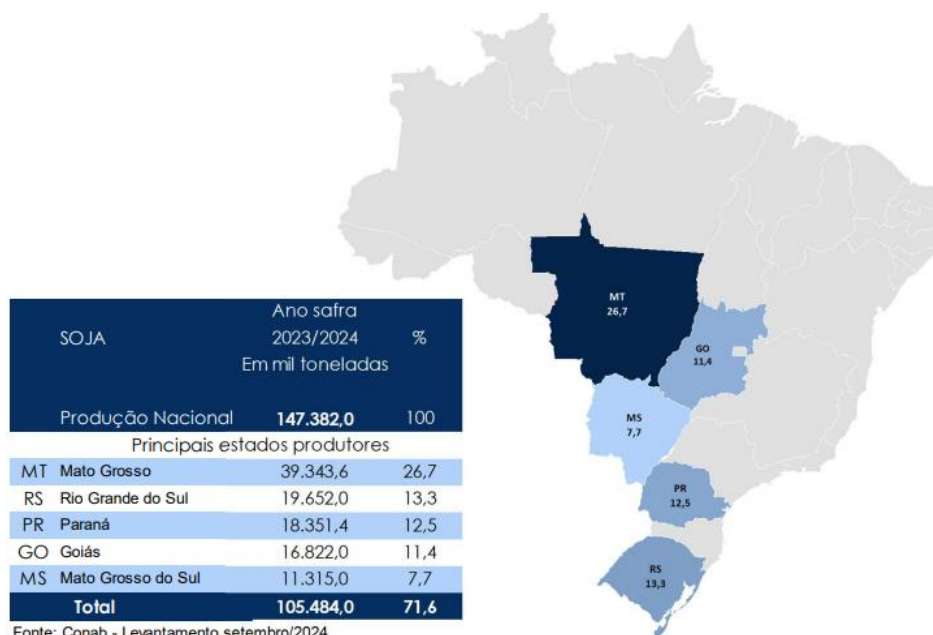
Com mais de 3 mil quilômetros de distância, a cidade fronteiriça de Tabatinga, utilizada como referência, e a cidade de Santos, onde está localizado o porto, representam um grande desafio logístico para o transporte de entorpecentes. No entanto, essa dificuldade para a circulação de cargas ilícitas pode ser facilitada pela extensa malha rodoviária brasileira e pela infraestrutura logística voltada para o escoamento de *commodities*. É nesse contexto que o narcotráfico encontra oportunidades para se infiltrar nas rotas comerciais legais, utilizando-se de uma estrutura desenvolvida para a exportação de matéria prima. A intenção de adicionar abaixo as figuras 2 e 3 é a de fazer uma sobreposição com a figura 1. Apesar de o primeiro mapa demonstrar apenas a distância em linha reta, pode se ter a noção que a rota entre onde entra e onde sai a cocaína é o mesmo território em que circulam as principais commodities do país:

Figura 2- Produção de bovinos por estado.



Fonte: MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária), 2024.

Figura 3- Produção de soja por estado.



Fonte: MAPA, 2024.

Historicamente o Brasil por ser um país com abundância de recursos naturais, sempre teve um papel importante entre os protagonistas na produção e exportação mundial de *commodities*. Devido a isso o país demanda de uma alta capacidade logística, estando entre os líderes de produtores e exportadores mundiais de produtos primários, além da soja, minério de ferro, petróleo bruto, carne bovina e celulose. Essa especialização é impulsionada por vastos recursos naturais, terras férteis e um agronegócio altamente produtivo e tecnificado (EMBRAPA, online). A exportação massiva desses produtos é o principal motor do superávit da balança comercial brasileira, gerando divisas essenciais para a economia. Em 2024, por exemplo, o superávit foi de US\$74,5 bilhões, evidenciando essa forte capacidade exportadora (MDIC, 2024).

Para o escoamento de sua produção e com a vasta dimensão territorial, o Brasil demanda de uma complexa infraestrutura logística, essencial para o seu posicionamento no comércio global. O país é majoritariamente dependente do modal rodoviário para o transporte de cargas, que, apesar de sua capilaridade, enfrenta desafios como a falta de investimentos e manutenção precária em muitas áreas, impactando custos e competitividade. Complementarmente, a rede logística brasileira integra ferrovias, cuja participação no transporte de cargas ainda é menor (cerca de 20%), e uma extensa malha de hidrovias, crucial

para o escoamento em regiões como a Amazônia (EMBRAPA, online). O mapa a seguir evidencia a diversidade modal presente no território brasileiro.

Figura 4- Mapa multimodal do Brasil



Fonte: Elaborado pelo DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) (2025), adaptado pela autora.

Com o *boom* das *commodities* nos anos 2000, resultado pelo aumento nos preços de produtos primários que acabou levando o Brasil a ser ainda mais central no cenário comercial internacional. Esse fenômeno levou à expansão do plantio do principal produto da exportação brasileira, a soja, para outras regiões antes pouco utilizadas para esse fim, como a região centro-oeste e a amazônica. Além disso, fez-se necessário aumentar a produção de outros bens como a cana de açúcar, café, feijão e milho, também por consequência da alta na demanda (Flexor; Leite, 2017).

A ascensão da economia brasileira no início do século XXI, especificamente entre os anos 2002 e 2014, tem uma importante relação com o aumento da demanda do mercado chinês para *commodities*. Desde os anos de 1990 a China teve uma alta expansão econômica e por consequência, a elevação nos preços das *commodities* de minérios e agrícolas. Essa aproximação entre os dois países tornou a China o principal consumidor de *commodities* do mercado brasileiro, impulsionando assim seu mercado de exportações:

O “Boom das Commodities” é um fenômeno de mercado em que se observa um aumento expressivo do preço das *commodities* em consequência, na maioria dos casos, de um crescimento acima do normal na demanda internacional por tais produtos. Espera-se que, durante a ocorrência de eventos como esse, haja crescimento dos investimentos nos setores que são carros-chefes do boom, alterando as preferências que determinam os investimentos. No caso do Brasil, nota-se a redução nos investimentos em culturas destinadas ao mercado doméstico, como arroz, em detrimento do aumento dos investimentos e das áreas cultivadas de soja e milho, fruto do crescimento da demanda externa por estes produtos (Leite; Rodrigues, 2024, p. 4).

No período compreendido entre os anos 2003 e 2008, as exportações do Brasil passaram de U\$72 bilhões para U\$197 bilhões. No mesmo período, a taxa de crescimento do PIB foi de aproximadamente 4,8%. As mercadorias que contribuíram para o crescimento das exportações seguem a tradição dos setores mais relevantes na pauta exportadora: metais não-preciosos, soja e petróleo e gás, tendo a China como principal destino (Leite; Rodrigues, 2024, p. 5)

Ainda, a fortificação do bloco econômico BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China) nesta época, influenciou no aumento do fluxo comercial brasileiro (Leite; Rodrigues, 2024). Entende-se, portanto, que esse aumento expressivo nas exportações brasileiras gerou uma oportunidade para o mercado ilícito, pois além de ter criado novas rotas logísticas, também aumentou a quantidade de insumos transportados. O narcotráfico, que já se aproveitava da infraestrutura de transporte e dos altos volumes de carga lícita (como a própria soja utilizada para dissimular a cocaína) com o crescente fluxo comercial, se beneficia ainda mais e reforça a posição do Brasil como um importante corredor para o tráfico com destino à Europa.

Os destinos de mercadorias e os principais parceiros comerciais do Brasil são a China, os Estados Unidos, que ocupam a segunda posição, com trocas comerciais significativas, a Argentina, um importante parceiro regional, e países da União Europeia, como Holanda e Alemanha, que também são relevantes para o comércio brasileiro (MDIC, 2024). Essa diversidade de parceiros e a capacidade de exportação de *commodities* caracterizam o fluxo comercial que o narcotráfico busca infiltrar, afinal para se tornar um país de trânsito ou redistribuidor deve-se ter uma boa infraestrutura logística, que também faça sentido para o escoamento de drogas, como traz Emmerich (2015):

Países como Argentina y Brasil tienen un intenso intercambio comercial con el mundo y esto facilita el tránsito de cocaína. Cuentan con sistemas de transporte modernos sin la vigilancia apropiada para interceptar la droga en las fronteras y en los puertos. [...] Cuentan con una infraestructura económica bastante desarrollada sin contar con fuertes instituciones político-estatales (Emmerich, 2015, p. 55) .

O exposto acima por Emmerich (2015) evidencia que não se deve analisar o território apenas como um suporte físico de fluxos econômicos, mas como uma construção política e discursiva de poder. A infraestrutura logística é também um instrumento de materialização do poder estatal, ainda que permeado por relações informais e ilegais. O narcotráfico, ao apropriar-se dessas estruturas formais, reinterpreta a lógica territorial, transformando espaços concebidos para a circulação de *commodities* em corredores híbridos, nos quais o lícito e o ilícito coexistem. Essa reconfiguração demonstra que o território não é apenas administrado pelo Estado, mas disputado por múltiplos atores, revelando um processo contínuo de descentralização da soberania, multiplicação de territorialidades e como o narcotráfico tem a capacidade de territorializar espaços (Agnew, 2005).

O narcotráfico, portanto, explora infraestruturas logísticas pré-existentes, como rotas comerciais destinadas ao transporte de *commodities*, utilizando-as para consolidar fluxos de comércio ilícito. Além de utilizar mercadoria lícita, como grãos, minério ou madeira para mascarar a passagem de entorpecentes (CDESC, 2023). A tabela abaixo representa uma rápida pesquisa feita por esta autora, na página da PF (Polícia Federal) no gov.br. Utilizando combinações das palavras-chave como "apreensão", "cocaína", com "café", "milho", "carne" ou "soja", permitiu identificar reportagens sobre apreensões de cocaína ocultas em cargas de *commodities* nos anos 2024 e 2025, e também evidenciou a amplitude do tráfico de drogas, tendo ocorrências em diferentes regiões brasileiras (PF, 2024-2025).

Tabela 1- Apreensões ocultas em *commodities*

Commodities	Local	Quantidade	Data
Café em Grãos	Porto de Santos/SP	380 kg	2024
Café	Porto de Itaguaí/RJ	387 kg	2024
Soja	São Luís /MA	500 kg	2024
Farelo de Soja	Guarapuava/PR	513 kg	2024
Carne	Olímpia/RO	615,85 kg	2024
Carne de Frango	Porto de Itapoá/SC	33 kg	2024
Farelo de Soja	São Carlos/SP	503 kg	2025
Milho	Sapucaia/PA	500 kg	2025
Milho	Picos/PI.	800kg	2025

Fonte: Elaboração da autora, com dados da Polícia Federal (2024-2025).

Usar cargas de *commodities* para mascarar é apenas um dos métodos utilizados pelo crime organizado para transporte de cocaína. Justamente pela grande dimensão territorial que uma carga deve percorrer, outras alternativas devem ser adotadas. Se aproveitar de rodovias pouco fiscalizadas ou fronteiras porosas é comum, como também adaptar as rotas conforme os obstáculos e oportunidades, por isso os caminhos da droga não são definidos e passam por mudanças. Nesta dinâmica, surge como um facilitador o suborno ou a corrupção. As chances de intervenção das cargas em um percurso largo são muito grandes, o que exige a necessidade de corromper agentes públicos e/ou funcionários para garantir a passagem da droga, inclusive para acessar pontos estratégicos como portos. Toda essa teia de dificuldades acaba por agregar valor final da cocaína, que considera a complexidade, os custos do transporte e a garantia da segurança da carga (Abreu, 2017).

Portanto, se a infraestrutura logística do Brasil, com seus modais e o grande volume de *commodities*, oferece as condições materiais para o narcotráfico, a efetivação e o sucesso dessas operações dependem crucialmente das fraquezas sociológicas, territoriais e do Estado. É a falta de controle efetivo, a corrupção de agentes públicos e as vulnerabilidades sociais em determinadas regiões que permitem que o crime organizado consolide sua presença e utilize as vias lícitas para fins ilícitos, transformando o potencial em realidade operacional das redes criminosas.

2.3 VULNERABILIDADES ESTRUTURAIS E SUA FUNCIONALIDADE PARA A LOGÍSTICA DO NARCOTRÁFICO

A ampla capacidade logística e a complexa rede de transporte nacional, embora fundamentais para o posicionamento do Brasil nas rotas internacionais, não explicam o êxito do narcotráfico. Para que uma economia ilegal se estabeleça e prospere, é indispensável a adoção de estratégias de evitamento, infiltração e cooptação do aparelho estatal. É nesse contexto que a análise deve incorporar as dimensões sociológicas e territoriais do problema, evidenciando como o crime organizado se estrutura a partir da confluência entre exclusão social, corrupção sistêmica e ausência efetiva do Estado, convertendo vulnerabilidades em vantagens operacionais.

Um argumento frequentemente levantado quando se trata de tráfico de drogas é a fragilidade na presença estatal em determinados contextos. No Brasil, o exemplo das favelas cariocas, ilustra essa questão, uma vez que as facções criminosas muitas vezes ganham legitimidade junto à população local. De forma semelhante, dentro das penitenciárias, que são instituições estatais, ocorreu o surgimento da maior facção brasileira, o PCC, a qual continua a se expandir e captar membros dentro de presídios (Moura, 2005).

Em regiões periféricas de megacidades como São Paulo, o que se percebe é uma seletividade na implementação de políticas públicas. Essas cidades tornaram-se centros de acumulação de capitais, atraindo pessoas de outras regiões seguindo “sucesso econômico” e buscando novas perspectivas de vida. Muitas dessas pessoas não atingem suas expectativas, sendo colocadas à margem da sociedade, nas quebradas ou nas favelas. O Estado prioriza a segurança de centros de acumulação definindo um inimigo e criminaliza bairros periféricos, ganhando assim legitimidade perante as elites. Este cenário é propício para o crime organizado, que se aproveita de um embate em comum mas também fornece a possibilidade da ascensão econômica para habitantes dessas localidades (Rodriguez Rejas, 2024). A professora Rodriguez Rejas (2024) exemplifica a maneira estratégica de tratamento das cidades neoliberais com as classes consideradas pobres:

Concentra las actividades financieras, servicios, captación de mano de obra, gentrifica al desplazar y concentrar a los trabajadores de menos recursos en áreas segregadas a la par que atomiza, destruye empleo, pauperiza y genera complejas dinámicas de supervivencia. Desde el enfoque de guerra urbana, la problematización se circunscribe a la insuficiencia de fondos para infraestructura, desarrollo urbano y reducción de la pobreza no obstante que la exclusión no depende sólo ni principalmente de la infraestructura o el desarrollo urbano sino de las condiciones

laborales, de ingreso, de las políticas públicas, etc. Además, las mejoras urbanas se enfocan a mejorar las redes comerciales y la movilidad hacia los centros de trabajo y de consumo, no a abordar los problemas estructurales (Rodríguez Rejas, 2024, p. 57).

Moura (2005), também argumenta como a existência de desigualdades econômicas e sociais são bem evidentes em grandes metrópoles, inclusive em seu texto a autora utiliza o Rio de Janeiro como exemplo. Além da falta de infraestrutura urbana, o enfraquecimento jurídico e policial como fatores que auxiliam a instabilidade do sistema (Moura, 2005).

Neste sentido, podemos utilizar a reflexão de ambas as autoras para um fenômeno mais recente que vem acontecendo no Brasil, apesar de ser o processo inverso do que sugerem, compartilha algumas semelhanças. O fenômeno da interiorização da violência, ocorre quando áreas rurais e de interior se tornam mais propícias para atividades ilegais do que grandes centros e/ou capitais. Soma-se ainda o problema da ausência Estatal, que pode ser relacionada com as fronteiras menos movimentadas ou com regiões de geografia complexa, como o caso da Amazônia (Pimenta, 2023).

Ao utilizar o termo "aglomerados de exclusão", Haesbaert (2003) propõe uma reflexão importante sobre como a desigualdade social não se limita apenas à questão da renda, mas também ao acesso aos recursos, configurando, portanto, uma exclusão socioespacial (Haesbaert, 2003). Isso auxilia na compreensão da participação de populações marginalizadas trabalhando na base da cadeia do tráfico de drogas, inclusive quando se fala do pequeno produtor que vê mais lucro plantando folha de coca, matéria prima da cocaína. Portanto, o que se verifica no Brasil é a falha ou ausência em territórios de responsabilidade do Estado, incluindo o respaldo dos direitos humanos de seus habitantes.

Alguns dados corroboram com o afirmado acima. Em 2023, o cenário socioeconômico brasileiro revelou significativas desigualdades, com 27,4% da população vivendo abaixo da linha de pobreza, definida pelo Banco Mundial como uma renda domiciliar per capita inferior a US\$ 6,85 por dia em paridade de poder de compra. Essa condição de vulnerabilidade foi mais acentuada em estratos geográficos que englobam os Arcos Metropolitanos e, em particular, no interior das regiões Norte e Nordeste do país. Além da pobreza monetária, o estudo do IBGE destacou a desigualdade em outros indicadores sociais. O acesso a saneamento básico também se mostrou desigual, com 67,9% da população com esgotamento sanitário adequado, mas com as piores taxas concentradas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Na educação, embora 73,1% dos jovens de 18 a 29 anos tivessem no mínimo 12 anos de estudo, as menores proporções ainda estavam nas regiões Norte e Nordeste. Por fim, o

acesso a bens duráveis como máquina de lavar e à internet também sublinhou as disparidades regionais, com os piores indicadores para ambos concentrados no Norte e Nordeste (IBGE, 2024).

A falta de investimentos básicos e falta de amparo do Estado para a população, abre espaço à expansão de grupos violentos e, conseqüentemente, ao aumento da criminalidade. Conforme Ferreira (2017), o crime organizado se aproveita da desigualdade social como meio de expansão. Nesse sentido, é importante compreender que não existem espaços em que um ator não exerça poder, portanto, o vácuo de poder estatal é superado por outros agentes. No vácuo deixado pelo sistema, surgem e se fortalecem grupos criminosos. Por fim, a corrupção de agentes públicos por parte dos traficantes facilita o trabalho do crime organizado, como coloca Rodrigues (2010): “Operando como empresa, esses grupos agenciam não apenas o tráfico de drogas, mas também outras ilegalidades, estando em contato próximo com policiais, autoridades públicas, juízes, advogados” (p. 12).

Em suma, a intersecção da deficiência institucional com as vulnerabilidades socioterritoriais e a corrupção sistêmica cria um ambiente propício para a consolidação e expansão do crime organizado, tornando o território um facilitador essencial para as operações do narcotráfico e isso se faz ainda mais presente em regiões mais vulneráveis, como a Amazônica. Essa dinâmica complexa, na qual o narcotráfico se apropria e se infiltra nas estruturas estatais, transforma a criminalidade em um ator intrínseco, institucionalizado, e não apenas em um fenômeno paralelo que atua na ausência do Estado.

A tese de que o narcotráfico não é um ator paralelo, mas intrínseco às estruturas estatais, é reforçada por autores como o jornalista mexicano Oswaldo Zavala (2018) em seu livro *Los Carteles no Existen*. O autor argumenta que a figura do “Cartel” é frequentemente construída pelo discurso oficial da “guerra às drogas” como um inimigo externo, desviando o foco da corrupção sistêmica e da cooptação de agentes públicos. O crime, nesse sentido, não é um agente que atua no vazio do Estado, mas sim um agente institucionalizado cujas operações são facilitadas ou viabilizadas pelo interesse e pela falha das próprias estruturas estatais (Zavala, 2018).

Refletindo sobre o livro, o caso brasileiro, marcado pela ascensão de organizações como o PCC, exige, contudo, uma leitura mais aprofundada: o inimigo não é meramente inventado, mas sim um subproduto da ineficácia institucional. O PCC nasceu da violência estatal, inspirado pelo Massacre do Carandiru (1992) e se fortaleceu diante de operações

policiais que se demonstraram falhas, como o episódio ocorrido em 2006 (Biondi, 2007) (ambos episódios serão aprofundados nos capítulos que seguem).

Além disso, sua estratégia não é de confronto aberto pelo poder, como ocorre em algumas dinâmicas mexicanas, mas de infiltração silenciosa e cooptação via corrupção. Essa fragilidade endêmica facilita a mescla entre o lícito e o ilícito, levando a uma perigosa homogeneização onde o narcotráfico se torna um ator intrínseco e institucionalizado. Nesse cenário, entende-se que o PCC é produto (mesmo que indireto) do Estado. Também que o Estado não é a vítima, mas sim o hospedeiro ineficaz que, por sua incapacidade estrutural, permite a consolidação e expansão do poder criminal.

Agnew (2005) entende que quanto mais bens públicos o aparato estatal é capaz de oferecer, mais disseminada se torna a soberania por meio da territorialização. Em outras palavras, a presença física do Estado, com infraestruturas como escolas, hospitais etc. assegura sua autoridade. Da mesma forma, organizações internacionais desenvolveram a capacidade de prover uma ampla gama de bens públicos, expandindo sua influência para além dos limites territoriais tradicionais. Nesse contexto, a soberania não depende necessariamente de territórios fixos, mas pode se manifestar em redes de poder e influência, o que ajuda a compreender como o narcotráfico consegue articular um corredor de mais de quatro mil quilômetros pelo território brasileiro.

Portanto, a soberania enfraquecida do Estado brasileiro contribui para o abandono de regiões periféricas, como fronteiras ou a Amazônia. Nessa lógica, a fragilidade na soberania se manifesta sobretudo nos espaços marcados por desigualdade e baixa presença estatal (favelas, prisões e periferias), onde o narcotráfico assume funções de autoridade e regulação social. Esse abandono, portanto, é causal: o Estado prioriza a manutenção de territórios economicamente estratégicos, onde se concentra o capital e o poder das elites, que têm maior capacidade de pressionar ou enfraquecer o próprio Estado (Rodriguez Rejas, 2024).

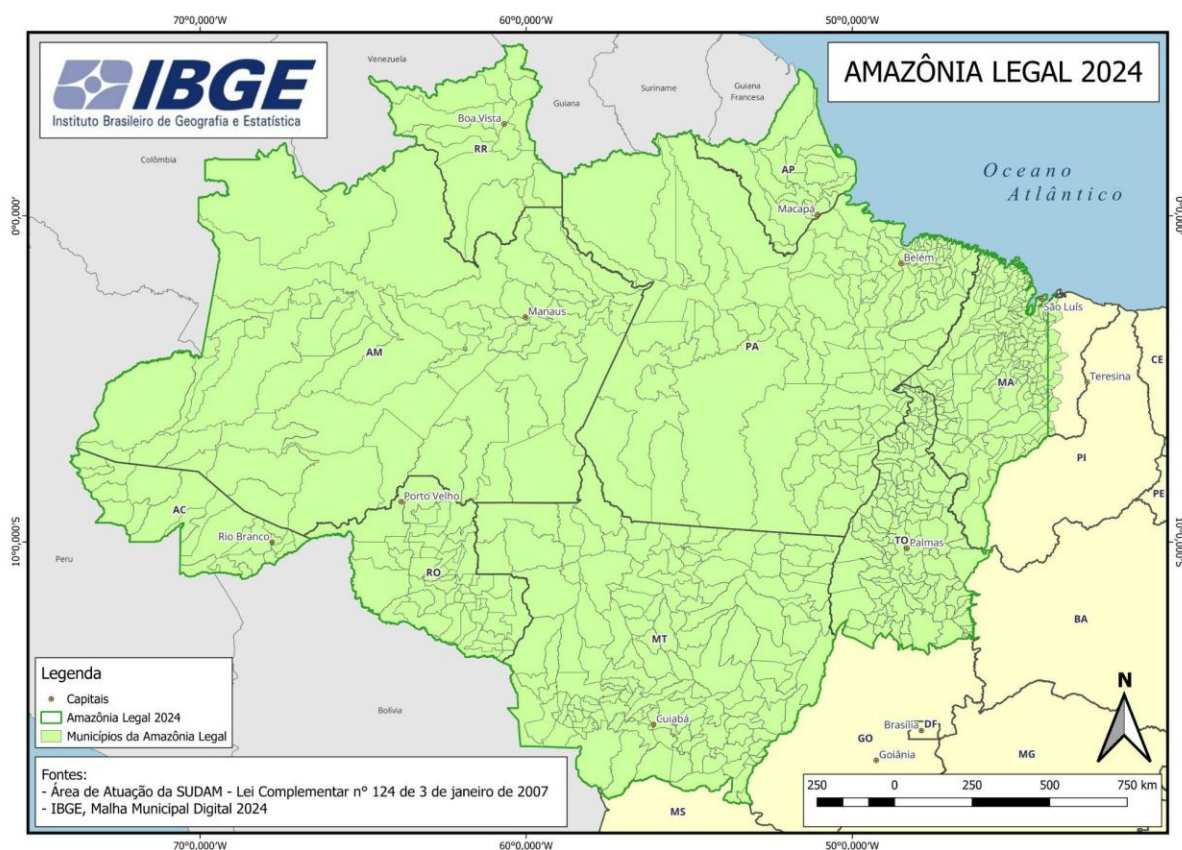
Essas debilidades socioterritoriais e institucionais encontram na Amazônia sua expressão mais aguda. A região sintetiza o que há de mais emblemático na relação entre vulnerabilidade e poder criminal: fronteiras porosas, baixa presença estatal, economias informais e múltiplos mercados ilegais que coexistem com atividades lícitas. A Amazônia não é apenas um espaço periférico dentro do Estado brasileiro, mas um território de projeção geopolítica onde se materializam as disputas entre soberania formal e poder ilícito.

2.3 A AMAZÔNIA COMO REGIÃO ESTRATÉGICA

A floresta Amazônica, apesar de a maior parte ser localizada no Brasil, também contempla oito países sul-americanos, sendo eles Colômbia, Peru, Bolívia, Suriname, Equador, Venezuela, Guiana e a Guiana Francesa (departamento ultramarino francês). No Brasil, a região é administrativamente delimitada como Amazônia Legal². Sua biodiversidade é vasta, com riqueza de espécies de fauna e flora e uma grande variedade de recursos naturais. O Rio Amazonas contempla a maior bacia hidrográfica da região, se conectando com diversos rios e atravessando a América do Sul. A Amazônia tem um papel crucial no equilíbrio ecológico do planeta, o que levanta uma preocupação mundial sobre a preservação do ecossistema amazônico. Também é casa para diversas comunidades indígenas e ribeirinhas, que sobreviveram e sobrevivem à colonização e ao avanço do capitalismo (CDESC, 2023).

² A Amazônia Legal é uma divisão político-administrativa do Brasil, criada pela Lei 1.806, de 06/01/1953, que abrange os nove estados brasileiros que fazem parte da bacia Amazônica e áreas de transição: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão (parte oeste), Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. (IBGE, 2024).

Figura 5- Amazônia Legal



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2024.

Por sua vasta dimensão, baixa densidade demográfica e fronteiras pouco movimentadas, a região Amazônica constitui-se em um atrativo para diversos mercados ilícitos. É nesse contexto que se observa o fenômeno da interiorização da violência, já mencionado no subcapítulo anterior. Embora a atenção para atuações criminosas na Amazônia não seja recente, a particularidade do período atual reside no aumento significativo da criminalidade (Pimenta, 2023). Nesse sentido, a capacidade de reprodução da criminalidade organizada em áreas antes menos visadas é elucidada pelo Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (CDESC) (2023), que descreve:

Em outros termos, o fenômeno de interiorização da criminalidade nos revela a capacidade de grupos ilegais organizados de reproduzir facilmente as atividades ilícitas já realizadas nos grandes centros. Principalmente, frente à potencialidade de várias formas de gerar lucros que esses lugares oferecem – tais quais o narcotráfico, o garimpo e a mineração ilegais, a grilagem de terras, entre outros. Como consequência, o aumento das atividades ilegais se relaciona com o aumento da criminalidade violenta (CDESC, 2023, p.26).

Além disso, as redes criminosas estabelecem alianças com elites econômicas, institucionais e políticas locais, garantindo proteção e acesso a recursos estratégicos:

[...] o ilícito consegue se infiltrar nas estruturas institucionais caminhando junto com o Estado; seja na lavagem de dinheiro, no tráfico de influência ou na corrupção institucionais, o crime e o Estado estarão de mãos dadas compactuando lógicas de poder (Couto, 2020, p. 372).

A perspectiva trazida por Couto (2020) sublinha a complexidade da infiltração criminal, que vai além da mera cooptação. Essa cumplicidade institucional dificulta as iniciativas de repressão e revela como o narcotráfico transcende a violência física, assumindo uma dimensão política e econômica profunda. Dessa forma, o território no narcotráfico não deve ser compreendido apenas pela métrica jurídico-política do Estado-nação, mas como uma rede que se aproveita fluxos e recursos. Onde as estruturas estatais se mostram porosas ou coniventes, o crime organizado estabelece uma territorialidade alternativa, que não ocupa apenas o espaço físico, mas as próprias funções políticas e econômicas da região (Haesbaert, 2003).

Os grupos criminosos que concorrem aos territórios na Amazônia Legal atuam em diversas frentes, com destaque para o garimpo ilegal e o tráfico de drogas. Essas duas atividades têm se relacionado com frequência no contexto amazônico já que o garimpo ilegal construiu uma infraestrutura atraente para o narcotráfico: portos e aeroportos ilegais, além de redes de contatos que contam com agentes estatais corruptos e elites econômicas e políticas. Em adição o tráfico de drogas utiliza do ouro proveniente do garimpo para lavar seu dinheiro (Chagas, 2024). Outras atividades ilícitas que ocorrem na região são a grilagem, ou seja, a apropriação indevida de uma terra, o desmatamento e a comercialização ilegal de madeira, tráfico de pessoas e de vida selvagem (FBSP, 2022).

A narco-penetração, já definida pela sua capacidade de entrelaçar o tráfico de drogas com outras atividades lícitas e ilegais, como garimpo e comércio de madeira (Chagas, 2024), revela-se um fenômeno recorrente e multifacetado no território amazônico. Essa estratégia permite que os grupos criminosos não apenas diversifiquem suas fontes de renda e operações, mas também transferiram valor entre diferentes setores de economias ilegais. Ao consolidarem sua influência sobre outras atividades ilegais, os traficantes conseguem ampliar suas redes e recursos, dificultando ainda mais a ação e o combate por parte das autoridades (UNODC, 2023).

Percebe-se que na última década o tráfico de drogas foi um importante impulsionador da violência na região, onde atuam mais de 20 grupos criminosos. Destacam-se, porém, o CV e o PCC, formados respectivamente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Esses dois grupos são os maiores do crime organizado nacional e disputam seus territórios através de

alianças com outros grupos locais, incluindo os de outros países, como Colômbia e Bolívia (Chagas, 2024).

É relevante o controle territorial da Amazônia para o crime organizado por ter uma vasta extensão fronteiriça com países produtores de cocaína (Bolívia, Colômbia e Peru) e em suas características já mencionadas acima, a exemplo das regiões remotas e de baixa demografia que dificultam a segurança institucional, as quais podem ser aproveitadas pelas organizações criminosas (Pimenta, 2023). A interação fronteiriça, portanto, tem importância estratégica para o tráfico de drogas:

O baixo grau de desenvolvimento da faixa de fronteiras que compõe cidades com populações vulneráveis e a dificuldade em estabelecer no âmbito das relações internacionais um tratado de cooperação que envolva ações em conjunto envolvendo os países da Amazônia internacional (Couto, 2020, p. 374).

No que diz respeito ao combate à violência na Amazônia, as Forças Armadas e as polícias federal, estadual e municipal têm tido um impacto limitado na redução das atividades criminosas. Existem também os Centros Integrados de Comando e Controle (CICC) espalhados por alguns estados da Amazônia Legal, como Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia. O objetivo desse sistema é de integrar a polícia e facilitar tomadas de decisão. Apesar das operações realizadas, a eficácia na diminuição dessas práticas ilícitas ainda é insatisfatória. Uma das medidas tomadas pelo governo federal, ano de 2020, foram as operações da Força Nacional de Segurança Pública. No entanto, elas surtiram pouco efeito. Outros problemas que dificultam as ações de forças de segurança é a falha na gestão de pessoas (FBSP, 2022).

Ainda, o efetivo policial na Amazônia é considerado baixo comparado com os números nacionais. Apesar de separadamente os estados estarem acima da média no contingente policial, cinco dos nove membros da Amazônia Legal são pouco populosos. Enquanto em outras regiões do Brasil a densidade populacional (24, 9 por km²) e a infraestrutura facilitam a capilaridade policial, na Amazônia Legal a taxa é de apenas 5,8 habitantes por km². Somando isso à grande faixa territorial, o que existe na região é um desafio de alcance territorial que o Estado não consegue ou não prioriza cobrir.

Mais do que uma ausência genérica, o que se observa na região é uma ausência qualificada de controles estratégicos. A fragilidade não se limita ao policiamento ostensivo, mas manifesta-se na escassez de fiscalização. Essa porosidade institucional é o que permite ao narcotráfico converter a geografia amazônica em uma plataforma logística funcional. O crime não ocupa um vácuo, mas sim as brechas de um Estado que atua de forma intermitente, permitindo que o tráfico se legitime perante as populações locais através da oferta de segurança

e renda informal, enquanto corrompe as já fragilizadas estruturas de controle para consolidar suas rotas de escoamento (Chagas, 2024).

Dessa forma, os estados partem da Amazônia Legal funcionam como corredores para o escoamento de substâncias ilícitas, posicionando o Brasil como um ponto central de redistribuição de narcóticos para diversas localidades. As rotas de entrada e distribuição podem ser fluviais, terrestres ou aéreas. A bacia hidrográfica do Rio Amazonas é um exemplo de rota fluvial muito usada nas redes de narcotráfico, já que conecta várias regiões da América do Sul. O transporte conta ainda com os aeroportos clandestinos no meio de florestas ou até mesmo em fazendas e com rodovias também utilizadas para o deslocamento de cargas ilegais (Couto, 2020).

A configuração geográfica, vulnerabilidades sistêmicas, uma boa infraestrutura logística pré-existente do Brasil moldaram um cenário propício para a transição das rotas da droga e, por consequência, a consolidação do país como protagonista da rede transnacional de drogas. Contudo, para além de compreender a estrutura macro, é necessário para melhor análise, um recorte do fenômeno no interior do território nacional onde essa dinâmica se complexifica, especialmente nas regiões de fronteira amazônica e nos corredores que conduzem aos portos atlânticos.

A Amazônia deve ser compreendida como um território discursivamente produzido, ou seja, como resultado de um conjunto de práticas, representações e enunciados que constroem significados sobre o espaço. Os discursos não se limitam a declarações ou textos, mas constituem um sistema de capacidades e regras socioculturais que orientam a maneira pela qual indivíduos e instituições produzem sentido sobre o mundo e suas atividades, também moldando a geopolítica (Agnew; Ó Tuathail, 2006).

Há um discurso amplamente reproduzido por organismos internacionais e por governos que apresenta a região como abandonada pelo Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que ela é constantemente debatida em eventos internacionais, como reuniões da ONU e conferências globais sobre meio ambiente e mudança climática. Essa contradição levanta uma questão central: como um espaço tão vigiado e permanentemente debatido pode ser, ao mesmo tempo, considerado abandonado? Uma hipótese possível é que a Amazônia não ocupa posição de centralidade econômica, em razão de suas dificuldades logísticas e de exploração de recursos naturais, limitações que, somadas à intensa vigilância internacional, reforçam a necessidade de sua conservação e restringem sua integração plena à lógica de acumulação capitalista.

Nesse sentido, o discurso sobre a “Amazônia abandonada” não é apenas uma narrativa descritiva, mas um dispositivo que organiza percepções e legitima ações na região. O discurso internacional de preservação, também opera como um mecanismo de poder, já que coloca o Brasil em constante observação, ao mesmo tempo que estabelece as condições sob as quais a Amazônia pode ser representada, explorada ou protegida. Assim, compreender a Amazônia como uma construção discursiva implica reconhecer que sua geopolítica é constantemente refeita por meio de regras e práticas que tornam certos significados e políticas possíveis, enquanto inviabilizam outros (Agnew; Ó Tuathail, 2006).

Por outro lado, os interesses do narcotráfico na Amazônia são evidentes e explorados: matéria prima (plantações de coca), mão de obra barata, facilidade no transporte entre fronteiras e por fim, possibilidade de deslocamento de produto até o mercado final. Além disso, é um ator que também utiliza do discurso para moldar um território e exercer seu poder, mesmo que seja através de ameaças ou do medo. Nesse cenário, o narcotráfico emerge como um ator geopolítico não estatal, capaz de articular economias locais e redes globais de comércio ilícito, inserindo-se em uma disputa pela governança do território. Assim, a Amazônia deixa de ser apenas o “espaço do vazio estatal” para tornar-se um nó geopolítico, onde se sobrepõem projetos de poder, narrativas e práticas territoriais concorrentes (Agnew; Ó Tuathail, 2006).

2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

A análise apresentada revela que o Brasil consolidou sua posição como um protagonista central e geoestratégico no tráfico internacional de drogas, ultrapassando o papel de mera rota de passagem para se tornar um protagonista de redistribuição global, principalmente na América do Sul. Essa ascensão é o resultado da complexa intersecção de fatores externos e internos. Externamente, a repressão militar na Colômbia, México e em outros países vizinhos reconfigurou as rotas tradicionais, impulsionando o "transbordo" do narcotráfico para o território brasileiro, juntando com a crescente demanda europeia por cocaína tornou a costa atlântica brasileira um ponto de escoamento vantajoso. Outro fator externo importante foi o salto que o Brasil teve no comércio internacional de *commodities*, devido ao aumento da demanda destes produtos.

Portanto, fatores internos que auxiliam o posicionamento do Brasil nas rotas para comércio de drogas são as condições logísticas ideais, com uma vasta e complexa infraestrutura

de transporte desenvolvida para o escoamento de *commodities*, além do alto volume destes produtos, utilizada pelo crime organizado para fins ilícitos. Essa capacidade de exportação legal mascara o transporte de grandes volumes de drogas. Contudo, o fator mais decisivo é o baixo desempenho do Estado brasileiro no combate ao narcotráfico. A pesquisa demonstra que a ausência e/ou a ineficácia estatal em regiões de fronteira (especialmente na Amazônia) e em territórios vulneráveis, somada à desigualdade socioespacial e à corrupção sistêmica, cria o ambiente propício para a consolidação e expansão de organizações criminosas.

Neste ponto, é importante compreender a Amazônia para além de uma descrição geográfica estática, trata-se de um espaço ativamente apropriado e territorializado pelo narcotráfico. O crime organizado não apenas se fixa no território, mas molda relações de poder próprias, demonstrando uma capacidade de capilarização que ocupa as lacunas deixadas pela renúncia ou desorganização do Estado. Exemplos dessa dinâmica são a capacidade de exercer influência sobre comunidades locais, muitas vezes suprindo a ausência de serviços básicos para garantir lealdade e proteção, e a cooptação estratégica de agentes do Estado, o que assegura a fluidez das atividades ilícitas.

No entanto, a atuação do narcotráfico no Brasil não é um fenômeno que ocorre no vácuo, mas sim uma dinâmica intrínseca, facilitada por um Estado que se demonstra um "hospedeiro ineficaz" de suas próprias fragilidades e ele seleciona os espaços de investimento e segurança. A Amazônia, por sua vez, emerge como o epicentro dessa complexidade, onde a narcopenetração se articula com outras economias ilícitas (garimpo e exploração madeireira), consolidando-se como uma região estratégica para a entrada, produção (refinamento) e distribuição de entorpecentes.

O narcotráfico atua como um poder difuso que constrói redes transnacionais de mercado, operando independente das fronteiras estatais e que tem capacidade de territorializar espaços. Sua legitimidade decorre tanto da dominação e do uso da força quanto de mecanismos de sedução social e econômica. Assim, configura uma forma de soberania paralela, que se sustenta na articulação de poderes descentralizados e na colaboração, voluntária ou forçada, de atores coletivos em ambos os lados das fronteiras.

3 DE TABATINGA A SANTOS: O CIRCUITO INTERNO DA DROGA

No interior do estado do Amazonas, a tríplice fronteira entre Peru, Colômbia e Brasil consolidou-se como um dos principais cenários de atuação do narcotráfico na América do Sul. A região funciona como porta de entrada da cocaína produzida nos dois primeiros países e, por estar inserida no coração da floresta amazônica, converte-se em um ponto estratégico de circulação, armazenamento e escoamento de drogas. Nesse espaço fronteiriço, intensificam-se disputas territoriais entre as principais facções criminosas brasileiras, que buscam controlar rotas, comunidades e a infraestrutura local.

Entre esses grupos, destaca-se o PCC, cuja expansão no território brasileiro revela um nível elevado de organização interna, capacidade logística e planejamento estratégico. Atualmente reconhecido como a maior organização criminosa do país, o PCC tem ampliado sua influência não apenas em diferentes estados brasileiros, mas também na América do Sul.

Este capítulo dedica-se a analisar o papel do PCC nessa dinâmica fronteiriça, enfatizando o processo de institucionalização do narcotráfico e a forma como o grupo opera segundo lógicas empresariais mesmo que executando atividades ilícitas. Assim, suas estratégias de lavagem de dinheiro e, de modo particular, a importância geoestratégica da cidade de Tabatinga para o fortalecimento e a manutenção de suas operações serão exploradas neste capítulo.

3.1 TERRITORIALIZAÇÃO: A EXPANSÃO DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC).

Diferente das dinâmicas criminais observadas no Rio de Janeiro, onde o controle territorial é marcado pelo confronto bélico ostensivo e pela disputa por perímetros geográficos fixos, o PCC consolidou sua expansão de maneira predominantemente logística e empresarial. Enquanto o modelo fluminense foca na manutenção do domínio sobre o solo (o morro, a favela), o modelo paulista prioriza a estabilidade dos fluxos e a infiltração em redes de transporte, permitindo uma expansão nacional que conecta a fronteira amazônica ao litoral paulista com um nível de eficiência administrativa superior às facções tradicionais.

O grupo paulista surgiu em 1993 na cidade de Taubaté, fundado por detentos que cumpriam pena na Casa de Custódia de Taubaté. Embora ao longo de sua história seja frequentemente associada ao massacre do Carandiru, a criação do grupo também foi influenciada pela necessidade de defender seus direitos, ideais e buscar melhorias para sua condição de encarcerados. O ponto forte para a criação e consolidação do grupo é a ideologia utilizada até hoje para cooptar membros, a união dos que sempre foram ignorados ou violentados pelo Sistema e pelo Estado. O Massacre do Carandiru, portanto, foi o estopim para a criação do grupo, já que seus principais fundadores já sentiam a necessidade de união da massa carcerária contra a opressão que sofriam durante o cumprimento de suas penas, construindo redes de proteção mútua e resistir às práticas arbitrárias do Estado (Manso; Dias, 2018).

A truculência das ações policiais paulistas, no entanto, não se limitava aos presídios. Observa-se desde antes da década de 1960, a práticas que estão relacionadas ao controle social marcadas por traços eugenistas, que visavam eliminar os que seriam considerados perigosos para a sociedade. Tal lógica operava, sobretudo, em benefício das classes médias e altas que habitavam os bairros nobres, reforçando um padrão histórico de seletividade penal (Manso; Dias, 2018).

O crescimento acelerado e desordenado das cidades, intensificou esse processo ao produzir novas dinâmicas de segregação socioespacial. Consolidou-se um estereótipo do “indivíduo perigoso”, associado a moradores negros, pobres e das periferias. Esse enquadramento racializado e classista acabou orientando práticas policiais mais violentas, justificadas sob o discurso da manutenção da ordem. Nas ruas e periferias do estado de São Paulo, a população pobre das chamadas quebradas, já testemunhava por décadas e diariamente a truculência policial, que em 1999 alcançou as mais altas taxas de homicídio policial (Manso; Dias, 2018), e desencadearam consequências:

Raiva da polícia, armas em abundância, ambição, desordem, inveja, maldade por todos os lados, imprevisibilidade, falta de perspectiva em relação ao futuro, esses problemas estavam concentrados em bairros, pobres, onde o mundo do começa a se consolidado como atividade de boa remuneração, status adrenalina, virilidade, entre outros fatores. Em troca, quem faz parte desse mundo se arrisca a morrer jovem, a ser preso e a fragilizar os laços com amigos e parentes que não fazem parte dessa vida. É nesse ambiente que o pcc articula o discurso e pavimenta o caminho para aqueles que se rebelam contra o sistema “O crime presa se unir”. O crime fortalece o crime. Os inimigos são os policiais e o sistema.”. O massacre do Carandiru, em 1992, foi a motivação derradeira para canalizar os esforços na mesma direção e conferir ao mundo do crime um governo paralelo capaz de proteger os criminosos. O mecanismo de controle dependeria fortemente do sistema prisional e de sua conexão intensa com as quebradas (Manso; Dias, 2021, p. 128).

A redução das periferias urbanas paulistas a abstrações geográficas de ameaça, tratadas como territórios a serem “domesticados” e controlados, ignorando sua espacialidade complexa, permite compreender a dinâmica que estrutura a violência policial quanto à emergência de formas de governança criminal. Quando esses lugares são convertidos em mercadorias de segurança, categorias homogêneas de risco que justificam intervenções violentas, os sujeitos que ali vivem acabam visados como inimigos internos, legitimando práticas repressivas que produzem mais desordem do que controle. Nesse processo, a realidade multifacetada das quebradas, marcada por desigualdade, exclusão e ausência estatal, é substituída por uma leitura militarizada que reduz o território a um alvo. Sendo assim, a revolta de indivíduos alvos e a violência policial se retroalimentam (Agnew; Ó Tuathail, 2006).

Somado a este cenário, o descaso com a população carcerária foi outro motivo para a criação da facção. O PCC emerge justamente a partir de uma lacuna estatal, dentro de um sistema jurídico enfraquecido, na qual o grupo apresenta uma identificação ideológica e identitária para seus membros e inicialmente tem como objetivo a representação da comunidade carcerária no sentido de: reivindicar um tratamento mais justo e digno durante o cumprimento de suas penas, proteção e organização frente ao sistema carcerário, como uma espécie de sindicato dos presos (Bigoli; Bezzero, 2015).

Em 1997, um dos fundadores, Misael, criou o Estatuto³ do PCC. Contendo 16 artigos o documento delimita a ética do crime, organização dentro das penitenciárias e ainda, o monopólio da força exclusivo ao grupo, já que os indivíduos envolvidos na facção não mais deveriam usar a violência em benefício próprio, fazendo com que o PCC se tornasse um agente regulador do crime (Manso; Dias, 2018)

A partir do Estatuto, observa-se que também o discurso é utilizado como uma estratégia de fortalecimento de um grupo, unindo experiências coletivas e motivando uma causa ou ideologia:

Os discursos são mais bem concebidos como conjuntos de capacidades que as pessoas possuem, como conjuntos de recursos socioculturais utilizados na construção de significados sobre seu mundo e suas atividades. Não se trata simplesmente de fala ou de enunciados escritos, mas das regras pelas quais a fala verbal e os enunciados escritos se tornam significativos. Os discursos permitem que alguém escreva, fale,

³ Documento disponível no Anexo I deste trabalho.

ouça e aja de maneira significativa. Para Gearoid Ó Tuathail e John Agnew, são um conjunto de capacidades, um conjunto de regras por meio das quais leitores/ouvintes e falantes/públicos são capazes de tomar aquilo que ouvem e leem e construir um todo organizado e significativo. [...] (Agnew; Ó Tuathail, 2006, p. 95, tradução da autora).

O discurso reproduzido pelas lideranças do grupo foi um grande impulsor para a angariação de novos membros. A união de presos, que viviam a difícil realidade dentro das prisões, e a necessidade de lutar pelos seus direitos enquanto detentos, além de também almejar um ambiente mais organizado e pacífico dentro das penitenciárias, foram pontos fortes para a legitimação do grupo dentro das penitenciárias (Manso; Dias, 2018).

A necessidade de expansão era justamente para disseminar suas ideias para outros detentos, em outras localidades. Os líderes buscavam uma hegemonia nas prisões, para crescimento da facção, eliminando inimigos e conseguindo novos membros. Dessa forma, surgem rebeliões em diversas penitenciárias, que desencadearam a transferências de diversas lideranças para outros centros de detenção. Daí, o grupo teve contato com outros grupos que ajudaram na formulação de suas ideologias. Dos mafiosos italianos presos no Brasil, aprenderam a necessidade de organização, lealdade e comprometimento. Do CV, facção carioca ativa desde os anos 1960, foram inspirados os princípios “paz, justiça e liberdade” com a adição de “igualdade e união” pelo PCC. Já no início do ano 2000, a facção já dominava o sistema paulistas e já começava a se expandir nacionalmente (Manso; Dias, 2018).

O governo de São Paulo parecia não saber lidar com o grupo, que desde sua criação vinha crescendo no sistema carcerário. A comunicação entre as diferentes forças de segurança era conturbada, com visões divergentes sobre como agir, o que dificultava ainda qualquer processo de contenção. Legisladores preferiram se afastar do problema, não considerando um problema político, mas técnico. Houve um momento em que o PCC passou a ser considerado pelos líderes da segurança pública do estado como uma fantasia, que não deveria ser mencionado, que não demonstrava real ameaça e deveria ser mantida fora da mídia. O grupo, no entanto, prosperava (Manso; Dias, 2018).

O momento crucial para o reconhecimento do PCC pelo Poder Público, e sobretudo, da ciência da dimensão do seu impacto e capacidade de articulação nas prisões, foi a rebelião de fevereiro de 2001, que teve a participação de 29 unidades prisionais do estado de São Paulo, rebelando-se simultaneamente. O motivo foi a transferência de cinco membros importantes da facção para a Casa de Custódia de Taubaté, penitenciária considerada pelo grupo como um campo de concentração e que demandava sua desativação conforme o artigo 14 do estatuto. A reação das forças de segurança desestabilizou o grupo, diversos membros foram presos em

ações da polícia civil e doze foram mortos pela Polícia Militar. Neste cenário, a decadência do PCC parecia iminente, porém com o vácuo na liderança deixado pela morte de membros importantes, ascende na hierarquia aquele que colocaria o grupo de vez no mercado do tráfico de drogas: Marcola. Em 2003, comandou a morte do juiz corregedor de Presidente Prudente, Antonio José Machado Dias, isso serviu de recado para o governo paulista de que o PCC seguia (Manso; Dias, 2018).

No ano de 2006 outro conjunto de rebeliões foi organizada pelo grupo, desta vez ainda maior, totalizando 84 penitenciárias, (sendo 10 de fora do estado de São Paulo) que novamente atuaram simultaneamente. Na ocasião, ocorreram também, ataques diretos a agentes do Estado e a sociedade, resultando em mortes de policiais e agentes de segurança, ataques a órgãos públicos, agências bancárias e até mesmo na queima de ônibus. Esse evento demonstrou também a força que o PCC ganhava nas ruas, e que sua influência já não se limitava aos muros das prisões (Biondi, 2007).

Com o foco em um novo modelo de trabalho, o PCC precisou se estruturar nacionalmente, buscando territórios estratégicos para dominar o fluxo de drogas vindos de outros países. Assim, se iniciou um processo ambicioso da facção, de controle total do Brasil, em especial, nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, que fazem fronteira com o Paraguai e o último ainda com a Bolívia (El Hajjar, 2022).

O processo de nacionalização em massa seguiu o *modus operandi* do grupo: filiando novos membros dentro de penitenciárias por todo o país. No entanto, esse projeto gerou forte resistência entre outras facções criminosas, uma vez que o grupo exigia que essas organizações submetessem suas dinâmicas locais às normas e à hierarquia paulista, funcionando, na prática, como “filiais” subordinadas ao comando central. Tal tentativa de imposição territorial desagradou outros grupos, que passaram a confrontar diretamente as investidas do PCC em determinados territórios, desencadeando disputas por autonomia e controle (Manso; Dias, 2018).

Inicialmente, o PCC adotou uma postura de viés mais diplomático, buscando cooptar ou subordinar outras facções por meio de negociações e imposições normativas. Entretanto, essa estratégia gerou resistência significativa, e os conflitos entre o PCC e os grupos que recusaram sua expansão passaram a se disseminar por diversas unidades prisionais do país. Em 2016, a antiga aliança entre o PCC e o CV foi rompida, justamente em razão do processo de nacionalização empreendido pelo grupo paulista. A postura expansionista do PCC gerou tensões irreversíveis. A ruptura abriu espaço para que o CV se aproximasse e estabelecesse

alianças com facções que rejeitavam as imposições paulistas, reorganizando o equilíbrio de forças no sistema prisional. Como consequência direta, rebeliões, confrontos e massacres ocorreram em diferentes estados e momentos, refletindo a disputa por hegemonia territorial e a fragmentação do campo criminal no Brasil (Manso; Dias, 2018).

Por todo o país, integrantes do PCC passaram a ser alvos de facções rivais. O ápice dessa tensão ocorreu em 2017, com o massacre na Penitenciária de Manaus, realizado pela Família do Norte (FDN), organização criminosa amazonense que exercia hegemonia sobre o circuito do narcotráfico na região Norte. Na ocasião, diversos membros do PCC foram mortos, e episódios semelhantes se repetiram em outras unidades prisionais do Norte e do Nordeste, evidenciando a escalada conflitiva entre as facções (Manso; Dias, 2018). Ainda em 2017, uma disputa interna ocorria na FDN desestabilizou a facção. O PCC, aproveitou a oportunidade:

No entender das autoridades do estado, essa guerra fratricida abria caminho para o PCC na região. A facção paulista já teria instalado uma base de operações no município de Coari, a 363 quilômetros de Manaus, uma rota controlada pela FDN para escoamento de cocaína trazida do Peru e da Colômbia [...] enquanto isso, o efeito dominó nos presídios havia se acalmado. Peças, no entanto, continuavam a se mover no tabuleiro, com as facções brasileiras disputando o futuro do mercado nacional e continental de drogas (Manso; Dias, 2018).

Orientado por um projeto expansionista e tendo o narcotráfico como principal eixo de financiamento, o PCC entendeu a necessidade estratégica da região amazônica. Tal importância decorre não apenas de sua proximidade geográfica com países produtores de cocaína, como Peru e Colômbia, mas também da existência de redes políticas, logísticas e comerciais já consolidadas, especialmente pela FDN. Essas conexões regionais despertaram grande interesse do PCC, sobretudo no que se refere ao acesso às cadeias de fornecimento de cocaína. Nesse contexto, estar apenas próximo, geograficamente, não basta: é necessário que haja proximidade também com grupos locais e acessar as redes logísticas.

O PCC já está presente em praticamente todos os presídios do Brasil, atua em todos os 26 estados e no Distrito Federal, além de ter se expandido para países vizinhos como Bolívia, Paraguai, Colômbia, Venezuela, Argentina e Peru. Aos quais somam-se ao escopo de suas atividades relações comerciais intercontinentais:

O MPE e a Polícia Federal já têm provas de que o tráfico de drogas, principalmente o de cocaína, atravessou o Atlântico e desembarcou na Europa e na África. O Porto de Santos é o ponto de partida dos carregamentos. Traficantes de Portugal e Holanda, por exemplo, já estão entre os clientes do PCC (Hisayasu; Resk, 2016, online).

Com o tempo, o caráter político que a organização tinha inicialmente foi tomando outra forma. Cada vez mais incluídos e organizados dentro do mundo do crime, o PCC se fortifica

no meio do narcotráfico, tornando-se um dos maiores carteis de drogas da América do Sul. A consolidação do PCC dentro do mercado nacional de drogas ocorreu por meio da dominação dos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná. Dominar os territórios fronteiriços constituía parte da estratégia do PCC de estabilização dentro do Brasil e por consequência, iniciava-se a internacionalização do grupo (El Hajjar, 2022). A captação de membros estrangeiros seguiu nos moldes nacionais:

Do mesmo modo que utilizou para conquistar os presídios de São Paulo e do Brasil, o PCC usou das transferências de líderes do partido para conquistar e ramificar o comando em presídios em cidades limítrofes, principalmente entre Bolívia e Paraguai. O município de Corumbá no estado do Mato Grosso do Sul faz fronteira com a cidade de Puerto Quijarro na Bolívia e o presídio da cidade brasileira abriga uma quantidade considerável de detentos de origem boliviana. Com 58 a chegada do PCC, houve o batismo de bolivianos na organização, o que ocasionou na disseminação da ideologia do Primeiro Comando da Capital para o outro lado da fronteira (El Hajjar, 2022, p.57).

Seus objetivos mais recentes são os de obter controle total das rotas de tráfico das fronteiras com países andinos, na Amazônia mais precisamente, já que essas fronteiras são importantes para o escoamento da droga para Europa e Ásia. Apesar de a região amazônica não estar totalmente controlada PCC, ainda assim, a facção paulista detém uma forte influência nesta área, dominando, mesmo que parcialmente, importantes caminhos de escoamento de droga da América do Sul (El Hajjar, 2022).

O PCC controla diversos estágios da cadeia da cocaína, desde a articulação com áreas produtoras no exterior, passando pelo transporte da droga através do território brasileiro, até a negociação com compradores no atacado e a organização logística para o envio de carregamentos ao exterior. Por isso a importância estratégica de sua proximidade com as zonas de produção, uma vez que o controle das etapas iniciais reduz custos, minimiza riscos e amplia margens de lucro. Nesse contexto, as fronteiras, e em especial, a região da Tríplice Fronteira Amazônica assume centralidade geopolítica para a facção, por funcionar como um espaço privilegiado de conexão entre países produtores, rotas de escoamento e infraestruturas logísticas (UNODC, 2023)

3.2 FRONTEIRA E PERIFERIA: TABATINGA COMO PONTO DE ACESSO

No modelo de Estado-nação tal como compreendido contemporaneamente, as fronteiras são entendidas como pontos de contenção, delimitação e segurança, a partir dos quais se afirma a soberania estatal sobre um espaço territorial definido, aquilo que se encontra dentro

dessas demarcações é um território controlado por um Estado soberano (Machado, 2011). Contudo, conforme já debatido neste trabalho, a noção de soberania, segundo Agnew (2005), não se restringe a delimitações formais ou a conceitos impostos, como as fronteiras nacionais, mas depende da capacidade efetiva de influência e controle exercida pelo Estado sobre o território. Nessa perspectiva, torna-se possível afirmar que, no interior de um mesmo Estado, existem múltiplas delimitações territoriais, produzidas por diferentes atores e formas de poder, ainda que inseridas formalmente em um único espaço nacional, formando os territórios-rede:

[...]a efetiva hegemonia dos territórios-zona estatais que marcaram a grande colcha de retalhos política, pretensamente uniterritorial (no sentido de só admitir a forma estatal de controle político-territorial) do mundo moderno, vê-se obrigada, hoje, a conviver com novos circuitos de poder que desenham complexas territorialidades, em geral na forma de territórios-rede, como é o caso da territorialidade do narcotráfico globalizado (Haesbaert, 2004, p.7).

A estrutura do PCC se encaixa na definição de Haesbaert (2004) trazida acima, já que seu domínio é formado por redes funcionando como “bolhas” dentro (e apesar) do Estado. Segundo o autor, o conceito de poder e território deve ser compreendido para além das instituições estatais ou das classes hegemônicas, manifestando-se na influência do grupo dentro das penitenciárias, nas ruas e em diferentes países da América do Sul. Ainda, suas redes de contatos envolvem fornecedores, consumidores e agentes governamentais que facilitam sua atuação (Manso; Dias, 2018).

A formação de territórios-rede feitos pelo narcotráfico decorre da complexidade do processo de circulação da cocaína, desde sua origem até o consumidor final. Trata-se de uma cadeia logística transnacional que não inicia nas fronteiras, mas nos territórios produtores, a partir do cultivo e da colheita da folha de coca. Em seguida, ocorre a transformação da matéria-prima em pasta base e, posteriormente, em cocaína refinada, processo que pode ser realizado tanto no país produtor quanto em território brasileiro, a depender da disponibilidade de infraestrutura e tecnologia (Machado, 2011).

Esse encadeamento produtivo exige, em todas as suas etapas, estratégias contínuas de evasão e adaptação frente às ações das forças de segurança. Por fim, o escoamento da droga até os mercados consumidores é marcado pela ausência de rotas fixas e pela grande possibilidade de reconfiguração dos trajetos. Embora determinados corredores logísticos possam ser reutilizados, mas na dinâmica da ilegalidade, podem ser alterados e desativados, como forma de reduzir riscos e de contornar a repressão estatal (Machado, 2011).

Essa natureza fluida e mutável das rotas ilícitas exige um esforço teórico que vá além das definições da geopolítica tradicional, afinal, os conceitos, por sua própria natureza, são

paradoxais e só ganham plenos significados dentro de seus contextos históricos, sociais e políticos (Ó Tuathail, 1996). O narcotráfico ilustra essa dinâmica. Embora não se enquadre como um ator estatal formal, ele territorializa o espaço ao reivindicar posse de áreas, exercer domínio e ser reconhecido como uma força de poder, ainda que baseada no medo e na coerção. Esse processo reconfigura as relações de autoridade em escalas locais e internacionais. Também de acordo com o trazido acima por Ó Tuathail, as fronteiras podem ser lidas como fenômenos em movimento, ou seja, se transformam de acordo com as realidades ali formadas, como consequência, se tornam espaços de tensões e conflitos, mas também de oportunidades e controle (Couto, 2020).

Nesse sentido, deve-se perceber que o espaço geográfico pode ser compreendido como uma construção social resultante do conjunto de interações sociais do presente e do passado, que se manifestam por meio de processos e funções. Essa concepção revela como o espaço é continuamente produzido e reproduzido pelas relações humanas e pelos contextos históricos (Santos, 2004). O narcotráfico não respeita as fronteiras políticas ou administrativas, mas reconhece e opera dentro dos limites impostos por outros grupos criminosos (Ferreira, 2017). Essa lógica interna evidencia uma forma alternativa de territorialização, distinta da estatal, mas igualmente fundamentada no controle e na coerção (Santos, 2004). Ou seja, o território pertence formalmente ao Estado, mas pode ser controlado de fato por um grupo criminoso que estabelece sua própria jurisdição e utiliza o poder coercitivo para garantir sua permanência e molda o espaço para a sua realidade (Moura, 2005).

A concepção da Amazônia a partir dos conceitos de “espaço vazio” e de “sistema fechado”, formulados por Machado, vincula-se a uma realidade geopolítica predominante ao longo do século XX, caracterizada pela baixa densidade populacional, frágil integração territorial e marginalidade econômica da região em relação aos centros nacionais. No entanto, transformações político-geográficas mais recentes, impulsionadas por fluxos migratórios, pela expansão de atividades econômicas, pela intensificação da integração transnacional e pela atuação de redes legais e ilegais, tornaram tais concepções inadequadas. Nesse contexto, a Amazônia passou a operar como uma unidade funcional integrada à escala sul-americana, evidenciando os limites das abordagens estatais fundamentadas exclusivamente nas fronteiras nacionais (Machado, 2011).

Ademais, observa-se na região a circulação transfronteiriça de diversos povos indígenas que, embora simbolicamente divididos por Estados, compartilham vínculos históricos, culturais, sociais e territoriais comuns, reafirmando a artificialidade dessas

fronteiras no cotidiano amazônico. Evidencia como o fator social e humano pode moldar territórios e como as fronteiras também são espaços de interações e trocas (Couto, 2020). Além disso, nas cidades de fronteira, existe uma sensação de isolamento em relação aos respectivos países, em função da distância geográfica e política dos centros decisórios. Tal condição contribui para o fortalecimento de vínculos locais e transfronteiriços, uma vez que as populações dessas áreas compartilham desafios semelhantes relacionados ao Estado, à precariedade de serviços e à marginalização territorial (Batista Nogueira, 2007)

É importante ressaltar que as dinâmicas fronteiriças do narcotráfico vão além das facilidades encontradas com a proximidade geográfica aos países produtores, mas também as oportunidades que essas localidades oferecem, especialmente quando tratamos da realidade amazônica. Nos anos 1980, um processo chamado progressista e de desenvolvimento teve como alvo a região. Rapozo, Radaelli e Silva (2019) explicam que esse modelo foi concebido exclusivamente a partir dos benefícios que seriam gerados pela exploração do território e de seus recursos, desconsiderando possíveis consequências ambientais e sociais. A ditadura militar brasileira, inclusive, forneceu apoio financeiro para que empresas se estabelecessem na região. Com a redemocratização, os efeitos desse projeto desenvolvimentista e capitalista produziram danos irreversíveis à área explorada (Rapozo; Radaelli e Silva, 2019).

Naquele período, a busca pelo desenvolvimento afetou diretamente a fauna e a flora amazônicas, além de alterar profundamente os modos de vida das comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas que ali habitavam, as quais foram invisibilizadas diante do avanço do chamado “desenvolvimento”. Essa prática capitalista de “progresso”, centrada exclusivamente no lucro, gerou transformações espaciais drásticas, beneficiando uma pequena elite, ocasionando graves danos socioambientais e contribuindo para o aprofundamento das desigualdades territoriais (Rapozo; Radaelli e Silva, 2019).

Essas desigualdades se manifestam de forma particularmente acentuada no Norte do país, onde uma parcela significativa da população vive em situação de pobreza ou extrema pobreza, configurando-se como a segunda região com os maiores índices de vulnerabilidade socioeconômica do Brasil, ficando atrás apenas do Nordeste (IBGE, 2024). Assim, a desigualdade social presente na região se torna mais uma oportunidade para o narcotráfico, que pode oferecer uma melhora econômica para indivíduos em situação de vulnerabilidade por meio de trabalhos informais/ilegais.

Conforme o relatório da UNODC de 2023, comunidades remotas situadas em áreas fronteiriças tendem a apresentar níveis de pobreza superiores aos do restante do território

nacional, acarretando a falta de infraestrutura, de empregos formais, acesso à saúde e educação, entre outros. Como estratégia de sobrevivência econômica, muitos se envolvem na cadeia do tráfico de drogas, seja plantando ou até mesmo transportando. Nesse contexto, o narcotráfico se infiltra às dinâmicas sociais e produtivas locais, oferecendo renda, proteção e previsibilidade onde o Estado é ausente ou ineficaz (UNODC, 2023).

Não por acaso, a região amazônica apresenta-se fragmentada e marcada por disputas territoriais, nas quais diferentes grupos criminosos competem pelo controle dos corredores de entrada da cocaína no Brasil (Manso; Dias, 2018). Nesse contexto, a cidade de Tabatinga configura-se como um exemplo de território em disputa, dada sua posição estratégica na tríplice fronteira com o Peru e a Colômbia, funcionando como ponto-chave de fluxos ilícitos transnacionais.

A cidade está dentro do conceito de cidades-nós, quando em espaços fronteiriços se formam cidades gêmeas, como é o caso de Tabatinga (BR) e Letícia (CO). Nessas configurações urbanas, observa-se uma intensa e fluida circulação de pessoas, bens (lícitos e ilícitos) e relações sociais, favorecida não apenas pela proximidade territorial, mas também por condições estruturais semelhantes de cidades em áreas de fronteira. Tal dinâmica contribui para a constituição de um espaço urbano transfronteiriço, no qual as interações cotidianas frequentemente relativizam os limites formais da soberania estatal (Couto, 2023).

Pode-se dizer que, há bastante tempo, a região Amazônica vem enfrentando problemas relacionados à instabilidade social e política em torno de suas fronteiras. A fronteira é entendida como um lugar de encontro e de desencontros, o lugar de trocas culturais e simbólicas, mas é também o lugar da tensão e dos conflitos. Partindo desse pressuposto, a fronteira Amazônica, sobretudo nos limites com a Bolívia, Colômbia e do Peru, se constitui enquanto uma zona de instabilidade em relação a segurança regional, pois por essa região tem-se uma integração e conexão das redes ilegais do tráfico de cocaína, em que essas redes são produzidas a partir da interação espacial que envolve os rios e as cidades da região (Couto, 2023, p. 137)

Como apresenta Couto, apesar dos diferentes meios utilizados na região para transporte, entre rodovias e aeroportos, os rios da região amazônica são de grande importância para o fluxo de cocaína. Tabatinga, assim como suas cidades irmãs Letícia (CO) e Santa Rosa de Yavari (PE), são banhadas pelo Rio Solimões, que por sua vez é um importante corredor para o escoamento de drogas para o território brasileiro. O rio nasce nos andes peruanos e ganha esse nome quando entra no Brasil, se encontra com o Rio Negro em Manaus, formando o Rio Amazonas. Essa rota é de grande interesse do PCC devido a sua ligação com a tríplice fronteira amazônica (Couto, 2023).

Figura 6- Rota do Rio Solimões em território brasileiro.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Google Maps, utilizando a plataforma Scribble Maps.

Diferente da grande parte do território nacional, na tríplice fronteira amazônica, coexistem múltiplas modalidades de transporte. Tabatinga, por exemplo, tem um aeroporto internacional, em seus arredores pistas de menor porte e pistas clandestinas, que ampliam as possibilidades de circulação. Soma-se a isso o papel central da hidrografia amazônica, cujos rios conectam diferentes países e territórios, operando como corredores naturais de mobilidade. Todos esses meios de transporte podem e são utilizados para atividades ilícitas (Couto, 2023).

Hoje é possível reconhecer que toda esta malha de integração também é utilizada pelas atividades ilegais como: contrabando de ouro e diamante, biopirataria, exploração ilegal de madeiras, tráfico de drogas e tráfico de pessoas. São diferentes tipos de fluxos que circulam na região e que ultrapassam a fronteira dando sentido ao seu uso e atribuindo a Amazônia brasileira um sentido regional-global da economia

do crime. Em relação ao narcotráfico, outras possibilidades de transportes da droga são criadas acompanhando a dinâmica da relação entre produção e consumo (Couto, 2020, p. 372)

Seja por embarcações, carros e caminhões ou aeronaves de pequeno porte, os traficantes encontram uma maneira de fazer a droga entrar no país. É comum também durante o percurso ocorrer a mudança nas estratégias de transportes, podendo sair para circulação pelos rios e continuar o trajeto pelas estradas, ou então fazer o trajeto de aeronaves utilizando pistas de pouso clandestinas no meio da floresta e depois seguir pela estrada ou pelos rios (Couto, 2020, p. 382).

É importante salientar que as dinâmicas do narcotráfico na Amazônia não dependem apenas da cidade de Tabatinga e suas vizinhas andinas, mas envolvem outras cidades amazonenses e outros estados do Norte. O ponto de trazer a cidade como objeto de estudo é justamente o de ilustrar como o narcotráfico tem capacidade de organização e territorialização e consegue fazer com que a cocaína saia do interior do estado do Amazonas e chegando até o Porto de Santos, e por fim na Europa. Isso demonstra uma alta capacidade de articulação interna, mas também externa, com atores governamentais e outros grupos criminosos.

Dados coletados da PF indicam a apreensão de aproximadamente uma tonelada de cocaína associada à cidade de Tabatinga em 2025, sendo cerca de 900 kg interceptados em embarcações e aproximadamente 100 kg no Aeroporto Internacional de Tabatinga. Os países de origem da droga são comumente Colômbia e Peru, e os métodos de ocultação variam conforme a modalidade de transporte. Para o transporte aéreo, observa-se a presença recorrente das chamadas mulas, estratégia que restringe o transporte a quantidades menores. Entre as técnicas de ocultação identificadas constam o uso de fundos falsos em bagagens, acondicionamento junto ao corpo e, em um caso específico, a adaptação de cadeiras de rodas (PF, 2025).

Entretanto, é no transporte fluvial que se concentram os maiores volumes apreendidos, evidenciando o papel estratégico das hidrovias amazônicas para o escoamento da cocaína. Além de Tabatinga, as apreensões registradas abrangem o município de Santo Antônio do Içá- Amazonas, que também possui um porto e integra a rota do Rio Solimões. As embarcações apreendidas são diversas, como lanchas, barcos e até mesmo uma balsa petroleira de origem peruana, demonstrando a diversidade logística utilizada pelas redes do narcotráfico (PF, 2025).

Os rios da região amazônica, em grande medida, atravessam extensas áreas de floresta densa, o que dificulta o policiamento e o monitoramento por parte das forças de segurança. Por outro lado, o transporte fluvial apresenta baixo custo operacional e elevada capilaridade territorial. Essa combinação resulta em um número relativamente reduzido de

apreensões registradas, de modo que os dados apresentados tendem a subestimar a real magnitude dos fluxos ilícitos na região (UNODC, 2023).

A tríplice fronteira amazônica historicamente está ligada ao tráfico de drogas. Desde o auge dos cartéis colombianos na década de 1970, a região já se encontrava integrada às dinâmicas do narcotráfico internacional. Conforme destaca Paiva (2018), Evaristo Porras Ardila, líder do cartel de Letícia e ligado a Pablo Escobar e seu cartel. Ao consolidar sua ascensão econômica por meio do comércio de cocaína, introduziu na região a lógica da chamada *bonanza cocalera*, isto é, a percepção de que os envolvidos no esquema obtinham elevados ganhos financeiros. Essa racionalidade econômica contribuiu para a atração de atores locais e para a consolidação (e até mesmo a normalização) da atividade ilícita na tríplice fronteira (Paiva, 2018).

Outro elemento relevante é o papel das estruturas familiares no controle do tráfico na região, uma vez que diversas gerações passaram a dominar e reproduzir os conhecimentos relacionados ao cultivo da coca e às rotas de escoamento. Tal continuidade favoreceu a manutenção e a adaptação dessas práticas ilícitas no espaço amazônico. Apesar de o dinheiro ser um fator importante para o ingresso de pessoas no tráfico de drogas, o autor apresentou relatos de pessoas que participam dessas atividades pela adrenalina que ela oferece (Paiva, 2018).

Com a perda de poder dos grandes cartéis colombianos no início dos anos 2000, a região deixou de ser controlada por uma hegemonia centralizada, assim, grupos menores passaram a disputar o controle territorial e logístico, intensificando a instabilidade e a competição pelo domínio das rotas do narcotráfico, mas também confirmando a importância da tríplice fronteira para a atividade. Esse cenário mudou com a ascensão da FDN nos anos 2010 que assumiu o controle das rotas (Paiva, 2018). O que se entende, portanto, é que com a expansão em massa do PCC para o Norte, a região deixa de ser disputada por pequenos grupos e passa a ser de interesse de grandes facções do país.

Em última análise, a centralidade de Tabatinga neste circuito revela a face mais profunda da desigualdade territorial brasileira. Nesse cenário, o Estado manifesta-se de forma assimétrica: enquanto o centro-sul, personificado pela força econômica e institucional de São Paulo, possui a estrutura de um país desenvolvido, as áreas limítrofes da Amazônia subsistem com estruturas estatais comparativamente frágeis e porosas. Esta exclusão é alimentada não apenas pela distância dos centros decisórios, mas também por uma construção discursiva que entende o território amazônico como um espaço “fechado” ou “vazio”, conforme discutido por

Machado (2011). Assim, a fronteira e a metrópole não são mundos isolados, mas dois extremos de uma mesma rede sustentada pela distribuição desigual da presença e do investimento estatal.

3.3 O NARCOTRÁFICO COMO UMA INSTITUIÇÃO INFORMAL

O poder da territorialização das grandes facções do país retrata a suas capacidades de articulação e organização para alcançar seus objetivos. Não à toa, o PCC é lido por muitos como uma empresa, por sua formação hierárquica, separadas por áreas, planos de negócios, postura diplomática e contenção de crise (Manso; Dias, 2018).

Algumas definições linguísticas acerca do conceito de instituição, conforme apresentadas pelo Dicionário Michaelis, podem contribuir para a compreensão do narcotráfico como uma instituição informal.

- A. A própria coisa estabelecida;
- B. Organização pública ou privada, regida por estatutos ou leis, cujo objetivo é satisfazer as necessidades de uma sociedade ou de uma comunidade de projeção mundial;
- C. Definição Sociológica: Estrutura social, estabelecida por lei, que tem vigência em certo Estado ou para certo povo;
- D. Definição Pejorativa: Mau hábito que está enraizado (Instituição, Online).

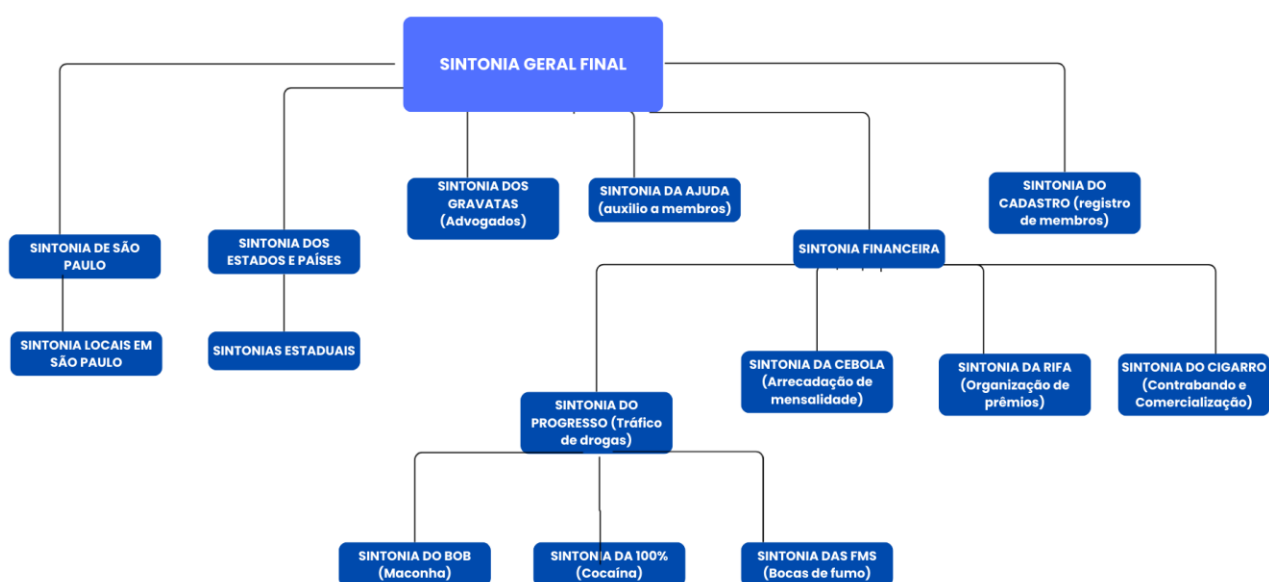
Segundo Douglass North (2008), as instituições fornecem a estrutura para a interação humana, podendo assumir caráter formal ou informal, por meio de regras, códigos de comportamento e mecanismos de punição quando as regras são violadas. Essas estruturas moldam o comportamento humano, tanto no plano individual quanto coletivo, ao estabelecer limites, incentivos e expectativas baseadas em valores e costumes compartilhados (North, 2008).

Diferindo das instituições, as organizações consistem em grupos de indivíduos articulados em torno de objetivos comuns, atuando dentro de um determinado conjunto de regras (North, 2008). No caso do PCC, a organização antecede a consolidação institucional: o grupo surge inicialmente como uma organização criminosa estruturada para responder a restrições específicas do ambiente carcerário e, ao longo de sua trajetória, passa a produzir normas internas, códigos de conduta e mecanismos próprios de sanção que se estabilizam e moldam a organização

Esse processo de institucionalização se materializa, entre outros aspectos, na criação de estruturas organizacionais internas especializadas, conhecidas como “Sintonias”,

responsáveis por administrar e fazer cumprir as normas produzidas da instituição em diferentes áreas de atuação. O organograma abaixo evidencia um elevado grau de complexidade organizacional, revelando traços burocráticos na estrutura do grupo, tais como o histórico dos registros de membros (Sintonia do Cadastro), a especialização funcional e a divisão de responsabilidades por áreas específicas de atuação, como ocorre nas Sintonias do Cigarro e da 100% (Manso; Dias, 2018)

Figura 7- Estrutura organizacional do PCC



Fonte: elaboração própria, baseado em Manso e Dias (2018).

O termo “sintonia” consiste na separação de áreas dentro da governança da facção. As sintonias são como áreas ou gerências de uma empresa, funcionam para facilitar o trabalho e descentralizar as ações. Em comparação, a sintonia do cadastro (registro de membros) seria o equivalente a área de recursos humanos de uma empresa. A sintonia das gravatas, seria o jurídico. Elas apresentam a estrutura hierárquica do grupo, caracterizada por ter uma liderança horizontalizada, ou seja, com mais de um líder, resultando na tomada coletiva de decisões estratégicas (Sintonia Geral Final) (Manso; Dias, 2018). Tal arranjo institucional reduz a exposição direta da cúpula, amplia a capacidade de adaptação territorial e contribui para a resiliência da facção diante das ações do Estado. Ao mesmo tempo diminui o risco de fragmentações decorrentes de vácuos de poder (UNODC, 2023).

Outros exemplos podem ser dados a fim de esclarecer como, de acordo com a definição de North e a do dicionário, o PCC se enquadra enquanto uma instituição informal. O primeiro é a formulação de seu estatuto, que impõe regras de comportamento e normas de conduta; existe ainda um documento voltado para a punição de contraventores que estabelece as condutas a serem tomadas de acordo com o tipo de infração; ao fecharem parceria com grupos fora do estado de São Paulo com o objetivo de expansão territorial, moldam aquela organização local de acordo com suas normas, contribuindo para a difusão e reprodução de sua lógica institucional para além de seu território de origem.

Além de ser uma instituição informal que exerce poder e governança, o PCC constantemente disputa seu lugar no mundo do crime com outros grupos que não reconhecem e rejeitam sua hegemonia. Portanto, para conquistar espaço no crime em detrimento de facções rivais, utilizam muito do discurso, de como como ferramenta para aumentar sua influência e seu poder (Manso; Dias, 2018). Por meio dele, a facção constrói narrativas que legitimam sua posição, organizam comportamentos e estabelecem critérios de pertencimento e exclusão no mundo do crime. Trata-se, portanto, de um mecanismo de poder que estrutura a forma como seus membros e aliados compreendem o crime, a justiça e a ordem social nos territórios sob sua influência (Agnew; Ó Tuathail, 2006).

Também utilizam da cultura como mecanismo de influência, transmitindo a maneira de falar (gírias), músicas, como funks que exaltam a facção, mas também a cultura de união do crime (Manso; Dias, 2018). Tais expressões culturais funcionam como dispositivos de socialização e pertencimento, contribuindo para a difusão das normas do grupo e para a consolidação de uma identidade coletiva compartilhada. Ao mesmo tempo, ampliam a capacidade do PCC de influenciar populações locais, reforçando sua legitimidade social e sua autoridade.

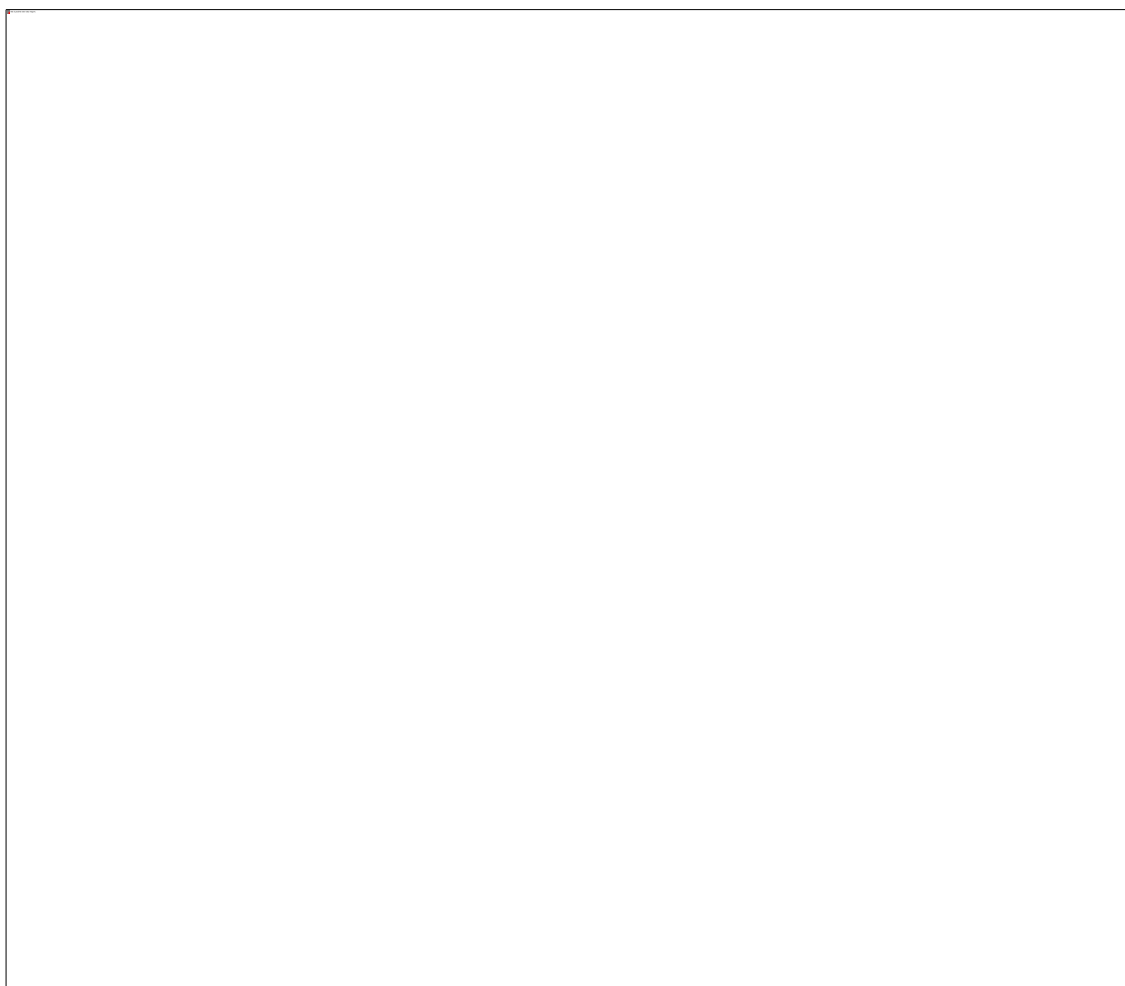
A capacidade de institucionalização do PCC permite estabelecer uma comparação entre as suas dinâmicas de territorialização e as do CV, a segunda maior organização criminosa do país. Enquanto a institucionalização do grupo paulista reflete uma modernidade baseada em estruturas burocráticas, hierarquias e regras rígidas, o ponto de maior divergência reside na gestão do espaço. O modelo de organização do PCC é melhor compreendido através do conceito de territórios-rede, em que o grupo constrói uma teia de influência e prospecção de poder administrada pelas Sintonias (Haesbaert, 2004). Em contrapartida, o CV mantém seu poder majoritariamente sob a lógica do território-zona, com fronteiras pré-estabelecidas e uma "fixação" territorial necessária para o controle de morros e comunidades no Rio de Janeiro

(Haesbaert, 2004). Assim, enquanto o grupo carioca depende da soberania sobre zonas físicas para o seu funcionamento, o PCC projeta seu poder de forma fluida, operando de maneira eficaz para além das fronteiras geográficas tradicionais.

Além das diferenças nas atuações territoriais, a capacidade de resiliência de ambas as organizações varia conforme seus modelos de governança. O CV tende a manter uma liderança mais centralizada na figura de um indivíduo específico, o que cria uma vulnerabilidade estrutural: a eliminação dessas lideranças pode resultar em vácuos de poder e um estado de caos generalizado para o grupo. Como o PCC adota um modelo de liderança conjunta, essa descentralização do comando permite que as decisões sejam institucionais e não dependentes de um único nome, assim, a eventual morte ou prisão de um membro influente não compromete a continuidade das operações, garantindo a estabilidade da organização (UNODC, 2023).

Outra forma de compreender o PCC como uma instituição informal envolvida em governanças locais, é por meio do método de análise proposto por Byrne *et al.* (2016). Os autores formularam um guia que oferece um roteiro para entender e trabalhar atores que exercem poder fora das estruturas formais do Estado. São intituladas como Instituições de Governança Local Informal (ILGIs) e definidas como organizações ou atores que baseiam sua autoridade em regras sociais compartilhadas e não apenas em leis estatais (Byrne *et al.*, 2016). De acordo com as três características sugeridas pelos autores, o PCC se enquadra em todas elas, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 2- Quadro analítico de Instituições informais de Governança Local

The image shows a large, empty rectangular box with a thin black border, representing a table that has not been populated with data.

Fonte: Adaptado de Byrne *et al.* (2016), tradução e elaboração da autora.

Portanto, enquanto instituição informal, o narcotráfico exerce formas de governança nos territórios em que está presente, moldando dinâmicas sociais, econômicas e políticas nesses espaços. Nesse processo, mimetiza determinadas funções do poder estatal, sem integrar formalmente o Estado. É importante ressaltar que o PCC, e o narcotráfico de maneira geral, é frequentemente interpretado como um ator paralelo ao Estado, interpretação da qual esta pesquisa diverge. Aqui, o fenômeno é compreendido como intrínseco ao próprio Estado, uma vez que, conforme discutido, apesar de se apresentar discursivamente como antagonista, o PCC depende das estruturas estatais para operar, reproduzir-se e expandir-se. Couto (2023) também discorda com a interpretação do narcotráfico como um poder paralelo e discorre:

[...] de alguma forma o ilícito consegue se infiltrar nas estruturas institucionais caminhando junto com o Estado e seja na lavagem de dinheiro, no tráfico de influência ou na corrupção institucional, o crime e o Estado estarão de mãos dadas compactuando lógicas de poder (Couto, 2023, p. 94).

Em muitos momentos, o Estado também se aproveita do PCC, como relatado no livro de Manso e Dias. Com a diminuição da violência dentro das penitenciárias dominadas pelo grupo paulista, o que ficou claro é que as regras e normas impostas pelo PCC estavam funcionando. O estado de São Paulo, por meio de seus representantes, preferiu aproveitar-se dessa “calmaria” trazida pelo grupo ao invés de produzir resultados semelhantes através de políticas públicas e estatais. O poder estatal também reconhece a diminuição da violências dentro das penitenciárias após a crescente do comando do PCC nesses espaços, deixando evidente que as regras e normas impostas estavam funcionando (Manso; Dias, 2018). Isso revela não apenas uma forma de convivência tácita, mas também evidencia como a governança informal pode suprimir (e neste caso, de forma mais efetiva) e substituir a ação estatal.

Outro episódio relatado diz respeito ao envolvimento do grupo para intermediar a resolução de um assassinato decorrente de uma briga de trânsito, conflito que foi encaminhado e julgado pelo chamado tribunal do crime, que por si só é um mimetismo de uma instituição estatal. O caso ocorreu em uma cidade no interior de São Paulo e não são isoladas as vezes em que a facção é procurada para mediar conflitos da comunidade, mesmo quando não envolva membros do grupo. Evidencia a capacidade do PCC de construir legitimidade junto à população local, bem como de disseminar a ética do crime (Manso; Dias, 2018).

O PCC assume para si a posição de regulador do crime, no sentido de organizar as práticas ilícitas, proteger seus membros e garantir seus objetivos. O mote “certo pelo certo” funciona como um código normativo interno da facção, operando segundo a lógica de punição, um “aqui se faz, aqui se paga”⁴ aplicado àqueles que descumprem as regras e normas estabelecidas pelo grupo. A postura diplomática muitas vezes adotada pelo grupo para se aproximar de possíveis aliados e rivais demonstra a capacidade de articulação política da facção, que só utiliza da violência como última via (Manso; Dias, 2018).

⁴ O Dicionário da Disciplina é um documento elaborado pela facção que funciona, fazendo aqui uma analogia, de maneira semelhante ao Código Penal Brasileiro. Nele, são estabelecidas normas de conduta, procedimentos de cobrança e critérios para aplicação de punições, inclusive no que se refere a conflitos e demandas da própria comunidade (Manso; Dias, 2018)

Com os exemplos acima citados e retomando o guia de Byrne *et al.*, observa-se como a organização, enquanto uma ILGI, exerce autoridade territorial entregando serviços em áreas onde o Estado é percebido como ineficaz. Sua legitimidade perante a população é resultado de uma burocracia criminal que provê funções de julgamento, execução e mediação de conflitos comunitários, além da possibilidade de auxílio social (demonstrado na Tabela 2). Ainda, suas fontes de poder são derivadas da construção de domínio territorial durante a trajetória do grupo, criando uma cultura de lealdade, respeito ou medo onde está presente (Byrne *et al.*, 2016).

Como toda instituição, formal ou informal, o narcotráfico depende de recursos financeiros para garantir seu funcionamento. Embora existam mecanismos internos de arrecadação como mensalidades e rifas, conforme apresentado na tabela, o verdadeiro lucro está no tráfico de drogas. Contudo, sendo este um capital de origem ilícita, para circular e se estabilizar no interior da economia nacional, necessita ser convertido em recursos aparentemente legítimos e é nesse ponto que entra a lavagem de dinheiro.

A execução dessa etapa exige alto grau de articulação econômica e política, envolvendo estratégias financeiras sofisticadas, a utilização de empresas legais, aquisição de bens como fazendas ou imóveis, e a interação com agentes estatais. É nesse processo que se torna possível compreender de forma mais nítida como o narcotráfico se infiltra nas estruturas do Estado, não como um poder externo ou paralelo, mas como um fenômeno que opera de maneira interdependente com a economia formal.

3.4 CAPITALISMO ILEGAL: INTERDEPENDÊNCIA NA ECONOMIA E OS MÉTODOS DE ATUAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO

Pensando na parte econômica que envolve o narcotráfico, a lavagem de dinheiro constitui uma etapa essencial para seu funcionamento. Anualmente, o mercado global de drogas, em especial o da cocaína, movimenta bilhões de dólares. Esses recursos, em grande volume, não podem ser livremente utilizados em países como o Brasil sem justificar sua origem. Dessa forma, a conversão do capital ilícito em recursos legais é mais um componente indispensável da cadeia do narcotráfico, demandando estruturas específicas, estratégias econômicas e articulações com o setor formal da economia (UNODC, 2023).

A lavagem de dinheiro é o processo de dissimulação da natureza e origem de ativos obtidos de forma ilícita (neste caso, o narcotráfico), através de um ciclo de transações projetadas para mascarar o rastro criminoso da atividade. Esse mecanismo de ocultação é o que viabiliza a transformação dos ganhos do tráfico em capital com aparência de licitude, permitindo sua integração à economia formal (Aro, 2013).

Seu ciclo pode ser realizado em três fases: a primeira sendo a *colocação*, que de forma geral é a introdução do dinheiro ilícito no sistema financeiro ou através da aquisição de bens como imóveis ou estabelecimentos através de laranjas. A segunda fase é a *transformação*, que consiste em ocultar evidências por meio de diferentes transações bancárias ou na aquisição de bens que possam ser revendidos rapidamente (joias, carros de luxo, imóveis) que torna mais difícil rastrear a origem. Por fim, a *integração*, quando o dinheiro já limpo é inserido no sistema econômico por meio de investimentos financeiros ou atividades produtivas, fechando assim o ciclo (Aro, 2013).

Abreu (2017) traz em seu livro diversos exemplos de como os traficantes utilizam desses métodos, como a compra de fazendas de gado ou até mesmo de plantio, além de imóveis de alto padrão, carros, entre outros. O PCC utiliza uma estratégia parecida, com o depósito de dinheiro para empresas-fantasma que é repassada para corretoras de câmbio e por fim enviada para o exterior. Manso e Dias mencionam no livro o fato de o grupo permitir independência de seus membros, eles podem por exemplo, investir em empreendimentos próprios. No exemplo utilizado, lava rápidos e lavanderias de propriedade de membros também servem como lavagem de dinheiro. Com o dinheiro limpo existe a possibilidade de investimento na infraestrutura logística da facção: pagamentos de advogados, compra de frotas para transporte de drogas, aviões entre outros (Manso; Dias, 2018).

No Brasil, a região sudeste, especificamente no estado de São Paulo, onde se localiza o centro financeiro do país, enquanto o Norte sofre com o desenvolvimento geográfico desigual. Não obstante, é em São Paulo onde se encontra a Faria Lima, o centro financeiro e econômico do país.

Pode-se fazer uma relação com que aborda a autora Liliana Levi (2021), sobre as problemáticas relacionadas aos conceitos de “desenvolvimento geográfico desigual” e “justiça espacial”. O primeiro refere-se à distribuição desigual de recursos, infraestrutura e oportunidades ao longo de diferentes regiões geográficas, indicando que algumas áreas se beneficiam mais do desenvolvimento do que outras, o que gera disparidades significativas. Por sua vez, a justiça espacial trata das desigualdades ou desequilíbrios entre territórios ou regiões,

que se manifestam em termos de acesso a serviços, infraestrutura, qualidade de vida, entre outros fatores (Levi, 2021). Neste sentido, o que se percebe é que mesmo a região norte tendo uma grande importância na logística do tráfico de drogas, os lucros obtidos se concentram na parte “rica” do país.

O dito acima se comprova com a Operação Carbono Oculto, realizada entre 2024 e 2025, que chegou até a Faria Lima e revelou como o PCC estava profundamente infiltrado na economia formal através da lavagem de dinheiro. Estima-se que o esquema movimentou mais de 50 bilhões de reais e envolveu oito estados da federação. As estratégias bem coordenadas com aquisição de postos de gasolina, e utilização de CPFs e CNPJs em nomes de laranjas, pode ser analisada através das etapas para lavagem de capital apresentadas por Aro (2013):

Fase 1- Colocação: aquisição de postos de combustíveis para introdução do dinheiro sujo do tráfico no sistema financeiro lícito (O ASSUNTO, 2025).

Fase 2- Ocultação: O capital é depositado em bancos digitais ou fintechs e circula por contas de empresas de fachada e CPFs laranjas (O ASSUNTO, 2025).

Fase 3- Integração: O capital é aportado em Fundos de Investimento aplicados à Bolsa de Valores de São Paulo através de fintechs e se integra à economia formal (O ASSUNTO, 2025)

Através da Operação Carbono Oculto, foi revelado que o PCC controlava toda uma cadeia de produção, distribuição e comercialização de combustível. A cronologia do processo inicia com a importação de nafta e metanol, através do Porto de Paranaguá. Esses elementos químicos são utilizados para adulterar o combustível que seria comercializado em postos de membros do PCC ou de associados, por um preço competitivo em relação ao mercado, atraindo clientes. A escolha de postos de combustíveis se justifica pelas fragilidades regulatórias do setor, o alto volume de transações em dinheiro vivo e fluxos comerciais (O ASSUNTO, 2025).

Esse dinheiro arrecadado era aplicado em fintechs, localizadas na Faria Lima e a partir disso ocorria a compra de fundos de investimento. Por uma falha na legislação, as fintechs não são obrigadas a informar à Receita Federal de quem são as contas que operam o dinheiro, facilitando o processo de inserção dos ganhos ilícitos na economia. O dinheiro dos fundos de investimentos se revertia na compra de empresas estratégicas, como exemplo, a aquisição de cinco usinas de etanol. Além disso, a facção tinha uma rede de transporte própria, tendo mais

de mil caminhões para circulação do combustível. Ainda, foi relatado a tentativa de apropriação de fazendas de cana de açúcar e usinas de etanol por meio da coerção. O objetivo é claro: um projeto de domínio total das cadeias de produção (O ASSUNTO, 2025)

A complexidade do esquema estruturado pelo PCC e seus associados demonstra não apenas falhas no sistema financeiro brasileiro, mas a capilaridade, a dimensão que o grupo alcançou no país e como o crime organizado não é paralelo à economia formal, mas faz parte dela. Enquanto utiliza o mercado de capitais para financiar sua própria expansão, a organização garante a perpetuidade de seu poder econômico e político. Em última análise, a Operação Carbono Oculto explicita a injustiça espacial brasileira: enquanto a Amazônia e as regiões de fronteira suportam a violência oriunda do narcotráfico, a Faria Lima atua como o nó geopolítico essencial para a estruturação do narcotráfico no país, gerando capital formal que é revertido em investimento para a operacionalização do PCC.

A eficácia da lavagem de dinheiro e a infiltração na economia formal, conforme observado, não decorrem apenas da sofisticação financeira, mas da utilização da corrupção como uma função-meio. Nesse sentido, a corrupção deixa de ser um evento isolado para se tornar uma infraestrutura de apoio para a manutenção da atividade ilegal. Ela atua como o mecanismo que garante a porosidade das instituições, permitindo que o narcotráfico transite entre a economia marginal e a economia formal, desviando dos órgãos de fiscalização e controle.

A cooptação de agentes de segurança pública ocorre em diferentes níveis e atua como uma engrenagem que facilita a operacionalização do narcotráfico de diversas maneiras. Essa cadeia de corrupção acontece em diferentes instâncias: no sistema prisional, o policial penal que viabiliza ou faz vista grossa para a entrada de aparelhos celulares, essenciais para a comunicação entre os que estão encarcerados e os membros em liberdade; nas ruas, a contratação de agentes para proteção de pontos de venda de drogas ou o compartilhamento de informações internas que antecipam ações repressivas (Manso; Dias, 2018); na fiscalização rodoviária e portuária, a conivência de agentes permite o escoamento de mercadorias ilícitas por eixos logísticos estratégicos, enquanto a infiltração em níveis de inteligência auxilia em trâmites burocráticos e operacionais mais complexos (Abreu, 2017).

A participação no narcotráfico, porém, não se limita aos servidores da segurança pública. O montante arrecadado anualmente com o mercado ilícito possibilita a cooptação de setores de elite da sociedade, incluindo o patrocínio de campanhas políticas e a celebração de acordos com vereadores, deputados estaduais e federais. Essa dinâmica auxilia na formação de

um “lobby” voltado aos interesses do narcotráfico, operando de forma discreta para influenciar decisões legislativas e garantir a proteção dos negócios ilícitos. Também podem ser cooptados, pequenos e grandes empresários, auxiliando principalmente em questões de lavagem de dinheiro. Existe, ainda, o registro de casos de corrupção no Poder Judiciário, como a compra de decisões para a redução ou anulação de penas, envolvendo desde juízes de primeira instância até desembargadores (Abreu, 2017).

Percebe-se como a corrupção é um fenômeno multifacetado, manifestando-se tanto no âmbito público quanto no privado. Suas motivações são igualmente diversas, atingindo desde indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica, que veem na cooptação uma estratégia de sobrevivência, até setores da elite movidos pela ambição. A questão depende apenas dos ganhos do narcotráfico: quanto maior o faturamento, maior a sua facilidade de “comprar” indivíduos da sociedade e do Estado (Procópio, 1999).

Essa dinâmica alimenta o que Procópio define como uma crise moral, na qual a necessidade ou vontade de ganhar dinheiro não gera peso na consciência ou compromisso ético. Essa crise moral é o que permite a formação de uma rede de colaboradores informais, manifestada desde o suborno direto e a conivência de agentes de segurança, até a cooptação de servidores em instâncias administrativas e em níveis mais altos, pelo tráfico de influência (Procópio, 1999).

Portanto, a corrupção no Brasil não apenas facilita o narcotráfico, mas assegura a sua viabilidade logística. Ao garantir que as rotas de escoamento e os processos de branqueamento de capitais funcionem sob um manto de normalidade administrativa, a organização criminosa prepara o terreno para a fase final da sua operação: a exportação. Esse cenário de captura institucional e domínio de fluxos é o que permite ao PCC projetar seu poder para além do território nacional, utilizando as principais infraestruturas de comércio exterior do país. Entre essas infraestruturas, destaca-se o Porto de Santos, nó logístico onde a simbiose entre o lícito e o ilícito atinge sua escala global, convertendo o território brasileiro no principal corredor de exportação de cocaína para o mercado europeu.

3.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Com sua evolução organizacional, o PCC alcançou um patamar de criminalidade organizada inédito no Brasil, distinguindo-se pela robustez financeira, por sua capacidade

estratégica e capilaridade territorial. O grupo não apenas se expandiu para as outras regiões do país, como também conseguiu exercer influência e estabelecer conexões essenciais para a manutenção de um funcionamento institucional cada vez mais complexo. Isso demonstra a sua modernidade operacional em comparação com outras facções brasileiras.

Nesse cenário, a proximidade com os países produtores, aliada a vulnerabilidades sociais e potencialidades logísticas, converteu a cidade de Tabatinga em um ponto de atração central para o crime organizado, evidenciando a visão geopolítica da facção. Apesar da distância geográfica, Tabatinga e São Paulo constituem nós logísticos interdependentes: enquanto a droga entra no território nacional pela fronteira amazônica, o lucro dela oriundo é processado e integrado ao sistema econômico no centro financeiro do país, em São Paulo. Essas localidades, embora situadas em extremos opostos do território, acabam conectadas por uma rede de corrupção e interdependência econômica que sustenta o capitalismo ilegal brasileiro.

O narcotráfico, enquanto instituição informal, torna-se capaz de ditar suas próprias regras e normas de conduta. Onde o Estado falha em prover condições básicas de dignidade para a população (como nas penitenciárias ou nas regiões mais pobres do país) ou em fiscalizar com rigor as transações de alto nível (como no caso citado da Faria Lima), o crime organizado encontra oportunidades. Assim, a corrupção deixa de ser apenas um desvio de conduta individual e passa a ser o componente estruturante do capitalismo ilegal brasileiro, onde a fronteira entre o ganho lícito e o ilícito torna-se cada vez mais imperceptível.

O ciclo de institucionalização do grupo, que se inicia com a entrada da mercadoria ilícita e se consolida na lavagem de capitais, completa-se com a projeção desse poder para o mercado global. Dessa forma, a infraestrutura que importa a droga é a mesma que prepara sua exportação, tendo no Porto de Santos o seu ponto definitivo de escoamento e internacionalização.

4 O PORTO DE SANTOS E O DESTINO FINAL

Todo fluxo logístico é definido por sua origem e seu destino. Na configuração da Geopolítica do Narcotráfico na América do Sul, o Porto de Santos consolida-se como o nó estratégico para o escoamento de cocaína, é o ponto geográfico onde a droga deixa o continente sul-americano após percorrer complexas rotas terrestres e fluviais, vinda de países andinos. Sob a perspectiva das organizações criminosas europeias, o complexo santista não representa um fim, mas sim o ponto de partida, o início de um fluxo transatlântico que abastece seu mercado consumidor no Velho Continente. A ascensão do PCC como um ator transnacional foi o fator determinante para conferir capilaridade a esse sistema, funcionando como a “amarra” necessária entre a produção andina e o comércio ultramar.

Assim, o presente capítulo propõe uma análise sobre a centralidade do comércio marítimo para a economia ilícita global, compreendendo que as mesmas rotas que sustentam a globalização comercial são parasitadas pelo narcotráfico transnacional. Busca-se entender a importância logística do Porto de Santos, e quais suas fragilidades estruturais e lacunas de fiscalização que oferecem janelas de oportunidade para o crime organizado. Para tanto, investiga-se os métodos de infiltração do PCC e a capacidade de resposta do aparato de segurança estatal, além das principais conexões da facção com outros grupos e por fim, o destino final da cocaína.

4.1 A IMPORTÂNCIA COMERCIAL DAS ROTAS MARÍTIMAS

Com atividades iniciadas ainda no século XVI, o Porto de Santos consolidou-se, ao longo dos séculos, como um ponto logístico crucial da economia brasileira e latino-americana. O porto se desenvolveu junto com importantes ciclos econômicos, como a expansão das economias sucroalcooleira e cafeeira no estado de São Paulo, impulsionadas pela alta demanda do mercado externo. Consequentemente, surge a necessidade de aprimorar e ampliar a infraestrutura de acesso ao complexo santista (Hernández Arriagada; Garcia Dos Santos, 2019).

Ademais, com a consolidação da cidade de São Paulo como o principal polo financeiro e industrial do país, a integração com a Baixada Santista passou a ser essencial. Essa proximidade estratégica entre a capital e sua principal saída para o mar reafirma a importância do comércio marítimo como o motor do crescimento nacional. Nesse sentido, o esforço conjunto entre o Estado e a iniciativa privada ao longo das décadas concentrou-se no

aprimoramento técnico e na expansão da capacidade operacional do porto, visando sustentar o fluxo de mercadorias que posiciona o Brasil nas cadeias globais de valor (APS, online-a).

Sendo assim, não apenas a estrutura portuária propriamente dita, mas todo um aparato logístico e de suporte foi desenvolvido. Um exemplo disso é a Usina Hidrelétrica de Itatinga, inaugurada ainda em 1910 para fornecer energia própria e constante para o porto. A *hinterlândia*⁵ do Porto de Santos, construída ao decorrer do tempo para facilitar a ligação terra-mar do interior do país, funciona como um corredor de escoamento de *commodities*, onde a produção agrícola e industrial de estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais converge para o litoral paulista. Essa zona contém uma infraestrutura intermodal, composta por importantes ferrovias, como a Malha Paulista, e rodovias de grande fluxo, como o Sistema Anchieta-Imigrantes, sistema que permite que cargas vindas de milhares de quilômetros de distância cheguem ao porto com rapidez (Hernández Arriagada; Garcia Dos Santos, 2019).

⁵ Refere-se à zona de influência geográfica que concentra o principal volume de mercadorias, sejam elas provenientes de mercados externos ou destinadas à cabotagem, articulando o fluxo logístico de um porto, aeroporto ou posto de fronteira (Porto de Santos Autoridade Portuária, *online-b*).

Figura 8- Mapa da área de influência do Porto de Santos



Fonte: APS, *online-a*.

Todo esse esforço para construir um complexo portuário robusto foi desenhado para a eficiência, ou seja, para que a mercadoria chegue rápido ao destino final, assim como o lucro proveniente da exportação. Naturalmente, essa infraestrutura beneficia a cidade de Santos e suas vizinhas, na geração de empregos, maior industrialização e desenvolvimento urbano (Da Costa, 2014). Pode-se dizer que o próprio Porto exerce a geopolítica, expandindo sua influência e mudando espaços, sendo outro exemplo de ator não-estatal exercendo poder em um território.

Atualmente, o Porto de Santos consolida-se como a principal infraestrutura portuária do Brasil e o maior complexo logístico do hemisfério sul, estando entre os portos mais importantes do mundo. Em 2025, o complexo santista atingiu um recorde histórico ao movimentar 186,4 milhões de toneladas de cargas, abrangendo uma diversidade de mercadorias fundamentais para a balança comercial brasileira, com destaque para o escoamento de grãos (especialmente soja e milho), carnes, açúcar, celulose e combustíveis. A magnitude dessas operações é evidenciada pelo fluxo de 5,9 milhões de TEUs (contêineres de 20 pés) no mesmo período, o que representa quase 30% de toda a corrente comercial do país (APS, 2026).

A administração do porto organizado é realizada pela Santos Port Authority (SPA), empresa pública de capital majoritário da União, até recentemente denominada Companhia Docas de Santos (...).

Após um grande processo de privatização, que atualmente atinge cerca de 90% das áreas propícias à atracação de navios, de acordo com a Lei 8630/93, o porto de Santos pode ser subdividido em:

a) Porto Organizado, isto é, áreas de propriedade da União, que o Ministério dos Transportes administra através da CODESP, inclusive alugando as instalações e terrenos para empresas particulares como o caso da Santos- Brasil, Libra, Tecondi e outras;

b) Porto Privativo, que são cais de atracação de navios situados no canal de Santos, cuja propriedade da área pertence a empresas privadas, que administram a atividade sob autorização da União, tais como: Usiminas, Dow Química, Cutrale, Cargill e Ultrafertil.

As instalações portuárias dentro do porto organizado, em sua grande maioria, são administradas por empresas privadas em função de gerar rendas para o Ministério dos Transportes, através de contratos controlados pela Companhia de Docas do Estado de São Paulo (CODESP), algumas áreas em exceção não podem ser alugadas e são consideradas como cais de uso público (Dias, 2022, p. 69-70).

Destaca-se também a alta conectividade global do Porto, mantendo relações comerciais com mais de 200 países e estando ligado a cerca de 600 portos espalhados pelo mundo (APS, *online-a*). Essa rede extensa de rotas marítimas permite que qualquer mercadoria que saia dos seus terminais alcance os principais centros de consumo globais. Para o narcotráfico, essa infraestrutura se torna uma oportunidade, já que o intenso movimento de mercadorias lícitas proporciona a camuflagem necessária para a inserção e transporte de ilícitos nas redes de exportação.

Historicamente, o oceano sempre teve importância fundamental no desenvolvimento da humanidade. Com as grandes guerras do século XX e a expansão da globalização, o mar ganhou ainda mais peso nos processos de troca globais. Na atual realidade capitalista e globalizada do século XXI, o mar continua sendo essencial para o comércio mundial, permitindo trocas mesmo com as longas distâncias (Steinberg, 2001). A projeção do Brasil em direção ao Atlântico Sul consolidou-se como uma necessidade estratégica, especialmente após o *boom* das *commodities* no início deste século. Com a ascensão brasileira na economia global, a posição geográfica privilegiada do país por sua uma extensa costa litorânea, valorizou ainda mais as rotas marítimas como eixos centrais para o comércio com mercados globais. Esse cenário de intensa conectividade oferece infraestrutura necessária para que o narcotráfico transnacional operasse sua própria projeção oceânica (Da Costa, 2014).

Por outro lado, o histórico do Porto com o tráfico de drogas não é novo: com o crescimento do fluxo de drogas no Brasil nos anos 80, as vendas se intensificaram para a Europa e a exportação ocorria via Santos, que a partir desse período passou a ganhar maior destaque na logística do mercado ilícito no Brasil (Manso; Dias, 2018). Assim, Santos sempre foi atraente para o crime e a partir da ascensão do PCC, a exploração das rotas marítimas passou a ter caráter empresarial. A geografia do porto permaneceu a mesma, mas a capacidade de

explorar suas vantagens mudou com a profissionalização da facção. Essa transição histórica é o que explica por que Santos se consolidou como o principal canal de escoamento do narcotráfico na América do Sul, afinal, o grupo criminoso não inventou a rota, mas aproveitou a infraestrutura de exportação.

Dados demonstram que as maiores apreensões de cocaína são feitas no Porto de Santos e, embora os números sejam elevados, representam apenas uma fração do volume total de entorpecentes que flui pelo complexo santista (O ASSUNTO, 2023). Pela própria natureza da atividade ilícita, não se tem acesso à quantidade real de droga que atravessa o porto com sucesso, no entanto, o grande volume de apreensões serve como um termômetro da sua importância. Se o volume interceptado pelas autoridades já é o maior do país, pode-se sugerir que o fluxo total que o PCC consegue escoar também é alto.

Nesse sentido, propõe-se uma transposição de conceitos para observar como PCC enquanto ator não-estatal, opera dentro dessa lógica de controle de espaços. Ao analisar a atuação da facção na Baixada Santista, percebe-se a execução de uma estratégia de domínio da sua própria hinterlândia. Os territórios de influência do porto, identificados no mapa da figura 8, convergem com os territórios de domínio consolidado da facção e com os eixos da Rota Caipira (apresentada no Capítulo 1).

A facção opera com uma lógica terrestre (sendo sua hinterlândia a Rota Caipira e a cidade de São Paulo como centro de apoio financeiro) e com uma lógica marítima no Porto de Santos. O grupo não domina e não precisa dominar o oceano, mas domina a zona de amortecimento entre a produção continental e a exportação transatlântica. Assim, o grupo não tem a necessidade de substituir o Estado em suas funções burocráticas, mas precisa apenas garantir que seus tentáculos alcancem os pontos cegos da fiscalização e os gargalos logísticos. Ou seja, ao parasitar a infraestrutura montada para o escoamento de *commodities*, a organização criminosa converte a eficiência logística brasileira em um ativo próprio.

Portanto, ao controlar todo o acesso ao Porto de Santos, o PCC atua como o gestor desse território. Enquanto o Estado brasileiro tenta defender o território com uma lógica de soberania clássica, o PCC exerce um poder infraestrutural, utilizando as redes lícitas de escoamento de *commodities* para garantir que o seu fluxo ilícito alcance o complexo portuário e chegue ao mercado global. Assim, a facção não apenas utiliza o porto, mas ocupa a posição estratégica de um ator que domina a interface entre dois mundos.

Geograficamente, a importância e a existência de dominar a hinterlândia informal podem ser comprovadas através do volume de apreensões de cocaína registradas em 2024,

conforme dados divulgados pelo Ministério da Justiça (MJ, 2025). Segundo o relatório, as regiões com os maiores índices de interceptação da droga foram o Centro-Oeste e o Sudeste (MJ, 2025), o que coincide geograficamente com a hinterlândia do porto, e com a Rota Caipira. Além disso, São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são, respectivamente, os estados com os maiores níveis de apreensão de cocaína do período (MJ, 2025). A droga que entra pelas fronteiras do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul percorre as mesmas rodovias e ferrovias que transportam a safra agrícola até o litoral paulista.

Esse ponto demonstra como o narcotráfico é um ator que exerce geopolítica. O que pode ser analisado ainda, é que, ao dominar rotas e complexos portuários críticos, um grupo acaba tendo uma vantagem competitiva crucial perante os outros, mesmo existindo empecilhos, como as repressões estatais que tentam impedir o embarque ou desembarque de mercadorias. No caso do PCC, o domínio de Santos é um diferencial hierárquico dentro do crime organizado. Por consequência, portos de menor porte no norte e nordeste se tornaram visados por outros grupos que não tem acesso ao Porto de Santos, nem ao porto de Paranaguá, outro importante hub portuário do país dominado pelo PCC (Ribeiro, 2024).

A força comercial marítima adquirida pelo Brasil se converte, assim, na base da capacidade financeira do PCC, mesmo que utilizada de forma parasitária. Ao dominar a principal saída para o mar da América Latina, a organização garante acesso aos mercados internacionais mais importantes, como o europeu, onde o valor da mercadoria é multiplicado. Assim, o Porto de Santos se torna um local estratégico indispensável para o sucesso da distribuição de drogas pelo mundo, consolidando o império econômico da facção através das rotas marítimas.

Como já discorrido, o estado de São Paulo é território consolidado do PCC e, por consequência, a facção detém o monopólio da região santista. É importante ressaltar que, quando se trata de monopólio territorial neste sentido, refere-se à comparação com outras facções rivais. Grupos como o CV ou outras organizações menores têm pouco ou nenhum acesso ao porto pela hegemonia do PCC. Sendo assim, a exclusividade do acesso a esse nó geopolítico garante que a facção dite as regras do tráfico transnacional a partir da costa brasileira, impedindo que concorrentes utilizem a mesma infraestrutura de ponta. Não por acaso, a região portuária requer uma postura diferente de controle:

Em Santos e outros territórios da Baixada, há muitos territórios PCC em que o tráfico de drogas está permanentemente armado. Na grande maioria dos locais do estado de São Paulo, entretanto, a hegemonia político-administrativa no mundo do crime é do

PCC, e não há armas sendo usadas de forma explícita para defender fronteiras territoriais (Feltran, 2018, p. 118).

Na Baixada Santista, observa-se a ocorrência de um fenômeno atípico para o padrão de criminalidade do restante do estado de São Paulo, sendo a região comparada ao cenário do Rio de Janeiro. Conforme aponta Emmerich (2015), a geografia fluminense é considerada "oportuna" para o crime organizado devido aos morros de difícil acesso, característica que se repete no litoral paulista em função da Serra do Mar, a proximidade de comunidades controladas pelo crime em regiões de mangue e seus terrenos acidentados. É especificamente nessa região, e de forma singular em relação ao território paulista, onde existe uma resistência armada, ou seja, um confronto direto do crime com as forças policiais que adentram comunidades da Baixada (O ASSUNTO, 2023).

Os objetivos para essa postura mais ostensiva especificamente neste território incluem a necessidade de proteção de membros, estoques de armas e, principalmente, das mercadorias destinadas à exportação que aguardam o momento do embarque. A necessidade de defesa desse território reforça, mais uma vez, a importância estratégica da Baixada para o PCC. Além da necessidade de manter o território afastado da influência de outras facções, este precisa ser protegido também da repressão estatal, para garantir a fluidez do tráfico rumo ao exterior (O ASSUNTO, 2023).

Enquanto no interior do estado o controle da facção costuma ser mais discreto, "diplomático" e voltado para a logística e lavagem de dinheiro, no litoral o domínio assume um caráter de confronto direto e proteção física das rotas de saída. Portanto, a geografia da Baixada Santista não apenas facilita a ocultação da droga, mas também oferece o suporte tático necessário para que a organização mantenha o controle, mesmo diante da repressão estatal.

No entanto, é fundamental dissociar o fator geográfico ou histórico como uma coincidência das operações do PCC em solo paulista. A centralidade de São Paulo e do seu complexo portuário para as dinâmicas do grupo transcende a sua trajetória de fundação, ancorando-se na funcionalidade logística e financeira que o estado oferece. Conforme discutido no capítulo anterior, o branqueamento de dinheiro encontra na capital paulista o seu principal núcleo de processamento.

A eficiência econômica em São Paulo além de ter influenciado a criação e expansão do maior porto da América Latina, estabeleceu uma necessidade de presença do crime organizado. Justifica também o fato de a cidade de São Paulo ser o principal mercado consumidor interno de cocaína, operando sob uma lógica de segmentação do capitalismo global: enquanto o

cloridrato de cocaína, de maior pureza e valor agregado, é destinado à exportação via Porto de Santos, a pasta base, de menor qualidade, é absorvida pelo consumo interno (Manso; Dias, 2018). A infraestrutura de ponta e a complexidade dos fluxos financeiros locais são os ativos que permitem a conversão do lucro ilícito em capital limpo, tornando o estado o epicentro do capitalismo ilegal.

Neste ponto, já é possível entender a alta capacidade do Porto de Santos e sua importância econômica. O que faz um paralelo direto com a questão da segurança é que um complexo tão estratégico deveria contar com uma fiscalização massiva e integrada. Neste sentido, é importante apontar os atores responsáveis pela segurança portuária para entender quais são as brechas do sistema de fiscalização, mas também compreender as estratégias para burlar essa segurança que os criminosos utilizam. Assim, torna-se possível responder ao questionamento de como essa infraestrutura de ponta convive com falhas técnicas e humanas que permitem que o porto continue sendo o principal gargalo de escoamento da facção, ponto que será detalhado na próxima seção.

4.2 FRAGILIDADES SISTÊMICAS: CORRUPÇÃO E FALHAS NA FISCALIZAÇÃO PORTUÁRIA

Ao compreender a alta capacidade e o volume de fluxos que movimentam o Porto de Santos, torna-se evidente a necessidade da segurança e vigilância. Por ser como uma zona de transição de pessoas e mercadorias, além de ser o limite da soberania e da legislação brasileira, o complexo santista demanda integração das forças de segurança. O atual sistema de segurança portuária no Brasil segue o Código Internacional de Proteção de Navios e Instalações Portuárias (Código ISPS), aprovado e assinado pelo Brasil em 2001 em reunião da Organização Marítima Internacional. O ISPS serve como uma carta de obrigações e recomendações para governos e foca na prevenção e na resposta às ameaças marítimas (Patriarca, 2021).

A partir dessas diretrizes internacionais, a governança da segurança portuária no Brasil é estruturada por meio da Conportos (Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis), à qual se subordinam as Cesportos (Comissões Estaduais). A Cesportos atua como um colegiado responsável pela elaboração de projetos e procedimentos de segurança, reunindo representantes de diversas instituições: a PF, a Capitania dos Portos

(Marinha do Brasil), a Receita Federal, a Guarda Portuária (autoridade portuária da APS), a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (através das polícias Civil e Militar) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) (Patriarca, 2021).

As Cesportos serão coordenadas pelos representantes da Polícia Federal, tendo como principais atribuições a aprovação de Estudos de Avaliação de Riscos e Plano de Segurança, a realização de inspeções em instalações portuárias, a análise de processos referentes à atuação dos Supervisores de Segurança Portuária e das Organizações de Segurança, bem como serão responsáveis pela execução das ações da Conportos nos Estados sob sua supervisão direta (PF, 2025, online).

A Cesportos configura-se como o núcleo de coordenação da segurança portuária, possuindo atribuições próprias que se distinguem das competências individuais de cada força, embora estas atuem de maneira conjunta dentro da comissão. No que tange ao combate direto ao crime organizado, a PF, através de uma área de inteligência e do Núcleo Especial de Polícia Marítima (NEPOM), assume a responsabilidade central pela proteção dos interesses da União e no combate, investigação e prevenção de crimes que possam ocorrer em embarcações. Portanto, atua na repressão ao tráfico internacional de entorpecentes e, por liderar os trabalhos na Cesportos, posiciona-se no centro estratégico do enfrentamento às redes de exportação ilícitas no complexo santista (Patriarca, 2021).

Outro ator importante para a segurança são os Supervisores de Segurança Portuária (SSP), profissionais vinculados aos terminais portuários⁶ (sejam eles arrendados ou privados) e que recebem capacitação técnica da Cesportos. A existência desta categoria é uma exigência do Código ISPS e os SSP são os responsáveis diretos pela segurança orgânica de seus respectivos terminais. As agências de segurança citadas trabalham em um regime de cooperação. No cotidiano do complexo santista, ocorre uma troca constante de informações e responsabilidades, por exemplo, a Receita Federal utiliza dados gerados pelas empresas privadas para suas análises de risco, enquanto os SSP dependem das diretrizes estatais da

⁶ Os terminais portuários podem ser de propriedade da União ou pertencer ao setor privado. Os terminais públicos situam-se dentro do chamado Porto Organizado e podem ser arrendados para empresas particulares. A partir do momento em que uma empresa privada assume a operação de um terminal, seja ele arrendado ou um Terminal de Uso Privado (TUP), surge a obrigatoriedade de se estabelecer uma estrutura de segurança (APS, online-b).

Cesportos para validar seus protocolos. Ou seja, a segurança portuária opera em uma rede híbrida, entre o privado e o público (Patriarca, 2021).

Essa simbiose entre os órgãos oficiais e a estrutura privada, atuando como organizações interagências, apresentou resultados positivos no combate ao narcotráfico no Porto de Santos. Um exemplo prático dessa coordenação foi a obrigatoriedade do escaneamento de todas as cargas com destino à Europa e, posteriormente, à África, determinada pela Receita Federal a pedido da Cesportos. Essa medida não apenas elevou o rigor da fiscalização, como também serviu para testar a capacidade de adaptação dos traficantes (Brasil, 2022).

Até então, o método mais difundido para a inserção de entorpecentes era o *Rip-on/Rip-off*, técnica na qual um contêiner é violado e bolsas com a droga são plantadas em seu interior sem o conhecimento do proprietário da carga (Pinho; Rodrigues; Zambon, 2023). Patriarca e Adorno (2025) definem essa estratégia em três modalidades distintas:

- ***Rip-off* clássico:** conhecido como *rip-off* de mochila, esta modalidade de contaminação ocorria tradicionalmente fora da zona primária, nos REDEX (Recintos Especiais para Despacho Aduaneiro de Exportação). Nesses locais, enquanto a carga aguardava o desembarço aduaneiro, criminosos rompiam o lacre original, substituindo-o por um falso, ou desmontam as portas para inserir as mochilas com cocaína. Com o endurecimento da fiscalização nos REDEX, ocorria a adulteração no trajeto da carga ao porto, com o desvio dos caminhões ou já dentro dos terminais portuários, este último sendo o *rip-off* de pátio, visando reduzir o tempo de exposição da droga antes do embarque (Patriarca; Adorno, 2025).
- ***Rip-off* contemporâneo:** assim como na modalidade clássica, a contaminação pode ocorrer nos REDEX ou no trajeto para os terminais. Nesse caso, há a substituição das mochilas por sacarias idênticas às utilizadas para o armazenamento de *commodities*. Conforme aponta Patriarca e Adorno (2024, p. 105), “Sacarias com as mercadorias legais podem ser descosturadas, contaminadas e recosturadas, ou sacarias com a droga podem ser previamente preparadas para substituir as primeiras fileiras do contêiner”. Essa técnica é possível identificar a partir das diferenças na costura ou por marcações específicas destinadas ao receptor no exterior. Entre as *commodities* utilizadas pode se citar o açúcar, café e milho (Patriarca; Adorno, 2025).
- ***Rip-off* falso:** diferente das categorias anteriores, onde a carga é violada sem o conhecimento do exportador, nesta modalidade há a participação da empresa proprietária da mercadoria. O objetivo é simular um *rip-off* clássico para que, em caso

de apreensão, a empresa possa alegar ser vítima de terceiros. O envolvimento direto de empresas exportadoras/ despachantes, contudo, é baixo, representando menos de 1% das apreensões registradas (Patriarca; Adorno, 2025).

Com as modalidades de *rip-off* ficando cada vez mais conhecidas pelas forças de segurança e se tornando cada vez mais vulnerável à detecção, o crime organizado teve a necessidade de buscar novas vias de contaminação de cargas, moldando-se com métodos mais sofisticados para infiltração (Brasil, 2022):

Algumas estratégias utilizam a própria estrutura do contêiner para embarcar a droga, como o motor do contêiner “reefer” (container refrigerado) ou a parede de isolamento térmico. Na estratégia conhecida como “sea chest” ou “caixa de mar”, as drogas são escondidas por “mergulhadores” em compartimentos no casco dos navios. Também há o “içamento” ou “pescaria”, quando tripulantes “içam” a droga de pequenas embarcações no mar. Somam-se a essas estratégias o transporte de menor quantidade de droga por meio de “mulas”, isto é, pessoas que carregam a droga no próprio corpo ou em malas nos navios de carga ou passageiros. O cloridrato também pode ser transportado em veículos, como dentro de carros novos ou até em tratores. Essa estratégia não utiliza contêineres e a cocaína passa por terminais específicos, dedicados à operação logística de veículos. Os navios usados nesse tipo de estratégia, os navios “Ro-Ro”, ou roll-on/roll-off, são supercargueiros de “carga rolante”, utilizados para o transporte de veículos de pequeno a grande porte (Pinho; Rodrigues; Zambon, 2023, p. 50).

O cenário acima observado revela uma dinâmica de adaptação constante, tanto entre a logística do narcotráfico quanto nas respostas das forças de segurança. Enquanto o crime organizado demonstra flexibilidade para se reorganizar à medida que a fiscalização afunila, a resposta do aparato estatal, embora condicionada à burocracia, demonstra eficácia quando os gargalos são identificados. O que se nota, porém, é que o aprimoramento dos protocolos de estrangulamento ocorre após a identificação de vulnerabilidades já encontradas e utilizadas pelos criminosos. Isso não significa que seja uma ineficácia das forças, mas sim a dificuldade de prever os passos do crime organizado.

No ano de 2023, o Governo Federal promulgou o decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) direcionado a portos e aeroportos estratégicos, entre eles o complexo santista. A justificativa para a implementação da medida foi a intensificação do enfrentamento ao tráfico transnacional de drogas e armas, bem como outros crimes. Sob este regime, as Forças Armadas (com protagonismo da Marinha do Brasil no setor portuário) receberam poder de polícia e assumiram temporariamente a vigilância do complexo santista em operações coordenadas com a PF e a PRF (Polícia Rodoviária Federal) (Ribeiro, 2024). A GLO permitiu uma intensificação nas inspeções de navios e contêineres, além de patrulhas navais mais rigorosas no canal de acesso. Conforme destacado pelo Governo Federal (2024), a prorrogação dessa medida em

2024 pelo presidente Lula, foi estratégica para consolidar os resultados positivos das operações (GOV.BR, 2024).

A GLO é aplicada quando existe uma grave perturbação da ordem em uma determinada área do território brasileiro e pode ser interpretada como um “último recurso”, demonstrando que as forças locais já não conseguem atuar sozinhas, necessitando ajuda federal (GOV.BR, 2023). Mais do que uma operação de segurança, o decreto de 2023 revela a capacidade do narcotráfico transnacional de tensionar a soberania estatal. A implementação da GLO deve ser interpretada como uma reafirmação da soberania sobre um território onde a agência estatal foi subvertida. A presença militar demonstra uma disputa de governança, já que é de suma importância ter o sistema funcionando para as exportações, mesmo sabendo que essa mesma fluidez é o que permite o fluxo ilícito. A falha na fiscalização pode ser lida como uma escolha de prioridade econômica: parar tudo para fiscalizar 100% dos contêineres colapsaria a economia formal.

Além disso, a aplicação da GLO intensificou um fenômeno dual que vem acontecendo no país, a maior repressão faz com que os narcotraficantes evitem essa rota e necessitem de uma readaptação. Sendo o Porto o principal ponto de estrangulamento do narcotráfico, exigindo e recebendo nos últimos anos um investimento em tecnologias de vigilância e operações conjuntas interagências melhor coordenadas, houve a diminuição de envio de drogas a partir de Santos. No entanto, ocorre um transbordamento da atividade criminosa para portos de menor porte nas regiões Norte e Nordeste do país. Ou seja, a alta pressão no complexo santista não extingue o fluxo, mas força o narcotráfico a buscar rotas onde há menor resistência (Ribeiro, 2024).

E apesar de o narcotráfico ter uma alta capacidade em diversificar rotas, encontrar brechas no sistema e sofisticar os métodos de ocultação física, o fator humano permanece como o pilar de sustentação para o sucesso do envio de drogas ao exterior. Não há infiltração bem-sucedida em um complexo tão importante e vigiado sem a facilitação por parte de agentes internos. Essa colaboração pode ocorrer em na obtenção de informações privilegiadas, na omissão deliberada de funcionários que deveriam fiscalizar as cargas, entre outros. Neste cenário, a tecnologia de ponta esbarra na vulnerabilidade subjetiva, evidenciando que, corromper quem está dentro do sistema é parte importante no tráfico de drogas (Pinho; Rodrigues; Zambon, 2023). Isso evidencia que apesar de normativas da Cesportos e o rigor do Código ISPS, entendendo a segurança portuária esbarra em atores que operam o sistema,

demonstrando uma infraestrutura porosa, onde a autoridade estatal é frequentemente negociada.

A eficácia das modalidades de *rip-off*, por exemplo, depende da participação de agentes que detêm informações internas e privilégios de acesso. Funcionários de diferentes REDEX atuam como facilitadores, fornecendo informações sobre cargas ideais para a contaminação e, em muitos casos, auxiliando ativamente na inserção das mochilas. Motoristas de caminhão que realizam o trajeto entre os REDEX até os terminais de embarque também são cooptados para desviar rotas para que ocorra a inserção da droga no contêiner transportado. Ainda, encontram-se os operadores de scanners, que, uma vez corrompidos, fazem vista grossa, permitindo o embarque de unidades contaminadas e até mesmo funcionários que autorizaram o acesso de caminhões não-autorizados no pátio de containers (Patriarca; Adorno, 2025). Esses são os chamados mercados de proteção, meios pelos quais o narcotráfico garante sua segurança através da corrupção para poder atuar (Pinho; Rodrigues; Zambon, 2023), evidência que o corromper seres humanos é necessidade intrínseca para o sucesso do narcotráfico:

Os mercados ilegais, inclusive os transnacionais, não funcionam sem mercados de proteção. É preciso que haja políticos cedendo a grupos de interesse econômico, agentes do Estado protegendo a circulação ilegal de drogas em troca de propina, fiscais e trabalhadores portuários envolvidos em atividades ilícitas. Para cada carga de cocaína exportada, há agentes e fiscais sendo pagos por ela — tanto na origem quanto no destino, tanto no Sul quanto no Norte global (Pinho; Rodrigues; Zambon, 2023, p. 55).

O PCC, com alta capacidade monetária e capilaridade territorial, mapeia essas vulnerabilidades para cooptar desde funcionários terceirizados e até servidores públicos. Essa infiltração pode ocorrer por meio da corrupção sistêmica e pelo suborno ou emprego da violência ou coação. Quando um agente estatal recebe propina ele está exercendo o poder do Estado para validar uma atividade ilegal. Por tanto, o Estado, através de seus agentes, torna-se um facilitador ativo da rota. A facção transforma o trabalhador portuário em um elo da logística criminosa, facilitando o fluxo de suas mercadorias. Nesse contexto, o fator humano emerge não como um erro sistêmico, mas como a própria infraestrutura que viabiliza o fluxo ilícito mesmo em um ambiente de alta tecnologia. Portanto, a porosidade do Porto de Santos também reside na capacidade do PCC de converter a autoridade de agentes públicos e a função técnica de trabalhadores privados em mercados de proteção (Pinho; Rodrigues; Zambon, 2023).

Embora o complexo santista seja o principal nó de saída, a viabilidade do tráfico transnacional depende também da segurança dos portos estrangeiros. Neste sentido, a internacionalização do PCC é o elemento que amarra as rotas, garantindo que a logística de

exportação encontre receptividade nos pontos de destino. Sem o estabelecimento de bases sólidas e parcerias com grupos criminosos na Europa e na África, o esforço para burlar a fiscalização em Santos seria inútil. Portanto, a projeção externa da facção não é apenas uma estratégia de expansão de mercado, mas uma necessidade operacional de assegurar que os fluxos ilícitos transnacionais completem o seu ciclo.

4.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO PCC E O DESTINO FINAL

Apesar de o narcotráfico no Brasil ter raízes na década de 1980, a reconfiguração do negócio para um modelo de atacado transnacional é atribuída inicialmente a figuras como Fernandinho Beira-Mar (CV), que estabeleceu redes de comunicação direta com grupos dos países produtores. Essa infraestrutura de contatos facilitou o caminho para que o PCC, anos mais tarde, consolidasse sua hegemonia. Anteriormente, a facção obtinha recursos principalmente através de assaltos a instituições financeiras, a mudança de paradigma vem com Marcola, que entendia a venda de drogas como uma atividade que oferecia maior rentabilidade com menor exposição direta, resultando em menos violência (Dias; Manso, 2018).

A transição para a exportação para outros continentes ocorreu de forma gradual e envolve diversos fatores. Inicialmente, as drogas exportadas para a Europa eram realizadas por membros de maneira individual, ou seja, não em nome da facção, uma prática permitida pela organização (Dias; Manso, 2018).

Diferentemente dos esquemas criminosos de membros do CV, como os do próprio Fernandinho Beira-Mar, o PCC passou a organizar uma rede de distribuição própria, “institucional”. Os esquemas individuais de traficantes parceiros do PCC, ou daqueles que se associavam tardiamente ao Partido, inseridos em redes diversas, continuaram atuando de forma mais ou menos autônoma. A diferença é que eles passariam a também atuar em colaboração eventual nos negócios do PCC. Os paulistas inovaram radicalmente ao organizar uma rede nacional e internacional de criminosos parceiros, cujo centro de controle permanecia no interior das prisões paulistas e funcionava de forma paralela aos empreendimentos individuais de seus integrantes (Manso; Dias, 2018, p. 166).

Até 2014, a atuação do PCC concentrava-se na logística de abastecimento dos centros de consumo interno no Brasil, fornecendo drogas inclusive para o CV, no Rio de Janeiro. No mesmo ano, a Operação Oversea, deflagrada pela PF ano, revelou uma mudança estrutural nas ambições do grupo: a inserção no tráfico transcontinental. As investigações evidenciaram conexões com a máfia calabresa 'Ndrangheta, na Itália, parcerias com o então cartel mexicano

Los Zetas e com a Máfia Sérvia. Esses envios funcionaram como teste para a abertura de corredores no mercado internacional (UOL, 2019).

Um divisor de águas nesse processo foi o estabelecimento de um monopólio sobre a produção de cocaína boliviana, não podendo ser vendida para mais ninguém que não o grupo paulista. O acordo firmado entre o PCC e os fornecedores andinos era interessante para ambos os lados: enquanto os produtores buscavam escoar sua mercadoria para o mercado europeu, o PCC oferecia o transporte dentro do Brasil. Apesar disso, um obstáculo surgiu para o grupo, já que o transporte a partir da fronteira com a Bolívia era complicado, com zonas de matas muito fechadas. Inicialmente o transporte era feito com pequenos aviões, que demonstraram não dar conta da quantidade de carga. A solução foi transportar a droga via terrestre, pelo Paraguai (UOL, 2019).

A hegemonia do grupo no Paraguai foi selada após a eliminação de grandes nomes do tráfico local, como Jorge Rafaat, em 2016, cujo vácuo de poder foi preenchido pela organização paulista. Ao assumir o controle das rotas paraguaias o PCC deixou de ser um mero comprador de cargas para se tornar o gestor da logística de fronteira. Esse controle total da produção boliviana e das rotas paraguaias, fez com que o grupo elevasse seu status, não mais de facção ou um grupo carcerário comum, mas agora de Cartel, estruturando o tráfico de drogas no Brasil (UOL, 2019).

A tomada da Baixada Santista, que submeteu o Porto de Santos às normas e ao controle territorial da facção, e a percepção estratégica de lideranças como Gegê do Mangue, nome próximo a Marcola, são também fatos determinantes para a ascensão da participação do grupo como um *player* global. Gegê e seu parceiro Paca estavam refugiados na Bolívia e trabalhando arduamente para abastecer o Partido com pasta base e cocaína refinada. Além de estabelecerem parceria cada vez mais forte com traficantes e grupos estrangeiros, principalmente na Bolívia e Paraguai, estruturam esquemas do grupo já existentes, comprando meios de transportes e imóveis para fazer de laboratório. O PCC, então, passa a exportar em nome da organização e deixa de ser apenas um facilitador local. Aproveitaram contatos de membros que já faziam a exportação de drogas com grupos europeus como as máfias italiana e russa (Dias; Manso, 2018).

A Europa é o principal consumidor da cocaína que sai do Brasil e, segundo relatório da UNODC (2023), o consumo no continente segue crescendo. Além disso, existe uma escalada no preço da droga desde o momento em que deixa o país produtor até chegar ao seu destino, trazendo uma rentabilidade excelente para os narcotraficantes. A título de exemplo, enquanto

na Colômbia o preço médio do cloridrato de cocaína é estimado em aproximadamente US\$1.654 por quilograma, no Brasil esse valor já atinge cerca de US\$22.524. A escassez relativa do mercado europeu e a alta demanda permitem que os lucros baseados em estimativas de até US\$55.493 por quilograma⁷ (CdE, 2022).

No tabuleiro do narcotráfico global, a 'Ndrangheta configura-se como a parceria de maior peso para o PCC. Originária da região da Calábria, a máfia italiana evoluiu para uma das organizações criminosas mais poderosas da Europa, atuando no tráfico de drogas, na lavagem de capital e na corrupção. Com uma influência que atinge mais de 80 países, a 'Ndrangheta estabeleceu uma cooperação sem precedentes no Atlântico Sul. Enquanto o PCC detém o controle dos corredores logísticos sul-americanos e o acesso direto aos centros produtores andinos, a máfia calabresa domina as redes de recepção e distribuição capilar no mercado europeu, sendo um importante destino da droga sul-americana o Porto de Gioia Tauro, na Itália (UOL, 2019).

Em 2021, através de uma operação conjunta entre a PF, a Interpol e a polícia italiana, ocorreu a prisão de lideranças de alto escalão da máfia calabresa em território brasileiro. Nomes de peso como Vincenzo Pasquino e Rocco Morabito estabeleceram residência e bases operacionais em São Paulo com o objetivo explícito de coordenar as negociações e a logística de exportação junto à facção paulista. Pasquino, veio em 2017 para o Brasil para estreitar laços com o PCC, a fim de encontrar novas saídas para a droga em direção a Europa. Atuou por cerca de quatro anos como um “embaixador” do crime, gerenciando reuniões e encontros em São Paulo. A partir disso, diversos carregamentos em direção ao Velho Continente foram administrados em conjunto com o PCC e a 'Ndrangheta. Além da exportação de entorpecentes, a conexão com a 'Ndrangheta facilitou o tráfico de armas pesadas, provenientes da Europa para o Brasil (Acayaba; Leite, 2025)

⁷ Os valores citados são estimativas baseadas em monitoramentos de preço do CdE (2022). Ressalte-se que, por tratar-se de um mercado ilícito, dados exatos são de difícil rastreamento. Os dados permitem, porém, ter uma percepção de como esse mercado se comporta.

As conexões internacionais do PCC vão além da Itália, estabelecendo conexões com máfias albanesas e sérvias. Essa parceria serve tanto para o escoamento de cocaína no Leste Europeu quanto para o suprimento bélico da facção no Brasil. Adicionalmente, as investigações apontam para uma cooperação com grupos do Líbano, cujas atividades focam na lavagem de dinheiro, facilitando o processo para os brasileiros (Acayaba; Leite, 2025). A estratégia de lavagem de capitais em escala internacional revela que as ambições expansionistas do PCC não se limitam à América do Sul. O alerta geopolítico reside no fato de que, ao operar fora do continente latino-americano, especialmente no norte global, os ganhos lícitos da organização passam a ser em dólar e euro, aumentando ainda mais seu poder econômico.

A estratégia de internacionalização do PCC na Europa não se limita apenas ao comércio de drogas, mas na busca replicar o modelo de hegemonia carcerária que fundamentou o crescimento da organização na América do Sul. A facção tem utilizado o mesmo *modus operandi* de sucesso no Brasil, mas que também teve resultados em países vizinhos como Paraguai e Argentina: a infiltração em sistemas penitenciários para captação de membros nativos. Outro ponto é a escolha por moradias fixas em países europeus, para que o controle das operações seja feito localmente e não mais através de visitas esporádicas e negociações com as máfias locais (Acayaba; Leite, 2025).

Nesse cenário, Portugal emerge como o principal enclave estratégico do grupo no Velho Continente. A proximidade cultural e linguística, somada à grande quantidade de migrantes brasileiros que ali residem, oferece ao PCC um ambiente para a infiltração de quadros e a lavagem de capitais. Além disso, a infraestrutura dos portos portugueses, que oferecem conexões diretas de Santos também é compreendida como uma vantagem logística para o grupo. Portugal ocupa a posição de quinto país com maior número de integrantes da facção no mundo, o primeiro na Europa. O impacto dessa presença resulta no aumento nas apreensões de entorpecentes e armamentos pesados vindos do Atlântico, evidenciando que o território português serve também como um hub de redistribuição para o restante do continente (Acayaba; Leite, 2025).

Em solo português, o PCC tem agido de forma semelhante que quando em território brasileiro, corrompendo agentes de segurança pública, operando empresas de fachada registradas em nome de laranjas, investindo em setores estratégicos, para lavagem de dinheiro como a construção civil, o comércio de frutas exóticas, além de empreendimentos de serviços, como restaurantes e barbearias. Adicionalmente, o grupo tem aumentado o tráfico de armas

para o país, o que deixa em alerta as forças de segurança portuguesas com o possível aumento da violência (G1, 2025).

Nesse sentido, as conexões estabelecidas com organizações criminosas europeias não representam apenas uma aliança comercial, mas sim uma etapa da estratégia de territorialização e domínio de espaços no continente europeu. Ao que se observa, o PCC busca replicar na Europa a mesma lógica de expansão que o consagrou no Brasil: a ocupação de zonas periféricas e a infiltração em sistemas carcerários, já a implementação da ideologia do grupo nesses espaços faria com que sua capilaridade global fosse facilitada.

Na Península Ibérica, empresários portugueses e empresas de importação são comumente contratados como intermediadores para grupos espanhóis. Essa dinâmica aproveita-se do comércio de *commodities* para ocultar entorpecentes. Dessa forma, os portugueses atuam como receptores da carga, facilitando o desembarque aduaneiro e a entrega para grupos espanhóis, que gerenciam a distribuição pelo interior do continente. Pelo que se entende do relatório de 2023 da UNODC, a região portuguesa pode ser vista como neutra, já que o PCC e a 'Ndrangheta convivem com gangues espanholas e redes de varejo portuguesas. Os grupos locais portugueses, por exemplo, atuam retendo frações das cargas para o abastecimento do mercado doméstico e não têm estratégias complexas como as do PCC e as dos italianos. Isso demonstra que a Península Ibérica não possui um dono (UNODC, 2023).

O principal ponto de recepção de cocaína na Europa concentra-se no Norte, especificamente nos portos de Antuérpia (Bélgica) e Roterdã (Holanda). Nessa região, encontram-se organizações holandesas e belgas que atuam como os principais gestores da importação, dominando a infraestrutura de redistribuição para o restante do bloco europeu. Diferente dos cartéis tradicionais, eles contratam prestadores de serviço, grupos que operam de forma autônoma e não detêm a propriedade da droga. Sua função é técnica e operacional, cobrando taxas para realizar a extração da mercadoria dos terminais portuários, além de providenciar a segurança armada e o transporte terrestre. A droga, no entanto, é de origem sul-americana (UNODC, 2023).

Enquanto os grupos ibéricos e holandeses focam no recebimento e na redistribuição da cocaína andina para dentro da Europa, os grupos dos Bálcãs usam sua expertise para levar o produto a mercados de altíssimo lucro, como a Austrália e a Ásia, onde o preço do quilo da cocaína pode ser de cinco a dez vezes maior do que na Europa. Sendo assim, os primeiros servem como portas de entrada e os segundos como distribuidores logísticos, internacionais da droga que chega da América Latina e segue para continentes como o asiático ou o oceânico.

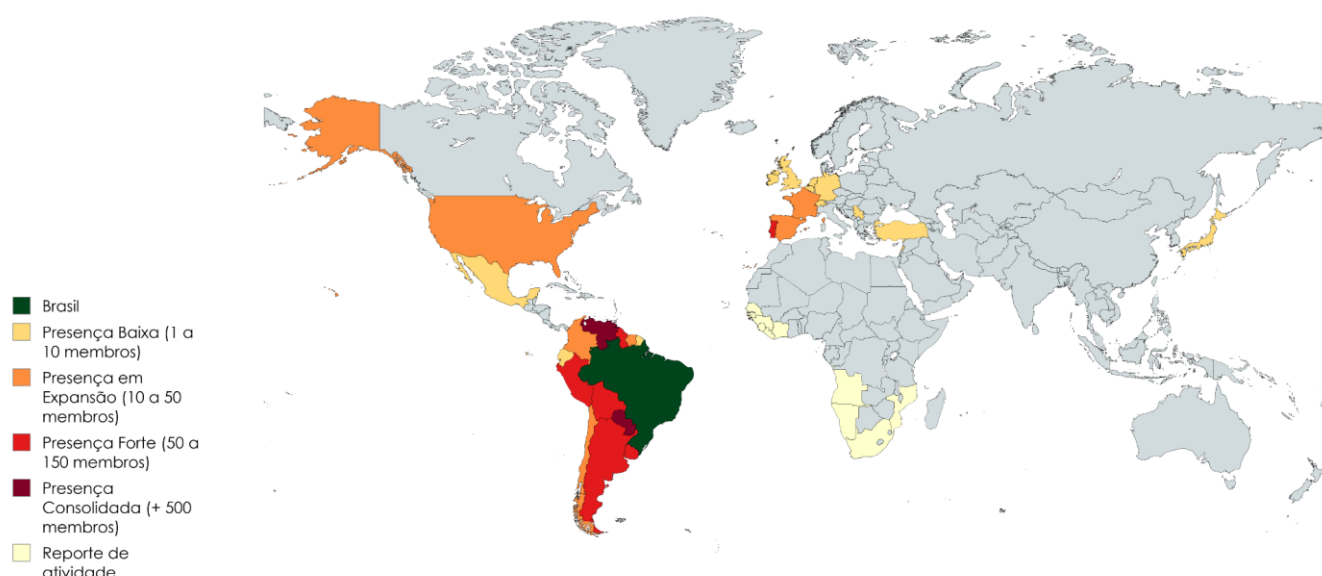
Portanto, os principais destinos finais da droga são portos portugueses e espanhóis, Antuérpia na Bélgica e Roterdã na Holanda, o porto de Gioia Taura, na Itália e em regiões de máfias dos Balcãs (UNODC, 2023).

A percepção de que o PCC opera de forma transnacional forçou uma articulação sem precedentes entre a PF, a Interpol (Organização Internacional de Polícia Criminal) e as agências europeias. Essa cooperação não se limita mais apenas à troca passiva e pontual de informações, mas a uma troca permanente e sem prazo final, além de investigações conjuntas. A primeira cooperação desse estilo ocorreu justamente com a prisão de Pasquino, que, através de uma delação premiada, expôs a conexão entre o PCC e a 'Ndrangheta. Assim, as autoridades brasileiras e italianas entenderam como urgente ampliar os laços para combater o tráfico de drogas. Na mesma linha, em junho de 2025 o governo brasileiro assinou um acordo de cooperação junto à Interpol para o combate ao crime organizado. Essas ações são essenciais para um problema que deixou de ter um caráter local e já impacta globalmente (Acayaba; Leite, 2025).

É importante destacar que a maneira como o PCC conduz seus negócios, priorizando uma atuação pacífica e a negociação como primeiro estágio, reduz drasticamente seus custos operacionais. A postura de “o crime pelo crime” facilita a entrada do grupo em territórios que já dominados e explica a sua ascensão silenciosa em novos mercados. Essa característica diferencia a facção de outros cartéis transnacionais e ajuda a explicar, inclusive, por que o PCC se consolidou como o único grupo não europeu em atuação no continente europeu. Ao contrário da violência ostensiva, que chama demasiada atenção, a estratégia do PCC foca na eficiência logística e na estabilidade dos fluxos, tornando-o um parceiro comercial preferencial para máfias locais, como a 'Ndrangheta (Feltran; Pinho; De Lugo, 2023).

O PCC já está presente em 28 países, com mais de 2.000 membros, sendo 1.092 deles presos no exterior (Acayaba; Leite, 2025). Um ponto alarmante é o alto número de presos nessas localidades. A real capacidade de territorialização do PCC vem de espalhar sua ideologia dentro das penitenciárias e, em países onde o sistema carcerário é defasado, a cartilha da facção entra com facilidade. Nesse sentido, a questão tratada por Agnew e Ó Tuathail (2006), sobre como o discurso é um fator geopolítico, serve para analisar a expansão europeia e transcontinental do PCC. Para esses autores, o discurso constrói a realidade geográfica e legítima atuação dos atores, assim, o presídio já não é apenas um lugar de punição estatal, mas sim um centro de recrutamento feito precisamente através da ideologia.

Figura 9- Panorama global do PCC por contingente de membros



Fonte: Elaboração própria, baseado em dados de Acayaba e Leite (2025) e UNODC (2023).

A Figura 9 retrata os diferentes estágios em que a internacionalização do grupo vem ocorrendo. Com destaque, a mancha de influência no continente africano chama a atenção: os níveis de participação dessa região no tráfico transnacional de drogas têm aumentado substancialmente nos últimos anos. Países do Oeste e Centro da África passam, cada vez mais, a ganhar importância como pontos de trânsito e redistribuição da droga em direção à Europa. Não obstante, como também ocorreu com o Brasil, o papel de mercados e trânsito tornou determinadas regiões em centros de consumo de cocaína, mesmo que em menor escala comparado a outros continentes (UNODC, 2023).

O crescimento da África Ocidental como ponto de transbordo para a cocaína exportada a partir de Santos com destino à Europa pode, em parte, ter sido o resultado de regulamentos introduzidos em 2016, que exigiam que todos os contentores com destino à Europa fossem verificados à saída do porto (em vez de apenas à entrada). (...) Uma proporção significativa das apreensões de cocaína no Porto de Santos entre 2016 e julho de 2022 tinha como destino a África ou transitava por lá, como mostra o anexo. Mais de 60 % destas remessas africanas destinavam-se a países da África Ocidental ou eram expedidas através deles (Feltran; Pinho; De Lugo, p. 17, 2023).

O Golfo da Guiné, por exemplo, assume um caráter de relevância, dada a sua proximidade geográfica com o nordeste do Brasil, uma distância de 2.800 km através do Atlântico. Essa ponte marítima é interessante pois facilita a logística do narcotráfico. Um exemplo trazido no relatório da UNODC é a apreensão de 1.2 toneladas de cocaína na Costa do Marfim, esquema realizado pelo PCC em conjunto com a 'Ndrangheta para operacionalizar a passagem da droga pela África (UNODC, 2023).

Em 2020, a prisão de um importante membro da organização, ligado à cúpula, em Moçambique reforça a tese da ambição pelo acesso ou controle das rotas africanas. O episódio levanta, ainda, a questão sobre a facilidade de inserção nesses mercados através de nações lusófonas, como o próprio Moçambique, Guiné-Bissau e Angola. A proximidade linguística pode facilitar a disseminação da ideologia do PCC, assim estabelecendo redes com maior agilidade, como observado em Portugal e adicionando ainda mais capilaridade global nas teias do grupo (Feltran; Pinho; De Lugo, 2023).

4.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Não é possível realizar uma análise do narcotráfico na América Latina sem incluir o Porto de Santos como o nó central de sua geopolítica. Justamente por sua infraestrutura de ponta ser tão importante para o mercado legal e por estar dentro do maior centro financeiro do país, o complexo torna-se igualmente estratégico para o mercado ilícito. O porto não se consolida como um chamariz apenas por sua estrutura física, mas também por sua conectividade global, sua capacidade operacional e o intenso fluxo de *commodities*. Assim, Santos se tornou o principal ponto de escoamento de drogas em direção à Europa.

A trajetória percorrida neste capítulo demonstra que a facção paulista foi bem-sucedida ao parasitar as redes da globalização, transformando o maior porto da América Latina em seu principal ativo estratégico e redefinindo os mercados globais de drogas. Através de estratégias de domínio de pontos de estrangulamento (como o controle do mercado boliviano, da fronteira paraguaia e do próprio Porto de Santos), a atuação diplomática do grupo, (que facilitou a proximidade com grandes grupos transnacionais, como a 'Ndrangheta), demonstra que o PCC possui estratégias de territorialização bem estipuladas e eficazes.

Contudo, como observado, a resposta estatal tem forçado o crime organizado a uma constante mutação. Esse efeito rebote não extingue o fluxo, mas o reconfigura, empurrando a mancha de influência para novos horizontes. Por esse motivo, a atuação conjunta das agências policiais é tão importante, principalmente para a prevenção da expansão do crime organizado. O que se entende é que as autoridades europeias perceberam tardiamente a presença estrutural do PCC em seus territórios e, como visto no caso português, essa demora torna o combate à organização muito mais complexo. A expansão para o continente africano deve servir de alerta para as ambições do grupo que, desde o início de sua internacionalização no início dos anos de

2010, cresceu e impactou o mercado internacional de drogas de forma acelerada. Nesse sentido, o Porto de Santos deixa de ser apenas o destino final das rotas andinas no Brasil para se consolidar como a peça-chave do processo de globalização do PCC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou compreender por que o Brasil vem se consolidando como uma rota estratégica emergente do narcotráfico internacional, especialmente no circuito sul-americano com destino ao mercado europeu. A partir da problemática proposta, a pesquisa conclui que a centralidade brasileira nesse processo não decorre de um fator isolado, mas da convergência entre posição territorial, integração logística, expansão econômica, vulnerabilidades/ausências institucionais e atuação de organizações criminosas com elevada capacidade de adaptação, articulação e controle de fluxos, em especial o PCC.

A hipótese inicial da pesquisa, segundo a qual a ascensão econômica do Brasil nos anos 2000, com o *boom* das *commodities*, e a expansão de sua infraestrutura logística teriam contribuído para consolidar o país como plataforma para o narcotráfico transnacional, mostrou-se válida, mas não determinista. A análise desenvolvida ao longo do trabalho demonstrou que o crescimento da conectividade territorial, da circulação de mercadorias e da densidade operacional das cadeias de exportação efetivamente ampliou oportunidades logísticas para a circulação ilícita. As *commodities* apresentaram um papel de destaque na dinâmica do narcotráfico, especialmente pela sua utilidade na camuflagem das cargas, tanto no interior do Brasil quanto em direção ao mercado consumidor. Dessa forma, a pesquisa confirma que a ascensão do Brasil possui um sentido próprio, superando o entendimento de que o país é apenas um reflexo passivo de dinâmicas externas.

Outro fator determinante para o protagonismo brasileiro como grande centro distribuidor de drogas na América do Sul é a maneira em que o território da Amazônia se tornou propício para o narcotráfico. Mais do que uma área periférica ou de travessia, a região se apresenta como ambiente de fluxo contínuo, no qual porosidade territorial, integração transfronteiriça, circulação fluvial e limitada presença estatal criam oportunidades à consolidação de rotas ilícitas. O recorte de Tabatinga permitiu evidenciar, portanto, como a fronteira amazônica opera não apenas como ponto de entrada, mas como espaço de articulação e estabilização de circuitos do narcotráfico em escala regional e transnacional, funcionando como um espaço vivo, desconstruindo a ideia de Amazônia como um espaço vazio, mas onde a ausência estatal é seletiva.

Entende-se, portanto, o narcotráfico como fenômeno inseparável das desigualdades que atravessam o território brasileiro. A análise da trajetória do PCC revela que a organização não floresce em um vácuo de poder, mas sim nas fissuras da seletividade territorial do Estado

brasileiro. O papel do Estado, caracterizado por uma atuação muitas vezes orientada por um viés eugenista, prioriza o investimento e a segurança em áreas de maior importância econômica em detrimento de periferias geográficas e sociais, construindo uma lógica de abandono institucional e repressão. É nesse cenário de desigualdade que a facção se legitima: nas regiões afastadas dos centros decisórios, como a Amazônia, bem como no interior do sistema penitenciário e nas periferias urbanas. Portanto, o Estado brasileiro não figura como uma vítima, mas como um ator cuja seletividade nas políticas de segurança e investimento acaba por funcionalizar o território para o crime organizado.

A consolidação do PCC também se demonstrou central para elevar o protagonismo brasileiro. A capacidade de organização do grupo, dotada de missão, valores e uma hierarquia corporativa o permite operar como um ator geopolítico não-soberano. Sua inserção na economia legal, por meio da lavagem de capitais em larga escala, e sua capilaridade social conferem-lhe uma capacidade reguladora sobre o território. Esse fenômeno é evidenciado pela gestão da violência em prisões e periferias, onde a facção institui uma ordem informal que, ao pacificar conflitos sob suas próprias regras, desafia e substitui a governança estatal.

A droga segue o dinheiro, portanto o robusto fluxo financeiro do Estado de São Paulo, centralizado na Faria Lima, ganha destaque como ator chave na dinâmica do narcotráfico sul-americano, já que possibilita o branqueamento de capitais através de seus densos fluxos lícitos, fato revelado pela Operação Carbono Oculto. O Porto de Santos, por sua vez, emerge como o nó logístico definitivo, onde a sobreposição entre o legal e o ilegal se torna indistinguível através do uso estratégico de contêineres e *commodities*. Assim o narcotráfico transnacional não opera à margem, mas sim em simbiose com circuitos internos de infraestruturas formais integradas ao comércio global.

No que se diz respeito às respostas internacionais, principalmente do norte global, a “Guerra as Drogas” demonstrou-se insuficiente para interpretar e enfrentar a complexidade do fenômeno. A persistente separação entre países produtores, de trânsito e consumidores, não é capaz de dar conta da atual configuração do narcotráfico global. Essa visão coloca apenas os produtores e distribuidores como cerne do problema e ignoram que uma ação conjunta, não apenas combatendo a produção, mas também o consumo, pode ser muito mais eficiente: uma cooperação a nível internacional, com todos os níveis da cadeia de produção envolvidos. Além disso, tal leitura ignora o papel desempenhado por infraestruturas formais, por economias híbridas entre o legal e o ilegal, apresentando o narcotráfico como um fenômeno à margem do Estado, enquanto essa pesquisa o entende como intrínseco.

O PCC já não pode ser compreendido como problema brasileiro ou sul-americano. Seus planos já não são apenas de expansão comercial, mas de controle territorial e construção de uma rede de influência a nível global. Nesse sentido, compreender o narcotráfico exige abandonar leituras simplificadoras e reconhecer que se trata de um fenômeno, político, econômico e social, reforçando a necessidade de reconhecer que atores ilícitos também produzem territorialidades e operam formas concretas de poder sobre o espaço. Mais do que um desafio de segurança pública, trata-se de uma questão central para a compreensão das transformações da soberania e das disputas geopolíticas na América Latina e no mundo do século XXI.

Em termos de contribuição, esta dissertação oferece subsídios para os debates contemporâneos sobre segurança internacional, governança transnacional e atores não estatais, ao demonstrar que o narcotráfico, no caso brasileiro, deve ser compreendido como questão geopolítica de primeira ordem, e não apenas como problema criminal doméstico. Não obstante, esta investigação apresenta limites importantes. O primeiro deles diz respeito à própria natureza do objeto, uma vez que o narcotráfico opera em circuitos clandestinos e de difícil mensuração, o que restringe o acesso a dados e evidências completas sobre fluxos, volumes e mecanismos operacionais. Além disso, a complexidade e a amplitude do tema impedem seu esgotamento no âmbito desta dissertação, especialmente diante da multiplicidade de atores, rotas, escalas e interfaces entre o legal e o ilegal que atravessam o fenômeno. Tais limites, contudo, não enfraquecem a análise, mas evidenciam a necessidade de aprofundamento contínuo do tema, inclusive por meio de futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Allan de. **Cocaína: a rota caipira: o narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2017.

ACAYABA, Camila; LEITE, Isabela. PCC é mapeado em 28 países, se infiltra em presídios no exterior para recrutar novos membros e expande tráfico de drogas e armas. **G1**, São Paulo, 24 jun. 2025-b, Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/06/24/pcc-e-mapeado-em-28-paises-se-infiltra-em-presidios-no-exterior-para-recrutar-novo-membros-e-expande-trafico-de-drogas-e-armas.ghml>. Acesso em: 12 dez. 2025.

ACAYABA, Camila; LEITE, Isabela. Prisão, delação, portos e rotas: os bastidores da conexão entre o PCC e a máfia italiana. **G1**, São Paulo, 31 mai. 2025-a. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/05/31/prisao-delacao-portos-e-rotas-os-bastidores-da-conexao-entre-o-pcc-e-a-mafia-italiana.ghml>. Acesso em: 12 dez. 2025.

AGNEW, John. Sovereignty Regimes: Territoriality and State Authority in Contemporary World Politics. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 95, n. 2, p. 437–461, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.2005.00468.x>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/citedby/10.1111/j.1467-8306.2005.00468.x?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 29 jun. 2025.

AGNEW, John; Ó TUATHAIL, Gearóid. Geopolitics and Discourse: Practical Geopolitical Reasoning in American Foreign Policy. In: Ó TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul (ed.). **The Geopolitics Reader**. 2. ed. New York: Routledge, 2006 p. 94-102.

ALVES, Crispim. **Organização prega rebelião em presídios**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 25 mai. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/5/25/cotidiano/index.html>. Acesso em: 16 mai. 2024

APS (Autoridade Portuária de Santos). **Conheça o Porto**. [Santos], *online-a*. Disponível em: <https://www.portodesantos.com.br/conheca-o-porto/>. Acesso em: 06 Fev 2026.

APS (Autoridade Portuária de Santos). **Dicionário Portuário**. [Santos], *online-b*. Disponível em: <https://www.portodesantos.com.br/comunidade-sustentabilidade/comunidade/apoio-academico/dicionario-portuario/#a>. Acesso em: 06 Fev 2026.

APS (Autoridade Portuária de Santos). **Porto de Santos confirma recorde anual e fecha 2025 com 186,4 milhões de toneladas movimentadas**. [Santos], 2026. Disponível em: <https://www.portodesantos.com.br/2026/01/15/porto-de-santos-confirma-recorde-anual-e-fecha-2025-com-1864-milhoes-de-toneladas-movimentadas/>. Acesso em: 06 fev 2026.

ARO, Rogério. Lavagem de dinheiro – origem histórica, conceito, nova legislação e fases. *Unisul de Fato e de Direito: revista jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina*. Palhoça, v. 3, n. 6, p. 167, 14 jun. 2013. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/U_Fato_Direito/article/view/19488. Acesso em: 20 set. 2025.

BAGLEY, Bruce. The evolution of drug trafficking and organized crime in Latin America. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 71, 7 fev. 2013.

BATISTA NOGUEIRA, Ricardo José. Fronteira: espaço de referência identitária? **Ateliê Geográfico**: Goiânia, v. 1, n. 10, p. 27-41, dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/3013>. Acesso em: 20 set. 2025.

BIGOLI, Paula dos Santos; BEZZERRO, Eduardo Buzetti Eustachio. Facções criminosas: o caso do PCC -primeiro comando da capital. **Colloquium Humanarum**, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 71–84, 2015. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1209>. Acesso em: 23 jul. 2023.

BIONDI, Karina. Relações políticas e termos criminosos: o PCC e uma teoria do irmão-rede. **Teoria e Sociedade**, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 206-235, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://neip.info/texto/relacoes-politicas-e-termos-criminosos-o-pcc-e-uma-teoria-do-irmao-rede/>. Acesso em: 23 Jul. 2023.

BYRNE, Sarah et al. **Analyzing informal local governance institutions**: practical guidance. Suíça, set. 2016. Swiss Agency for Development and Cooperation. Acesso em: <https://www.ids.ac.uk/download.php?file=files/dmfile/AnalyticalframeforILGIs.pdf>. Disponível em: 25 nov. 2025.

CAMPOS, Rui Ribeiro De. **Geografia Política das Drogas Ilegais**. [S.l.]: Editora JH Mizuno, 2013.

CdE (Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas) (org). **Monitoramento de Preços de Drogas Ilícitas**: Lições aprendidas na Colômbia e possíveis desafios no Brasil. Brasília, mar. 2022. Disponível em: <https://cdesc.org.br/wp-content/uploads/2023/01/CdE-Boletim-Tematico-Portugues.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2025.

CDESC (Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário) (org.). **Tráfico de drogas na Amazônia**: Achados Iniciais. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/povos-indigenas-e-comunidades-tradicionais/boletim_amazonia_v1-indd.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

CHAGAS, Rodrigo Pereira. Narcogarimpo: las afinidades electivas entre los frentes de minería ilegal y la expansión del narcotráfico en la amazonía brasileira. **Urvio. Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad**, [S. l.], n. 38, p. 32-48, jan. 2024. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/urvio/article/view/6144> Acesso em: 08 out. 2025.

COUTO, Aiala Colares Oliveira. **Geopolítica do Narcotráfico na Amazônia**. Curitiba: Appris, 2023.

COUTO, Aiala Colares. Fronteiras e estrutura espacial do narcotráfico na Amazônia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 365–388, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/102677>. Acesso em: 14 nov. 2023.

DA COSTA, Wanderley Messia. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia. **Confin**s. 29 nov. 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confin/9839>. Acesso em: 20 nov. 2025

DEVIA GARZÓN, Camilo Andrés *et al.* Plan Colombia e Iniciativa Mérida: identificación de los resultados en la lucha contra el problema de las drogas. **El Ágora USB**, [S.l.] v. 24, n. 1, p. 281–306, 16 jul. 2024. Disponível em: <https://revistas.usb.edu.co/index.php/Agora/article/view/6346>. Acesso em: 06 mar. 2024.

DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes). **Mapas Multimodais**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/dnit-geo/mapas-multimodais>. Acesso em: 24 jun. 2025.

EL HAJJAR, Jamil. **O Brasil no contexto do narcotráfico internacional: e a internacionalização do Primeiro Comando da Capital (PCC)**. Orientador: Márcio Roberto Voigt, 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/237382>. Acesso em: 04 jun. 2023.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). **Macrologística Agropecuária**. Brasília, *online*. Disponível em: <https://www.embrapa.br/macrologistica>. Acesso em: 05 mar. 2025.

EMMERICH, Norberto. **Geopolítica del narcotráfico en América Latina**. Toluca: Instituto de Administración Pública del Estado de México, 2015.

FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública). **Cartografias das Violências na Região Amazônica**: Relatório final. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-amazonica-relatorio-final-web.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

FELTRAN Gabriel; PINHO, Isabela Vianna; DE LUGO, Lucia Bird Ruiz-Benitez. Ligações Atlânticas: o PCC e o tráfico de cocaína entre Brasil e a África Ocidental. **Global Initiative Against Transnational Organized Crime (Org.)**. Genova, Suíça, 14 aug. 2023. Disponível em: <https://globalinitiative.net/analysis/brazil-west-africa-cocaine-trade/>. Acesso em: 23 nov. 2025.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos**: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. Estudos Críticos da Paz e Crime Organizado Transnacional, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.l.], n. 133, p. 29-50, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/6643>. Acesso em: 24 mar. 2023.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. Estudos Críticos da Paz e Crime Organizado Transnacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 113, p. 29-50, set. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.6643>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/6643>. Acesso em: 24 mar. 2023.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sergio Pereira. Land Market and Land Grabbing in Brazil during the Commodity Boom of the 2000s. **Contexto Internacional**, [S.l.] v. 39, n. 2, p. 393–420, ago. 2017. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/7692>. Acesso em: 06 mar. 2025.

GOV.BR. Portos e aeroportos de SP e RJ recebem reforço nas atividades de fiscalização. **Gov.BR**, [S.L]. 10 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/noticias/2023/11/portos-e-aeroportos-de-sp-e-rj-recebem-reforco-nas-atividades-de-fiscalizacao>. Acesso em: 11 dez. 2025.

GOV.BR. Portos e aeroportos de SP e RJ recebem reforço nas atividades de fiscalização. **Gov.BR**, [S.L]. 10 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/noticias/2023/11/portos-e-aeroportos-de-sp-e-rj-recebem-reforco-nas-atividades-de-fiscalizacao>. Acesso em: 11 dez. 2025.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-24, jan. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38739>. Acesso em: 10 dez. 2024.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. 13. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

HERNÁNDEZ ARRIAGADA, Carlos Andrés; GARCIA DOS SANTOS, Glaucia Cristina. Estratégias Projetuais no Território do Porto de Santos – São Paulo (Brasil). **Revista de Geografia Espacios**, Santiago, v. 9, n. 17, p. 135–173, 19 jul. 2019. Disponível em: <https://revistas.academia.cl/index.php/esp/article/view/1226> Acesso em: 11 set. 2025.

HISAYASU, Alexandre; RESK, Felipe. Domínios do crime. **Estadão**, [S.L], 2016. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/cidades/dominios-do-crime/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

IBGE. **Amazônia Legal**. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html?=&t=sobre>. Acesso em: 20 jun. 2024.

IBGE. Condições de vida, desigualdade e pobreza. [S.L], *online*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza.html>. Acesso em: 15 jun. 2025.

INSTITUIÇÃO. In: Dicionário Michaelis. [S.L] Editora Melhoramentos, versão *online*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/institui%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 23 set. 2024.

LABROUSSE, Alain. **Geopolítica das Drogas**. São Paulo: Desatino, 2010.

LEITE, Alexandre Cesar Cunha; RODRIGUES, Bernardo Salgado. Novo boom das commodities e a crescente participação chinesa na estrutura de comércio exterior do Brasil. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 3, 23 ago. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/SxXG69dyKSgXYP3rJhvLPGn/?lang=pt>. Acesso em: 05 mar. 2024.

LEVI, Liliana L. Desarrollo geográfico desigual, justicia espacial y asimetrías territoriales. In: SANTANA, David Herrera; LUNA, Fabián González (coord.). **Una geopolítica crítica: Debates sobre el espacio, las escalas y el desarrollo desigual**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2021. p. 68-86.

LYRA, Mariana. Plano Colômbia e Iniciativa Mérida: uma análise à luz da Segurança Humana. **Argumentum**. Vitória, v. 6, n. 2, p. 64–75, 15 dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/8153>. Acesso em: 05 jun. 2024.

MACHADO, Lia Osório. Região, fronteiras e redes ilegais: Estratégias territoriais na Amazônia sul-americana. **A Defesa Nacional**, [S. l.], v. 96, n. 816, 2011. Disponível em: <https://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/ADN/article/view/6263>. Acesso em: 18 abr. 2024.

MACHADO, Lia Osório. Tráfico de drogas ilícitas y territorio: el caso de Brasil. In: COLECTIVO MALOKA (org.). **La economía de las drogas ilícitas**. Escenarios de conflictos y derechos humanos Barcelona: Oficina de Promoción de la Paz y de los Derechos Humanos, Generalidad de Cataluña, 2009. p. 73-84. Disponível em: https://www.gencat.cat/drep/ipau/sumaris/economia_drogas.pdf. Acesso em: 19 abr. 2024.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. [S. l.]: Todavia Editora, 2021.

MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária). Projeções do agronegócio: Brasil 2023/24 a 2033/34. **Gov.BR**, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/projecoes-do-agronegocio-2022-2023-a-2032-2033.pdf>. Acesso em: 04 out. 2025.

MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços). Comércio exterior brasileiro bate recordes e fecha 2023 com saldo de US\$ 98,8 bi. **Gov.BR**, [S. l.]. 05 jan. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/comercio-exterior-brasileiro-bate-recordes-e-fecha-2023-com-saldo-de-us-98-8-bi#:~:text=Com%C3%A9rcio%20exterior%20brasileiro%20bate%20recordes,Desenvolvimento%2C%20Ind%C3%BAstria%2C%20Com%C3%A9rcio%20e%20Servi%C3%A7os>. Acesso em: 04 mar. 2025.

MJ (Ministério da Justiça). **Mapa da Segurança Pública (ano-base 2024)**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/download/dados-nacionais-de-seguranca-publica-mapa/mapa-2025-infograficos>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MOURA, Tatiana. Novíssimas guerras, novíssimas pazes: desafios conceituais e políticos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S. l.], n. 71, p. 77–96, 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1020>. Acesso em: 08 set. 2023.

NORTH, Douglass Cecil. **Institutions, institutional change and economic performance**. 26 ed. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2008.

O ASSUNTO: **Combate ao crime organizado após mortes no Guarujá**. Entrevistado: Rafael Alcadipani. Entrevistadora: Natuza Nery. [S. l.]: G1, 02 ago. 2023. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5rJnPdG3Tmo9I7rqZEQO8j>. Acesso em: 05 mai. 2025.

O ASSUNTO: **O PCC na Faria Lima**. Entrevistados: Bruno Tavares e César Tralli. Entrevistadora: Natuza Nery. [S. l.]: G1, 29 ago. 2025. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7iSy54Q2Jb19ltN0TuzVnv>. Acesso em: 20 dez. 2025.

Ó TUATHAIL, Gearóid. **Critical geopolitics: the politics of writing global space**. 1. ed. London: Routledge, 1996.

PAIVA, Luiz Fábio S. As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 99, 25 out. 2018.

PATRIARCA, Gabriel. A âncora da segurança: centralidades e capitais na rede de segurança do Porto de Santos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n. 114, p. 69-104, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/4Tv3d8pMymBfcQgGkbHmWQj/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2025.

PATRIARCA, Gabriel; ADORNO, Sérgio. Rip-off clássico, contemporâneo e falso: deslocamentos táticos de uma modalidade de exportação de cocaína em portos do Brasil. **Revista Criminalidad**, Bogotá, v. 67, n.1, p. 97-110, 2025. Disponível em: <https://revistacriminalidad.policia.gov.co:8000/index.php/revcriminalidad/article/view/680>. Acesso em: 20 nov. 2025.

PIMENTA, Marília Carolina Barbosa de Souza. **Minding the Gap III: sobreposição de crimes ambientais e narcotráfico nas fronteiras amazônicas**. [S.l.]: Instituto Brasil-União Europeia - Fecap, 2023. Disponível em: https://europa.fecap.br/wp-content/uploads/2024/02/Report-3_CrimesAmbientais_narcotrafico_v2.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

PINHO, Isabela Vianna; RODRIGUES, Fernando De Jesus; ZAMBON, Gregório. Navegar é preciso: As jornadas da cocaína e a expansão das facções pelo Brasil. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 61-78, abr. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/Q3hw9JvZZKJgXsBr3hy4sfr/?lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2025.

POLÍCIA FEDERAL. **Notícias do Portal (2024-2025)**. [Brasília]: Polícia Federal, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias>. Acesso em: 5 jul. 2025.

PRIMEIRO Cartel da Capital: Primeira Temporada. Direção: João Wainer. Reportagem: Flavio Costa, Luis Adorno, Aiuri Rebello, Eduardo Militão. Apresentação: Débora Lopes. Roteiro: João Wainer [São Paulo]: Mov. Doc, Uol, 2019. 4 vídeos (60 min 38 seg). Disponível em: <https://www.uol.com.br/play/reportagens-especiais/pcc.htm>. Acesso em: 24 out. 2025.

PROCÓPIO, Argemiro. **O Brasil No Mundo Das Drogas**. Petrópolis: Vozes, 1999.

RAPOZO, Pedro; RADAELLI, Aline; SILVA, Reginaldo Conceição da. Invisibilidades e Violências nos conflitos socioambientais em terras indígenas da microrregião do Alto Solimões, Amazonas Brasil. **Mundo Amazônico**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 13-37, 1 jul. 2019. Universidad Nacional de Colombia. DOI: <http://dx.doi.org/10.15446/ma.v10n2.67141>. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/c3d00062.pdf>. Acesso em: 31 jun. 2024.

RIBEIRO, Aline. A um mês do fim, GLO do Mar tem resultados modestos na apreensão de droga no maior porto da América Latina. **O Globo**, São Paulo, 06 mar. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/04/06/a-um-mes-do-fim-glo-do-mar-tem-resultados-modestos-na-apreensao-de-droga-no-maior-porto-da-america-latina.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2025.

RODRIGUES, Thiago. Apresentação: Drogas e guerras. *In*: LABROUSSE, Alain. **Geopolítica das Drogas**. São Paulo: Desatino, 2010. p. 7-14.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico: uma guerra na guerra**. 2. ed. São Paulo: Desatino, 2003.

RODRIGUEZ REJAS, Maria José. Guerra urbana y segregación socioterritorial en los escenarios de guerra del siglo XXI. **Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales**, Ciudad de Mexico, v. 14, n. 1, p. 51-66, 2024 Disponível em: <https://urbs.xoc.uam.mx/index.php/urbs/article/view/5>. Acesso em: 05 ago 2025.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2004.

STEINBERG, Philip E. **The Social Construction of the Ocean**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

UNODC- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2023**. Viena, 2023. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/world-drug-report-2023.html>. Acesso em: 16 jun. 2024.

ZAVALA, Oswaldo. **Los cárteles no existen: narcotráfico y cultura en México**. Barcelona: Malpaso Ediciones, 2018.

ANEXOS

ANEXO I - ESTATUTO DO PCC

ESTATUTO DO PCC

Lealdade, respeito, (sic) e solidariedade acima de tudo ao Partido.

A Luta (sic) pela liberdade, justiça e paz.

A união na Luta (sic) contra as injustiças e a opressão dentro da prisão.

A contribuição daqueles que estão em Liberdade com os irmão dentro da prisão, através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate.

O respeito e a (sic) solidariedade à (sic) todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos, pro que aquele que causar conflito interno dentro do Partido, tentando dividir a irmandade será excluído e repudiado do Partido.

Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o Partido estará sempre Leal e solidário à (sic) todos os seus integrantes para que não venham à (sic) sofrerem (sic) nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos externos.

Aquele que estiver em Liberdade ‘bem estruturado’, mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, será condenado à (sic) morte sem perdão.

Os integrantes do Partido têm (sic) que dar bom exemplo à (sic) serem seguidos e por isso o Partido não admite que haja: assalto, estupro e extorsão (sic) dentro do Sistema.

O partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a hombridade (sic), solidariedade, e o interesse comum ao Bem de todos, porque somos um por todos e todos pro um.

Todo integrante tem que respeitar a ordem e a disciplina do Partido. Cada um vai receber de acôrdo (sic) com aquilo que fez por merecer. A opinião de todos será ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido.

O Primeiro Comando da Capital — P.C.C. fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de Concentração “anexo” à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto “a Liberdade, a Justiça e a Paz”.

O Partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na Liderança do Comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete de acôrdo (sic) com sua capacidade para exercê-la (sic).

Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 111 presos, (sic) foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o Sistema e fazer essas autoridades mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, torturas, massacres nas prisões.

A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador (sic) do Estado à (sic) desativar aquele Campo de Concentração “anexo” à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do Comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atrozés (sic).

Partindo do Comando Central da Capital do KG (sic) do Estado, as diretrizes de ações organizadas e simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado (sic), numa guerra sem tréguas, sem fronteiras, até a vitória final.

O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do Estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos (sic) à (sic) nível estadual e à (sic) médio e longo prazo nos consolidaremos (sic) à (sic) nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho – CV e PCC iremos revolucionar o país de dentro das prisões e o nosso braço armado será o Terror ‘dos Poderosos’ opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangú I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade, na fabricação de monstros.

Conhecemos a nossa força e a força de nossos inimigos Poderosos, mas estamos preparados, unidos e o povo unido jamais será vencido.

LIBERDADE! JUSTIÇA E PAZ!!!

O Quartel General do PCC, Primeiro Comando da Capital, em coligação com Comando Vermelho CV.

‘UNIDOS VENCEREMOS’ (Alves, 1997)⁸

⁸ ALVES, Crispim. **Organização prega rebelião em presídios**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 25 mai. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/5/25/cotidiano/index.html>. Acesso em: 16 mai. 2024